



EM FAVOR DA CIDADE ABERTA

REVERTENDO PROCESSOS DE
PRIVATIZAÇÃO EM ILHA SOLTEIRA (SP),
A PARTIR DO RESIDENCIAL ILHA BELA

EM FAVOR DA CIDADE ABERTA

REVERTENDO PROCESSOS DE
PRIVATIZAÇÃO EM ILHA SOLTEIRA (SP),
A PARTIR DO RESIDENCIAL ILHA BELA

INAYARA SANTOS SAMPAIO

Trabalho Final de Graduação II
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Orientação: Eda Maria Góes

Presidente Prudente
2018

(...) Novas formas de produção do espaço urbano, que contribuem para o processo de fragmentação socioespacial, geram novas práticas espaciais. Essas, por sua vez, alteram os conteúdos dos espaços públicos e as representações que sobre ele se elaboram. (Sposito e Góes, 2013, p. 7)

AGRADECIMENTOS

À professora Eda, minha admiração e agradecimento por todo apoio e orientação, desde o período de pesquisa desse trabalho até suas últimas semanas. Sendo uma orientadora sempre presente e disposta a discutir e me ajudar na elaboração deste trabalho.

Ao Rafael, pelo amor, estímulo e ajuda que tem me dado nos últimos anos, em todos os campos. Partilhando comigo conhecimento e me acompanhando em todos os momentos, bons e ruins, que experimentamos durante o final da graduação.

Aos todos meus colegas e amigos de curso, pelos momentos de aprendizado, dentro da sala de aula e também fora dela. Transformando os cinco anos da graduação em uma experiência única.

A Secretaria Municipal de Obras e Manutenção de Ilha Solteira, pelos arquivos e informações sobre cidade. À bibliotecária Sandra, da Biblioteca Municipal de Ilha Solteira, pelo apoio na pesquisa histórica e documental e por me permitir utilizar o espaço da biblioteca, mesmo em reforma. E em especial à Cleide, por ser como uma segunda mãe, me abrigar durante as pesquisas de campo e me ajudar com as entrevistas entre os moradores do Residencial Ilha Bela.

Por fim, sou grata à minha família. Principalmente aos meus pais, Araucano e Valquiria, e à minha irmã, Dayra, por proporcionarem todo o suporte emocional e físico, desde meus anos escolares até hoje. Tornando possível essa graduação, mesmo longe de casa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS 6

INTRODUÇÃO 9

1ª PARTE

ILHA SOLTEIRA E SUAS PARTICULARIDADES

1.1 HISTÓRICO DE ILHA SOLTEIRA 14

1.2 ASPECTOS URBANÍSTICOS DO NÚCLEO DE ILHA SOLTEIRA 29

1.3 MUDANÇAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS 46

2ª PARTE

O RESIDENCIAL ILHA BELA

2.1 CARACTERÍSTICAS DO RESIDENCIAL ILHA BELA 58

2.2 OUVINDO OS MORADORES DO RESIDENCIAL ILHA BELA 74

2.3 O URBANO E OS ESPAÇOS PRIVADOS DE ACESSO COLETIVO 76

3ª PARTE

INTERVENÇÃO URBANA

3.1 PLANO BASE 84

3.2 DIRETRIZES 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

REFERÊNCIAS 106

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES DO
RESIDENCIAL ILHA BELA 109

ANEXO 2

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES DO
RESIDENCIAL ILHA BELA 111

ANEXO 3

PLANO BASE 125

- 15** FIGURA 1: MAPA LOCALIZAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA
- 16** FIGURA 2: MAPA LOCALIZAÇÃO DAS USINAS
- 18** FIGURA 3: VILA PILOTO
- 19** FIGURA 4: DISTÂNCIAS ENTRE OS NÚCLEOS URBANOS
- 22** FIGURA 5: DECRETO - ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL
- 26** FIGURA 6: PRAIAS DE ÁGUA DOCE
- 28** FIGURA 7: QUADRO HISTÓRICO E CONTEXTO POLÍTICO
- 32** FIGURA 8: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA PU I
- 33** FIGURA 9: MONUMENTOS HISTÓRICOS
- 37** FIGURA 10: TIPOLOGIAS DO PROJETOS RESIDÊNCIAS I
- 38** FIGURA 11: TIPOLOGIAS DOS PROJETOS RESIDÊNCIAS II
- 39** FIGURA 12: TIPOLOGIAS DOS PROJETOS RESIDÊNCIAS III
- 41** FIGURA 13: DENSIDADE HABITACIONAL
- 42** FIGURA 14: EDIFICAÇÕES
- 43** FIGURA 15: MAPA LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS
- 47** FIGURA 16: ZONEAMENTO PU II
- 48** FIGURA 17: MAPA LOCALIZAÇÃO DAS PRAIAS
- 52** FIGURA 18: MODIFICAÇÕES DO PU II
- 53** FIGURA 19: MAPA URBANIZAÇÕES RECENTES
- 56** FIGURA 20: VAZIOS URBANOS
- 59** FIGURA 21: MAPA DE DIAGNÓSTICO - PDM LOTEAMENTOS
- 60** FIGURA 22: MAPA LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS
- 61** FIGURA 23: FOTOS DA FAIXA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- 62** FIGURA 24: FOTOS DA ÁREA VERDE DENTRO DO RESIDENCIAL

FIGURA 25: FOTOS DA ÁREA VERDE E DE LAZER FORA DO RESIDENCIAL	63
FIGURA 26: MAPA DE DIRETRIZES - PDM HIERARQUIA DE VIAS	64
FIGURA 27: VIAS DO RESIDENCIAL ILHA BELA	65
FIGURA 28: MAPA DE DIRETRIZES - PDM USO DO SOLO	66
FIGURA 29: FOTOS DO RESIDENCIAL ILHA BELA	68
FIGURA 30: FOTOS DAS HABITAÇÕES NO RESIDENCIAL ILHA BELA I	69
FIGURA 31: FOTOS DAS HABITAÇÕES NO RESIDENCIAL ILHA BELA II	70
FIGURA 32: FOTOS DO BAIRRO NOVA ILHA	71
FIGURA 33: FOTOS DA PRAÇA DO RESIDENCIAL ILHA BELA	73
FIGURA 34: MAPA DE DIRETRIZES - PDM ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE	89
FIGURA 35: MAPA DE DIRETRIZES - PDM DIVISÃO TERRITORIAL	90
FIGURA 36: FOTOS DA PRAÇA DO RESIDENCIAL ILHA BELA II	94
FIGURA 37: FOTOS DO CÓRREGO	96





INTRODUÇÃO

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA,
METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DA
ÁREA DE TRABALHO

A expansão do tecido urbano nos dias atuais tem sido feita em diversas cidades do país por meio de loteamentos produzidos por incorporadoras. Até os anos 70, as periferias eram ocupadas sobretudo pelas classes populares, em lotes e apartamentos de interesse social, porém atualmente é observada uma mudança nesse padrão. Com o afastamento da classe média e alta para a periferia, com base na procura por loteamentos e condomínios fechados, a expansão rápida e constante da cidade produz novas periferias, promovendo assim diversas problemáticas, dentre elas as discutidas nesse trabalho: segregação socioespacial; descontinuidade do tecido urbano; privatização de áreas públicas.

Para esse Trabalho Final de Graduação, o caso do Residencial Ilha Bela, um loteamento de acesso controlado, em Ilha Solteira (SP), merece atenção especial. A configuração do seu traçado urbano, somada a barreira natural que é o córrego, sua faixa de proteção ambiental e os resquícios do planejamento urbano inicial da cidade, sugerem além das problemáticas envolvidas no processo de segregação socioespacial, a negação da cidade pelos moradores do Residencial Ilha Bela, favorecendo e alimentando o desejo de privatização do uso dos espaços públicos nele localizados, identificados como “espaços privados de uso coletivo” (SPOSITO e GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000).

A criação de Ilha Solteira, cidade localizada a Oeste Estado de São Paulo, na divisa com o Mato Grosso do Sul, se deu pela necessidade de abrigar os operários da construção da barragem da usina hidrelétrica de Ilha Solteira na década de 60, e atualmente se mostra em processo de expansão. Tem uma área territorial de 652 Km² (IBGE, 2016), população de 26.540 habitantes (IBGE, 2017) e densidade demográfica de 38,42 hab/km² (IBGE, 2010). Segundo o *Ranking* da PNUD Brasil (2010), possui o 18º Melhor IDHM do país, que considera estimativa de vida, educação e renda *per capita*, sendo considerada uma das melhores cidades do Estado para viver.

Em nenhuma cidade, os processos de produção do espaço são iguais, assim a escala para estudar esses fenômenos deve ser dinâmica em relação ao objeto. Tendo em vista que essa cidade é caracterizada como “pequena” pelo IBGE (população menor que 100 mil habitantes), tais problemáticas são observadas como uma singularidade a ser estudada, já que o aparecimento de espaços residenciais fechados distantes do

núcleo central urbano ocorria predominantemente nas metrópoles e em cidades médias, até recentemente.

Quando tratamos de espaço público, é necessário trabalhar na escala humana, para assim garantir o acesso democrático à cidade (GEHL, 2013). Então para poder enfrentar problemas relacionados a tais espaços, ao propor intervenções em área já habitada, deve-se levar em conta a visão dos usuários, que no caso trabalhado, são os moradores do Residencial Ilha Bela. Incentivando, além do uso, a compreensão sobre a importância desse espaço, fomentando o debate sobre o espaço público na cidade atual.

É necessário então, primeiro, entender a história da criação e as particularidades presentes no planejamento urbano da cidade, ao mesmo tempo em que se leva em conta tendências gerais do processo de urbanização brasileiro contemporâneo, para se obter um diagnóstico adequado sobre as motivações do padrão reproduzido em Ilha Solteira. Em seguida, caracterizar a configuração da área escolhida e propor diretrizes que revertam esse processo, melhorando sua relação com os demais espaços urbanos, ou seja, favorecendo sua integração à cidade, que é o objetivo principal desse trabalho.

Assim, embora esse TFG volte-se ao Residencial Ilha Bela e à sua configuração atual, para poder compreender a dinâmica de produção do espaço urbano em Ilha Solteira, na Parte 1 apresentamos os resultados do estudo da história da cidade, desde as motivações para sua construção, seu planejamento urbano inicial, suas características urbanísticas como uma cidade modernista criada durante o período da Ditadura. Para esse estudo, foi realizada pesquisa, em sua maior parte, em documentos históricos da CESP arquivados na biblioteca municipal de Ilha Solteira. Na Parte 1 também são discutidas as mudanças urbanísticas que ocorreram nas últimas décadas, tendo como modelo a produção urbana das metrópoles e cidades médias contemporâneas. Nesse caso, utilizando o Plano Diretor Municipal (2007) como fonte de pesquisa.

A Parte 2 tem como objetivo compreender o Residencial Ilha Bela e, para isso, foram realizados diversos trabalhos de campo, com registros fotográficos, e também entrevistas, buscando assim identificar e compreender a opinião dos moradores sobre a área. Na Parte 2 também elaboramos discussões sobre a produção do espaço urbano nas cidades contemporâneas e a relação do poder público com os interesses privados.

Na Parte 3, é apresentada a proposta de intervenção, elaborada a partir do “Plano Base”, criado pelo arquiteto Josep Maria Llop Torné, da Universidade de Lleida (Catalunha, Espanha). Com base nessa metodologia, foi realizado o mapeamento da área com diretrizes e propostas de redesenho urbano que buscam solucionar os problemas identificados, tendo como objetivo final, uma melhor integração do Residencial Ilha Bela com a cidade de Ilha Solteira, possibilitando assim, a acessibilidade aos seus espaços públicos.

1

^a PARTE

ILHA SOLTEIRA E SUAS PARTICULARIDADES

ANÁLISE DA HISTÓRIA DE ILHA
SOLTEIRA, SEU PLANEJAMENTO
URBANO E AS MUDANÇAS
URBANÍSTICAS OCORRIDAS



1.1 HISTÓRICO DE ILHA SOLTEIRA

Ilha Solteira é uma cidade localizada à Oeste Estado de São Paulo, na divisa com o Mato Grosso do Sul (Figura 1), antes de abordar sua história, para entender a criação da cidade de Ilha Solteira¹ é preciso levar em consideração o contexto em que o país e o estado de São Paulo viviam.

Em meados dos anos 50 e início dos anos 60, no Brasil se iniciou um processo de industrialização, promovido pelos governos populistas de então. Esse período é marcado principalmente pela construção de Brasília, uma cidade planejada e projetada, com base nos princípios modernistas (ou racionalistas), com forte influência ideológica e utópica, própria do contexto internacional da Guerra Fria (HOLSTON, 1993).

O crescimento da indústria brasileira implicava na necessidade de melhora na produção e distribuição energética, de forma que o segundo governo Vargas (1951 - 1954) e o plano de metas de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) destinam grandes investimentos de recursos para esse setor, e junto com empresas de energia estatais, iniciam a construção de Usinas Hidrelétricas (ARAUJO, 2005, p. 64-66; FROELICH, 2001, p. 43 *apud* DOURADO, 2007, p. 65).

Dessa forma, o Estado encomendou à CBE - Companhia Brasileira de Engenharia, um estudo a respeito das possibilidades de eletrificação do Estado (DOURADO, 2007, p. 66). A região escolhida foi a Bacia do Rio Paraná, situada na divisa entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, centro-oeste do país (Figura 2).

A grande potencialidade hidro energética da Bacia do Rio Paraná e a sua proximidade em relação à região de maior desenvolvimento econômico do país favoreciam seu aproveitamento para a geração de eletricidade em larga escala (REVISTA ENGENHARIA, 1973 *apud* DOURADO, 2007, p. 66).

Assim foi concebido o projeto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, composto por três usinas: Ilha Solteira; Jupia e Três Irmãos (Figura 2). A capacidade de gerar energia colocava o complexo entre os maiores aproveitamentos hidrelétricos do mundo e Urubupungá tornou-se polo de desenvolvimento do país (ARAUJO, 2005, p. 67 e 68). Foi nesse momento que a história da cidade de Ilha Solteira começou de fato.

¹ A data oficial da fundação é 15/10/1968.

Fig. 1

MAPA LOCALIZAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA

Organização: Inayara S. Sampaio
Edição: Rafael M. Brito
06/2018

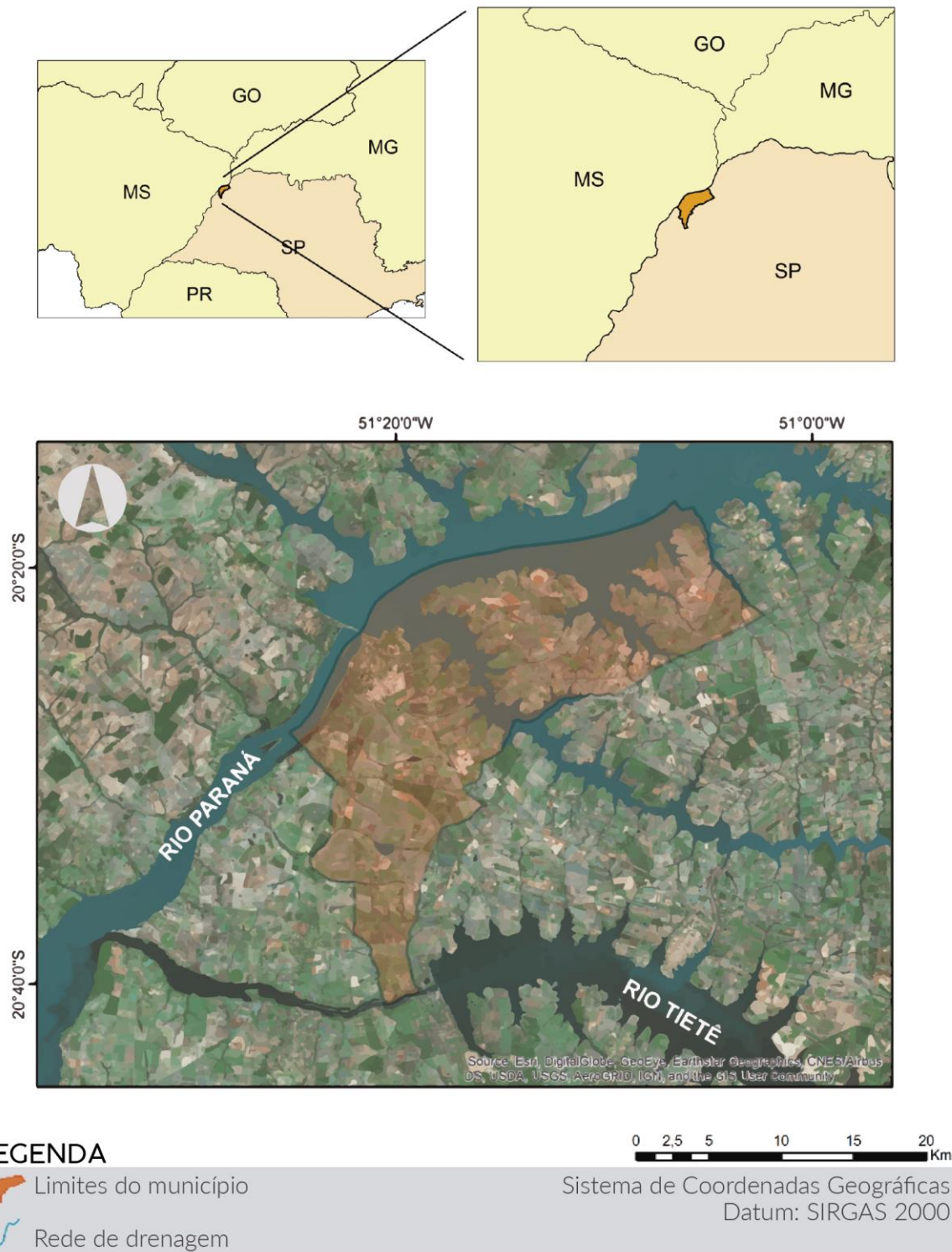


Figura 1: Mapa localização de Ilha Solteira

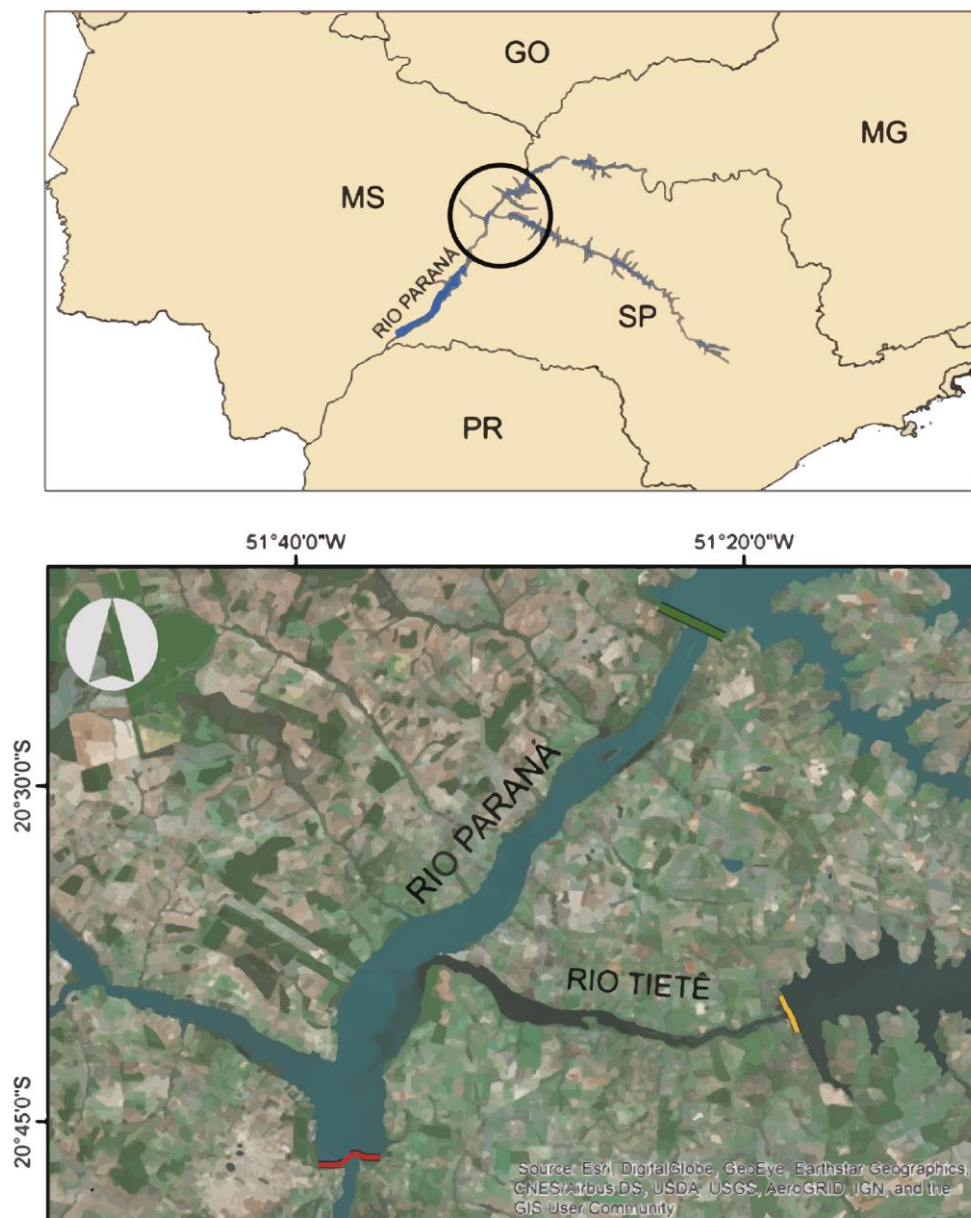
Fig. 2

MAPA LOCALIZAÇÃO DAS USINAS

Organização: Inayara S. Sampaio

Edição: Rafael M. Brito

06/2018



LEGENDA

○ Complexo Hidrelétrico Urubupungá

— UHE - Ilha Solteira

— UHE - Jupiá

— UHE - Três Irmãos

Sistema de Coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS 2000

O projeto do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá foi posto em ação seguindo as seguintes etapas: 1ª – Construção da Usina de Jupia no Rio Paraná; 2ª – Construção da Usina de Ilha Solteira, no Rio Paraná; 3ª – Construção da Usina Três Irmãos, no Rio Tietê e Canal de Pereira Barreto ligando o Rio Tietê ao Rio Paraná, através do Rio São José dos Dourados (DOURADO, 2007, p. 67).

A primeira usina teve sua construção iniciada em 1962. Para abrigar a mão de obra necessária, as empresas responsáveis (CELUSA e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CCCC) decidiram pela construção do acampamento “Vila Piloto” (Figura 3), localizado na cidade de Três Lagoas, com capacidade para 4.000 operários e seus familiares (ARAUJO, 2005, p. 67). Como era um acampamento provisório, ao término da obra, em 1974, foi parcialmente destruído². Quando no ano de 1966, começaram as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, novos problemas precisaram ser superados.

A capacidade final de geração de energia da nova usina seria maior do que a de Jupia, precisando assim de um contingente de operários maior (previsto o acréscimo de 10.000 operários)³. Este fato somou-se aos problemas gerados pela localização de Ilha Solteira, distante de outros centros urbanos, como pode ser observado na Figura 4 e como mostra Araujo (2005, p. 69):

Os maiores centros populacionais situavam-se a um mínimo de 170 km de distância, como Araçatuba, ou a 225 km, como São José do Rio Preto e cidades de porte menor, distavam 75 km, como Andradina e 40 km, como Pereira Barreto.

Assim a necessidade de solucionar problemas de carência de mão de obra e baixa densidade populacional da região, somados a fatores de ordem econômica, social e política, relacionados ao desenvolvimento da região donde se instalou o Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, fez com que a construção da Usina de Ilha Solteira fosse viabilizada com base em um plano estratégico diferente de Jupia,

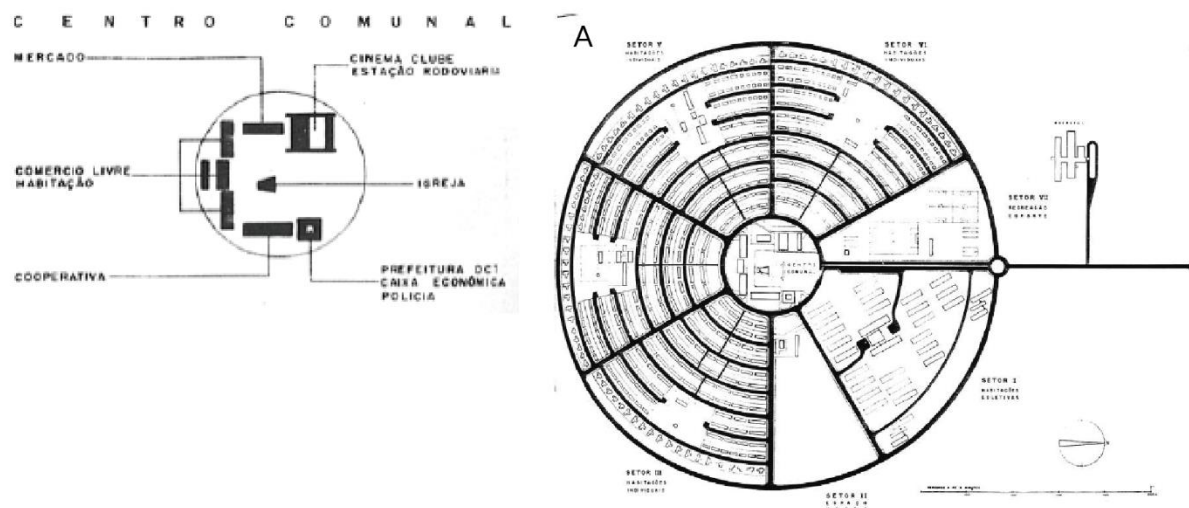
² A vila piloto, como acampamento, foi projetada para ser desmontada e transportada a sítios próximos. Porém o procedimento não foi bem-sucedido e ¼ da área foi preservada sem alterações e utilizada pelo exército. Os equipamentos públicos se tornaram propriedade municipal e as habitações foram desativadas, mas o sistema viário continuou existindo e hoje, com a urbanização da cidade de Três Lagoas, novas casas foram erguidas na região (ARAÚJO, 2011, p. 235).

³ Jupia foi projetada para gerar 1.400 Megawatts (MW) e Ilha Solteira, para gerar 3.200 MW (ARAUJO, 2005, p. 68).

Fig. 3

VILA PILOTO

Fonte: (A) MANGE, 1963, p. 41 *apud* D'ALMEIDA, 2012 p. 203; 204
(B) CESP, 1988



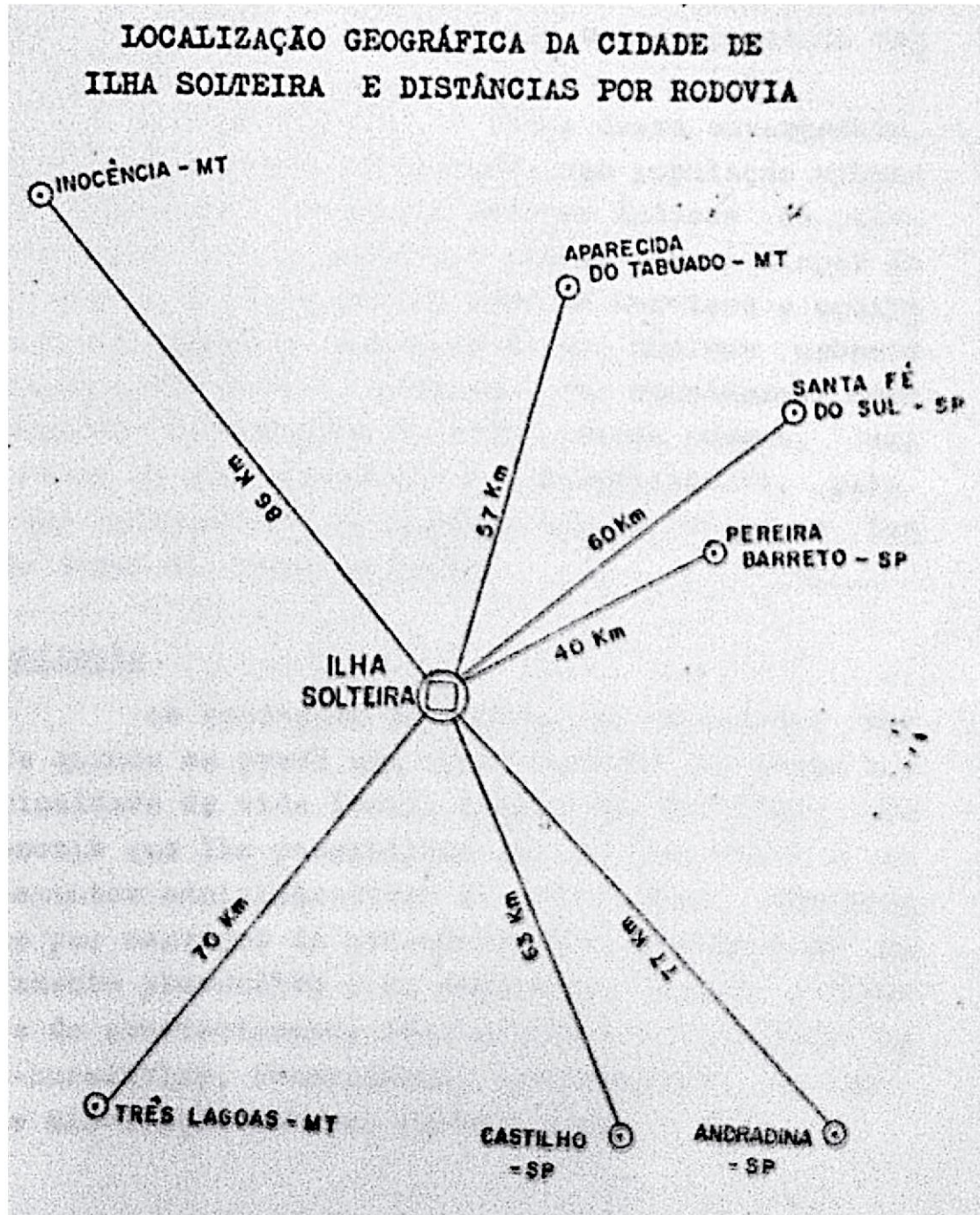
Vista geral da Vila Piloto, de Jupiá.
Localizada na cidade de Três
Lagoas, MS.



Fig. 4

Fonte: AEIS, s.d., p.2

DISTÂNCIAS ENTRE OS NÚCLEOS URBANOS



Representação gráfica das distâncias por rodovia entre os núcleos urbanos na região entorno da cidade de Ilha Solteira.

decidindo-se pela construção do “acampamento” com caráter permanente (ARAÚJO, 2005, p. 69; DOURADO, 2007, p. 70).

Desse modo, Ilha Solteira se mostra um caso com diversas particularidades, porém não deve ser considerado um fenômeno isolado, se inserindo no contexto de diversas realizações urbanas que foram criadas com o propósito de exploração dos recursos naturais regionais, a instalação de grandes complexos industriais ou de portos⁴.

A escala do contingente da mão de obra prevista para a sua realização, o tempo de duração previsto pelos Cronogramas, a ausência de qualquer centro urbano de porte nas proximidades, e as características geoeconômicas da região exigiam complexo e amplo PLANEJAMENTO. Planejamento esse capaz de abordar em profundidade e em diferentes níveis os inúmeros fatores presentes, de forma a orientar e coordenar a ação da CELUSA não só no sentido de atingir seu objetivo primeiro - a construção da maior hidroelétrica do país - como também no sentido do melhor aproveitamento desse fato e de suas decorrências imediatas como fatores de desenvolvimento sócio econômico de toda a região (MANGE e KATO, 1967, p. II).

Assim, foram encomendados pela CELUSA os projetos para organização do canteiro de obras, para as subestações de energia, para o núcleo urbano, além do planejamento do novo sistema rodoviário. O plano urbano, para construção da “cidade-acampamento”, foi elaborado pela empresa PLANEMAK - Planejamento, Arquitetura e Engenharia Ltda., sob responsabilidade do Engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange e do Arquiteto Ariaki Kato. Em abril de 1966 iniciaram-se as obras da Usina de Ilha Solteira sob a responsabilidade da CELUSA⁵ e Camargo Corrêa S.A..

A CESP (não mais CELUSA) teve grande peso na administração política da cidade, segundo Barreto (1983 *apud* Araújo, 2005, p.72), os objetivos da empresa, em regime de Administração Especial, em sua criação eram:

- Instalar um volumoso contingente de mão-de-obra por um longo período de tempo numa região desprovida de infraestrutura urbana suficientemente próxima capaz de suportar este impacto;
- Dotar o núcleo residencial de todos os equipamentos necessários ao suprimento das necessidades de seus habitantes em termos de saúde,

⁴ Nesse contexto, as companhias hidrelétricas (privadas e sobretudo estatais) desempenharam importante papel no Brasil. Essas criações urbanas quase sempre favorecem o desenvolvimento da região, em função da criação de empregos e consequente atração de população.

⁵ Em 1967, a CELUSA integra-se à outras empresas de energia, formando a CESP.

educação, abastecimento e lazer, criando estruturas próprias a uma cidade comum;

- Exercer algum controle sobre a mão-de-obra visando manter, até o declínio da população necessária à obra, um regime de vida urbana orientado no sentido de atender as exigências do ritmo de trabalho;
- Considerar a conveniência de se dar melhor aproveitamento ao investimento a ser realizado concebendo, desde o início, o núcleo urbano a ser implantado como passível de ser tornar uma cidade permanente, e;
- Levar em conta o impacto que a criação de um núcleo deste porte teria na região e suas responsabilidades frente a esta questão.

A CESP então deveria construir um acampamento com as características de uma cidade, tendo como responsabilidade a administração da mesma, como pode ser visto no decreto (Figura 5) instituído pelo governo de São Paulo. O planejamento do núcleo deveria assim ser concebido de modo que, ao final das obras⁶, a cidade pudesse continuar a existir, sem grandes problemas (MANGE e KATO, 1967, p. 56).

Segundo o livro “Nasce uma cidade” (AEIS, s.d., p. 5), o plano então foi pensado em quatro fases relacionadas às etapas de construção da usina:

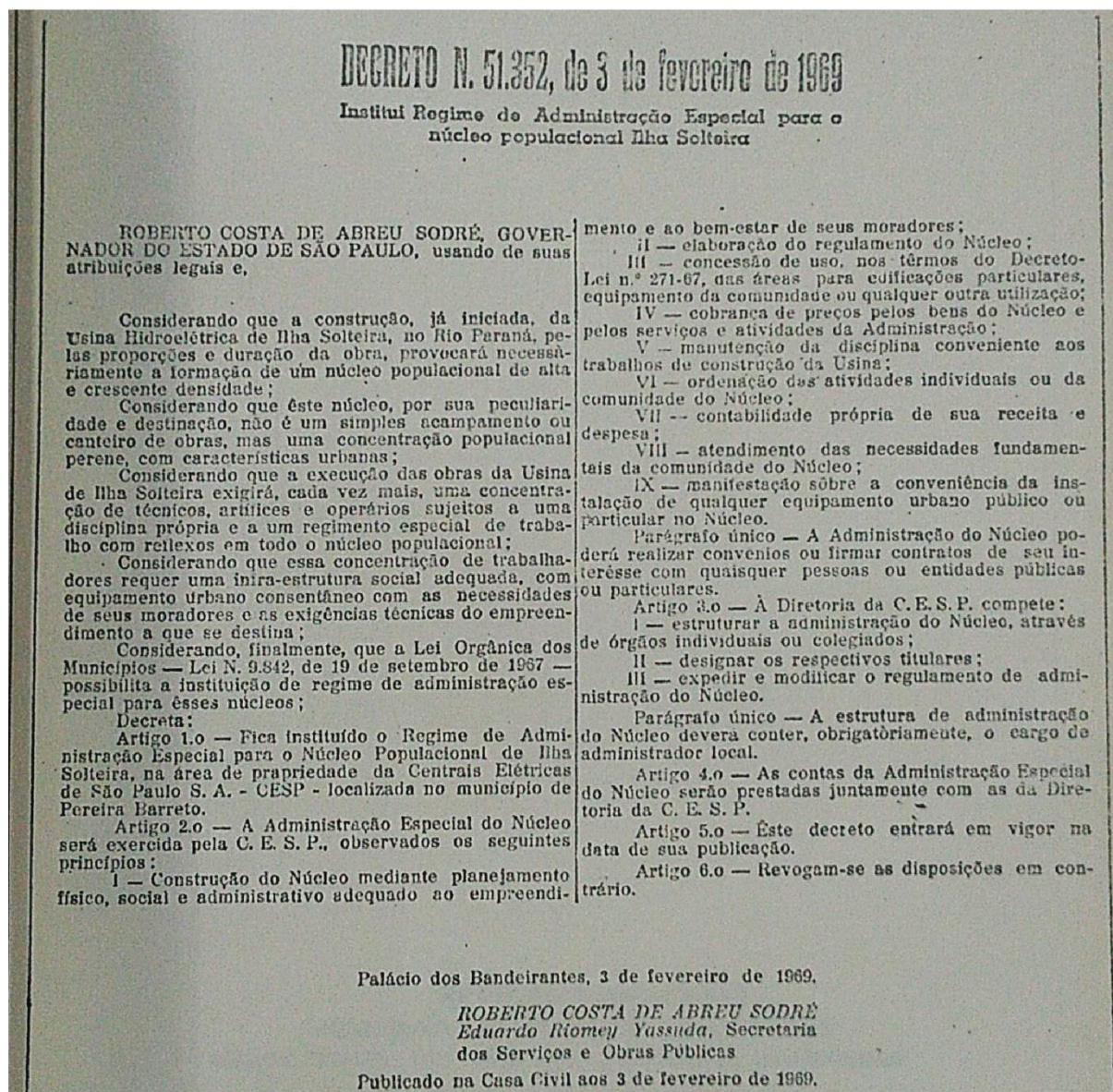
- “Fase de Implantação
Início da construção; Período de atividade mais intensa e de tensão na cidade, relacionada a pouca infraestrutura; Adaptação da população a nova cidade; Controle rigoroso por parte da Empresa.
- Fase Acampamento – Cidade
Máximo de mão de obra na construção e população; Crescimento físico da área urbana; Estabilização da população; Equipamentos básicos (educação, saúde e lazer) instalados; Desenvolvimento de controles sociais próprios.
- Fase Cidade – Acampamento
Conclusão de etapas na construção da usina e declínio da população; Redução das oportunidades de trabalho e problemas sociais decorrentes;

⁶ Quando a CESP deixasse a administração da cidade.

Fig. 5

Fonte: AEIS, s.d., anexo

DECRETO - ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL



Estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas e à participação da população na dinâmica de administração da cidade, reparando lideranças; Replanejamento da organização do espaço urbano e das instalações ociosas.

- Fase Cidade

População menor e mais estável; cidade com vida autônoma e institucionalizada; Presença da CESP apenas como fator de estímulo e apoio. ”

A “fase cidade”, de acordo com o documento, também previa a preparação para a desvinculação da empresa, ou seja, previa a autonomia administrativa da cidade, uma vez que as obras da usina teriam terminado.

De acordo com tal plano, Ilha Solteira foi fundada oficialmente no dia 15/10/1968 em sua fase acampamento, pertencendo ao distrito de Bela Floresta em Pereira Barreto. Nessa data, os primeiros moradores ocuparam suas casas e foi inaugurado o monumento erguido onde hoje é a praça central e a caixa d’água: uma estrela de 20 pontas, representando as 20 turbinas da usina (ARAUJO, 2005, p. 73).

Segundo esse autor (2005, p. 74), em 1971 a cidade atingiu seu pico máximo de habitantes (32 mil) e o poder público começou então a aplicar instrumentos voltados à autonomia administrativa e ao futuro da cidade. Em 30 de dezembro do mesmo ano, Ilha Solteira foi transformado em vila e sede administrativa do distrito de Bela Floresta⁷, iniciando o processo de emancipação, mas mantendo ainda a administração da CESP. O processo de desvinculação com a empresa foi seguindo por etapas, sendo duas medidas significativas:

1) a inauguração do Cemitério Municipal de Ilha Solteira, em 18/02/1972, o que possibilitou às pessoas residentes trazerem os restos mortais de seus familiares para a cidade (a ausência de cemitério não deixa de ser um significativo indicador da transitoriedade de um lugar, reforçando seu aspecto de acampamento, que tem, nesta perspectiva, um tempo pré-definido de duração);

2) outra medida adotada foi a transferência da responsabilidade sobre as três escolas de educação infantil de Ilha Solteira da Cesp para a União

⁷ Durante o governo do Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, em seu artigo 3º, definiu que a sede dos municípios passariam a categoria de cidade e lhe dariam o nome e no artigo 4º, os distritos se designariam pelo nome de suas respectivas sedes, e se não fossem sedes de município, teriam a categoria de vila.

de Pais e Professores das Escolas Infantis, com colaboração de empresas comerciais da cidade (FROELICH, 2001, p. 156 *apud* ARAUJO, 2005, p. 75).

O ano de 1972 foi um dos mais importantes desse processo, uma vez que, a partir de então, a população começou a decrescer. De 32.211 habitantes em janeiro, no fim do ano a cidade já contava com 24.338 habitantes (ARAUJO, 2005, p. 75). Nesse sentido, é interessante a representação contraditória veiculada pela imprensa da época, uma vez que, por um lado, seus moradores eram vistos como privilegiados, por não pagarem serviços de água, esgoto, luz e nem mesmo, aluguel, por outro lado, era uma cidade sem perspectivas, onde não se havia mais empregos, estando fadada a tornar-se uma cidade fantasma (FROELICH, 2001, p. 168 *apud* ARAUJO, 2005, p.76).

Essa situação foi agravada pela falta de um plano de viabilização do núcleo urbano (FROELICH, 2001, p.168, 170 *apud* ARAUJO, 2005, p. 76), assim, a população de Ilha Solteira caiu de 32 mil para 26 mil habitantes entre 1971 e 1973, quando as obras da usina estavam em fase de finalização. Nesse período, a cidade começou a servir como acampamento da construção da usina de Água Vermelha, segundo ARAUJO (2005, p. 76), 30% das residências (1.500 casas) foram reservadas e disponibilizadas para os trabalhadores encarregados da obra da nova usina, localizada a menos de 170 km. Posteriormente, o mesmo apoio seria dado às obras da barragem de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, a 40 km de distância, o que prolongou a condição de cidade-dormitório de Ilha Solteira, assim como, protelou sua emancipação administrativa.

A inauguração da Usina de Ilha Solteira ocorreu em 16/01/1974, imediatamente após o “milagre econômico” (1969 – 1973) promovido durante o período mais duro da ditadura militar, quando se avalia a importância da cidade como polo de desenvolvimento da região (Figura 4). De acordo com Dourado (2007, p. 78), a CESP encomendou estudos em forma de relatórios que estabeleciam as diretrizes a serem tomadas, também iniciou uma série de investimentos na cidade para que a infraestrutura da empresa fosse melhor utilizada.

A implantação do câmpus da Universidade Estadual Paulista teve importante papel nessa etapa do processo, já que havia o interesse do governo do estado de São Paulo de reunir condições de atração de população para a cidade. O câmpus foi criado em 1976, aproveitando da infraestrutura da CESP. Laboratórios de pesquisa, equipamentos e profissionais das áreas de engenharia civil e elétrica representavam o

grande potencial, além de favorecer a caracterização da cidade como polo de desenvolvimento. O campus iniciou suas atividades em 1977, com cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, consolidando sua presença na cidade. Nesse mesmo contexto, a CESP transfere os centros de treinamento que mantinha em Botucatu e Rio Claro para a cidade, investindo nesse polo de aprendizagem, ciência e tecnologia, o qual se torna referência para trabalhadores do setor energético do país e da América Latina (ARAUJO, 2005, p.78 e DOURADO, 2007, p. 79).

Além dos investimentos relacionados ao polo de desenvolvimento em ciência e tecnologia, outros equipamentos de lazer, cultura e a própria paisagem natural formada pelo lago da barragem também foram aproveitadas nesse contexto, despertando o interesse pela exploração do potencial turístico da cidade⁸.

Após passar pelos processos de avaliação dos recursos de lazer e atrativos necessários, além da estrutura de atendimento à população flutuante e condição ambiental, a cidade recebeu o título de “Estância Turística” em 2000, tendo como principal atrativo as praias da água doce Marina e Catarina (Figura 6), resultantes do lago gerado pela barragem (DOURADO, 2007, p. 83). Essa categoria possibilitou que recebesse investimentos do Fundo de Melhoria das Estâncias, com a finalidade do desenvolvimento de programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental⁹.

No que se refere ao aspecto urbanístico, duas mudanças importantes começaram a ocorrer a partir de 1980. A CESP iniciou a venda de imóveis aos moradores e foi realizado pela PLANEMAK¹⁰, um segundo planejamento urbano, prevendo e criando condições para a emancipação do núcleo.

⁸ Segundo Dourado (2007, p. 80), em 1991, após a elevação de Ilha Solteira a categoria de município, se iniciou o processo para sua transformação em Estância Turística.

⁹ A lei nº 6.470 de 15/06/1989 cria o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR. Os recursos dos convênios que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, que é mencionado no artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo e funciona de acordo com a lei 7.862/1992 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, acesso 01/05/2018).

¹⁰ Mesma empresa responsável pelo Planejamento Urbano II, e também sob responsabilidade do Engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange e do Arquiteto Ariaki Kato.

Fig. 6

PRAIAS DE ÁGUA DOCE

Fonte: (A) CESP, 1988
(B) TV na Ilha, 2015
(C) Acervo pessoal, 2017

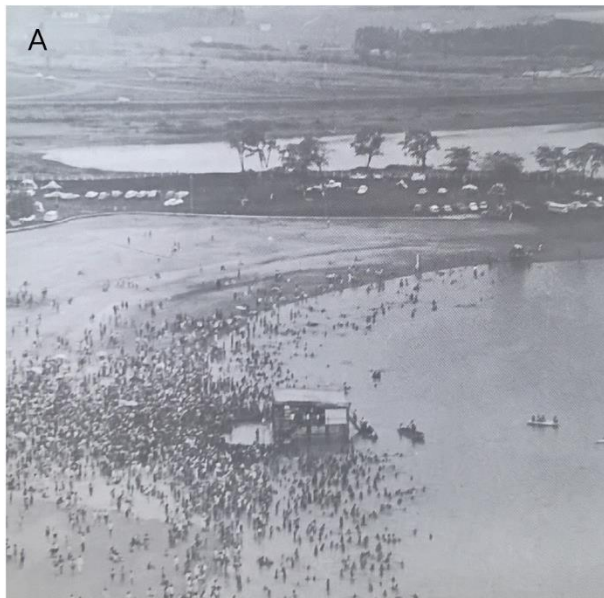


Foto da praia Catarina por volta dos anos 70.



Vista geral das praias de água doce.

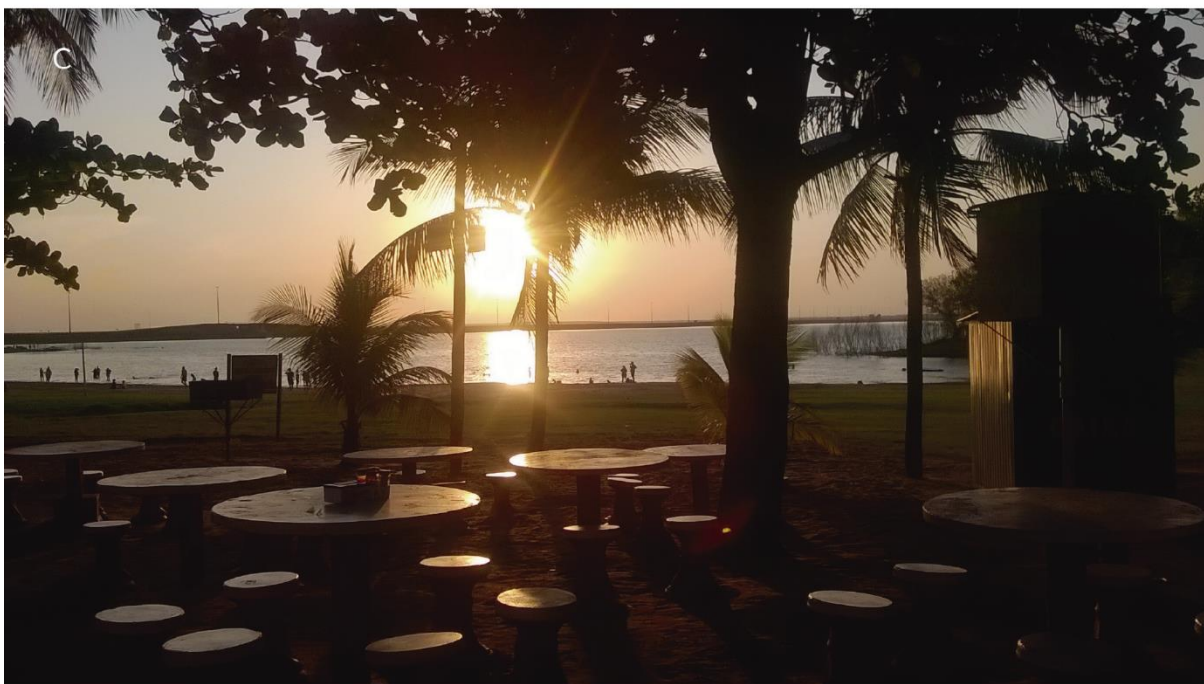


Foto recente da praia Catarina.

Assim, em 1981 se introduziu um processo de privatização das habitações, possibilitando modificação dos projetos e consequentemente na paisagem da cidade (DOURADO, 2007, p. 79).

Duas outras medidas foram adotadas nos anos 1980. Em 1984 foi implantado o Projeto Cinturão Verde, assentando 90 agricultores em lotes econômicos e 400 famílias de baixa renda nos lotes de roça familiares. Esse projeto teve a finalidade de incrementar a produção agrícola e abastecer o núcleo urbano (SANT`ANA; SANTANA; SANTANA, 2014). No mesmo ano foram criadas a AEIS – Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira - subordinada à Diretoria Administrativa e a Coordenadoria de Participação Comunitária, para envolver a comunidade no processo de institucionalização político-administrativa e socioeconômica do núcleo urbano.

Do ponto de vista político, ambas medidas tiveram também o objetivo de ampliar a participação da população na política da cidade, evidenciando as mudanças proporcionadas pelo processo de democratização que resultou, no Estado de São Paulo, na eleição de André Franco Montoro para governador, em 1983. Do ponto de vista econômico, ocorreu no mesmo ano o início da cobrança de impostos e taxas, IPTU, esgoto e água (ARAUJO, 2005, p. 79 e DOURADO, 2007, p. 79). Encerrava-se assim, na década de 1980, aquilo que tinha sido caracterizado pela representação da imprensa da década anterior, como “privilégios” dos moradores de Ilha Solteira, ao mesmo tempo em que a liberdade administrativa e política da cidade era construída.

Embora já surgissem lideranças locais, foi só em 1992 que a CESP deixou de administrar a cidade. O processo em termos jurídicos se iniciou com a transferência da sede do distrito de Bela Floresta para Ilha Solteira, através do processo 10.017 de 3/11/1987 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e em 30/12/1991, a vila/cidade-acampamento foi transformada em município, depois da realização de plebiscito previsto na Lei estadual 7664 (DOURADO, 2007, p. 79 *apud* FROELICH 2001).

Podemos identificar relações do contexto histórico com o desenvolvimento da cidade no quadro da Figura 7.

Fig. 7

Fotos fonte: CESP, 1988
Edição: Inayara S. Sampaio

QUADRO HISTÓRICO E CONTEXTO POLÍTICO



1.2 ASPECTOS URBANÍSTICOS DO NÚCLEO DE ILHA SOLTEIRA

[...]

2 – O núcleo de Ilha Solteira constitui um tipo novo de fenômeno, reunindo simultaneamente características de cidade e de acampamento.

3 – Como um tipo novo de fenômeno urbano o núcleo de Ilha Solteira exige a definição de uma nova política geral, especialmente estabelecida para o seu caso, que permita organizá-lo de um modo novo, adequado às suas condições (MANGE e KATO, 1968, p. 10).

Existem dois modelos de cidade, a que surge espontaneamente e pode sofrer algum processo de replanejamento, e a que é planejada para algum fim específico. A construção da cidade de Ilha Solteira ocorreu baseada em um planejamento que buscou atender às seguintes características: a responsabilidade de administração pela CESP, as fases de crescimento relacionadas à construção da usina e a posterior emancipação. A combinação de tais características conferiu uma particularidade ao projeto e à cidade.

De acordo com o Planejamento Urbano I (MANGE e KATO, 1967, p. 73), estudos realizados pela CELUSA estimavam uma população total de 51.900 habitantes, sendo 14.700 trabalhadores necessários as obras¹¹.

Hespanhol (1993, p. 3 *apud* DOURADO, 2007, p. 70) observa que:

O núcleo urbano foi implantado num curto espaço de tempo (entre 1967-1970 foram construídas mais de 3.000 casas) e sua administração até 1992 ficou sob responsabilidade da CESP administrada pela AEIS. O amplo domínio exercido pela CESP sobre o núcleo urbano, fez com que Ilha Solteira permanecesse alheia à dinâmica do mercado imobiliário, fugindo assim, à lógica da produção do espaço da maioria das cidades brasileiras.

Tal como ocorreu em outras cidades brasileiras a partir do século XX, a visão dos projetistas sobre a urbanização da cidade se inspirou na reforma urbana realizada em Paris no século XIX, incluindo características como: a busca de regularidade nas construções; a preocupação com o trânsito de pedestres e veículos; a manutenção da ordem; a separação entre público e privado.

O Plano Urbano I (MANGE e KATO, 1967, p. 79) aponta como base dos princípios urbanísticos a “Cidade Linear”. Idealizado pelo engenheiro espanhol Arturo Soria y Mata, o conceito se baseia na criação da cidade com um eixo linear central,

¹¹ Considerando uma média de cinco pessoas por família, a estimativa previa 9.300 famílias e, portanto, residências.

possibilitando sua expansão sobre o território rural por meio deste eixo e que também favorece a acessibilidade dos meios de transporte, privilegiando a circulação na malha urbana proporcionando assim melhor distribuição dos serviços, locais de trabalho e áreas residenciais ao longo dessa faixa linear (ARAÚJO, 2011, p. 241). As justificativas para utilizar esse modelo foram às características topográficas locais e o desenvolvimento da área urbana por esse eixo de forma linear, possibilitando a expansão urbana a longo prazo, assegurando a “organização” almejada pelos idealizadores do projeto (SEÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA, 1970).

Observa-se que “manutenção da ordem” e “organização” são aspectos comuns que atendiam diretamente aos interesses da empresa responsável (antes CELUSA, depois CESP) de manter o controle sobre os trabalhadores, na escala local, e dos governos militares que mantinham o controle sobre o poder político e econômico, em escala nacional.

Em qualquer modelo de cidade (espontânea ou planejada), a urbanização se dá principalmente pelo parcelamento do solo. O plano diretor, encomendado pela CESP e realizado pela Planemak, prevendo o desenvolvimento do núcleo, não se restringe a área pertencente a CELUSA na época, estabelecendo três zonas delimitadas pelo anel rodoviário também concebido no plano: zona urbana; zona de indústrias pesadas; zona verde, cinturão florestal e área de pequena propriedade agrícola (MANGE e KATO, 1967, p.78). Dessa forma, a zona urbana foi dividida em duas zonas principais: habitacional e de equipamentos.

O zoneamento ordenou as funções urbanas, de acordo com o seguinte esquema:

a – zona habitacional

Área destinada à habitação e constituída pelas quadras definidas pelas “ruas”.

b – zona de equipamentos I

Área destinada à recreação (ativa e contemplativa) e equipamentos de primeiras necessidades (pequenos comércios) e constituída pelas faixas ou braços que correm entre as áreas de habitação e ao longo das alamedas.

c - zona de equipamentos II

Área destinada a equipamentos no setor educação (grupos escolares), pequenos centros comerciais, conjuntos de administração privada, hotéis, etc., e constituída pelos espaços que se estendem ao longo da avenida central, entre as áreas de habitação.

d – zona de equipamentos/centro social

Área destinada a equipamentos de funções não diretamente ligadas à habitação e que formam o chamado “core” urbano – comércio especializado, cinemas, administração urbana, ginásios, etc. e

constituída pelo espaço central que, interrompendo as áreas habitacionais, configura (nesta etapa de urbanização) uma ala norte e uma ala sul no plano urbano.

Esta zona central está organizada em sub-zonas para atendimento a diversas funções :

- Centro hospitalar
- Recreação contemplativa/parque
- Agrupamento de ensino médio
- “Core” propriamente dito
- Centro esportivo
- e - zona de equipamentos IV

Áreas destinadas a diversas atividades urbanas não incluídas nos grupos anteriores - indústria leve, abastecimento e manutenção de veículos, pequenas oficinas e depósitos, serviços públicos especializados, etc. - e constituídas pelos espaços restantes entre as áreas habitacionais e a avenida perimetral (MANGE e KATO, 1967, p.78).

É possível observar no zoneamento presente no Plano Urbano I (ver Figuras 8 e 9), além de influência do plano da “Cidade Linear” e reforma urbana de Paris (séc. XIX) uma forte influência modernista. O urbanismo modernista se constrói a partir das décadas de 20 e 30 com uma cidade setorizada onde cada atividade tem seu espaço, com o objetivo de se obter uma cidade organizada e controlada, satisfazendo as quatro funções básicas do urbanismo dispostas na Carta de Atenas: habitar; trabalhar; recrear-se; circular (SCHERER, 1986, p. 7). No Brasil, a utopia de um novo Estado e de uma nova Nação foi o que motivou sua influência, sobretudo nas cidades que se criavam entre os anos 50 e 60. As políticas nacionais de desenvolvimento e o ideal de “ordem e progresso” encontra nesse contexto, espaço para se desenvolver no urbanismo, tendo sua manifestação máxima em Brasília, com seus principais representantes, os arquitetos e urbanistas Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Brasília nasceu, como Ilha Solteira, um produto das políticas de descentralização do país e urbanização da região central e oeste. E assim como ela, com um modelo baseado em estudos sobre o homem e possível de ser replicado internacionalmente, o urbanismo presente no Plano Urbano I carrega diversas características do urbanismo funcionalista, racionalista ou modernista.

Fig. 8

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA PU I

Fonte: (A) CESP, 1988

(B) AEIS, 1970 *apud* D'ALMEIDA, 2012, p. 74

Representação do plano urbano do Núcleo Urbano de Ilha Solteira no primeiro planejamento

B

CIDADE DE ILHA SOLTEIRA - ZONEAMENTO/FUNÇÕES URBANAS

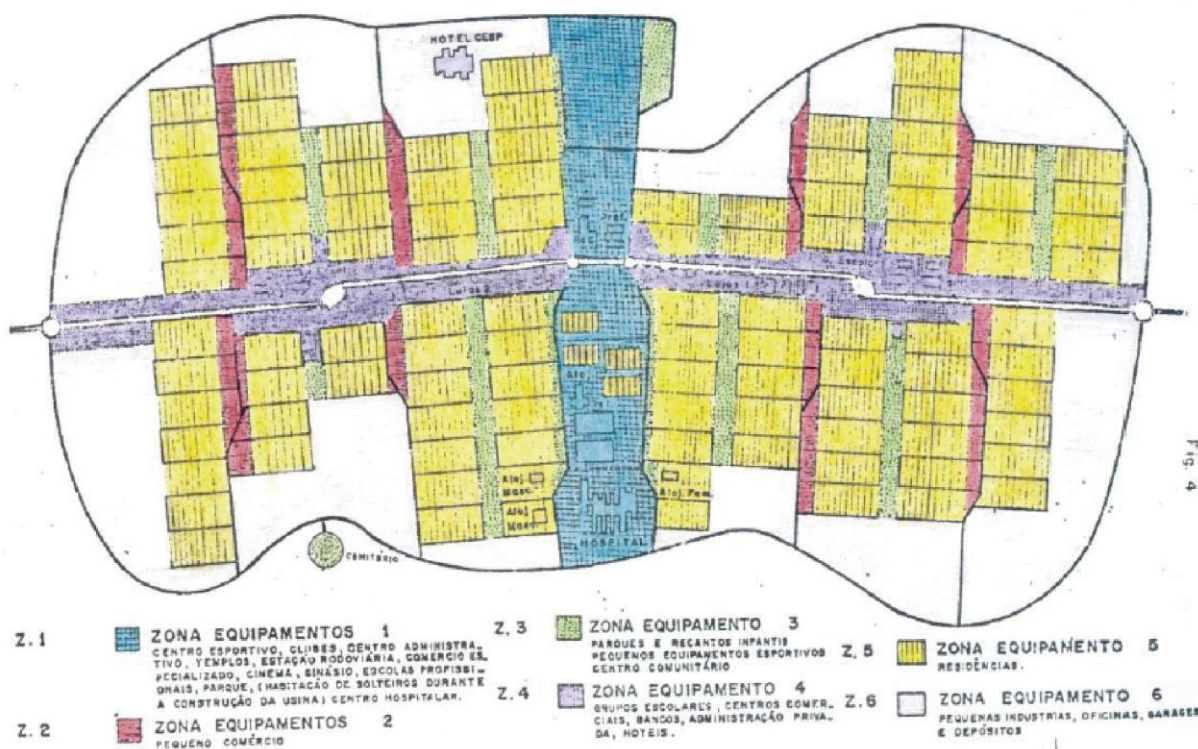


Fig. 9

MONUMENTOS HISTÓRICOS

Foto aérea do core urbano. Pode ser observada a caixa d'água, a prefeitura municipal (1) e a antiga rodoviária (2).



Foto da caixa d'água e monumento erguido em homenagem a Usina. A estrela de 20 pontas representando as 20 turbinas da usina.

Foto da caixa d'água, vista da antiga rodoviária.



Foto da praça central, ao fundo a caixa d'água.



Fonte: (A e B) Acervo pessoal, s.d.
(B e D) Acervo pessoal, 2018

A submissão da propriedade privada aos interesses coletivos, a padronização das construções e a prioridade conferida à circulação dos veículos e pedestres são suas mais fortes expressões dentro da cidade de Ilha Solteira, mas, diferente de Brasília, nesse caso, não havia utopia, não se buscava construir uma nova Nação, mas sim garantir o controle sobre os trabalhadores.

Em 1970, a cidade já tinha seu desenho urbano praticamente definido, marcado principalmente pela Avenida Central (Avenida Brasil), eixo transversal que divide o núcleo em área Norte e área Sul, e as avenidas perimetrais, Av. Continental e Av. Atlântida, delimitadoras do núcleo urbano (MANGE e KATO, 1967, p. 79). As ramificações do eixo principal que ligam as avenidas centrais as perimetrais são chamadas de alamedas, recebendo nomes dos estados brasileiros e refletindo a distribuição dos estados no território brasileiro de Norte a Sul. Tendo então seus quarteirões, denominados de passeios e compostos por ruas ou vielas, recebido nomes de cidades correspondentes aos estados nomeados nas Alamedas. As ruas seguem os nomes das cidades e as vielas por sua vez não têm nomes, podendo ser identificadas pelo número das residências indicadas por números centésimos¹².

O esquema viário funciona de forma a controlar o tráfego de veículos (característica do urbanismo linear adotado) e é o que delimita o zoneamento da cidade. No centro desse eixo, onde fica o “core” urbano, erguem-se dois monumentos, como podem ser observados na figura 6. Além da Estrela descrita no capítulo anterior, há também uma grande caixa d’água, considerada para a época moderna pelo seu “design” e “linhas arquitetônicas”, se tornando símbolo também do conceito utilizado na criação da cidade, de avanço e desenvolvimento (SEÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA, 1970, p. 36 - 39).

Como a cidade seria administrada por uma empresa e deveria, portanto, atender aos seus interesses, as diretrizes do plano urbano foram concebidas de forma que a CESP conseguisse manter o controle sobre os trabalhadores que lá residiriam, característica acentuada pelo período que foi o mais duro e de maior controle da ditadura militar. A população foi organizada por níveis socioeconômicos, e com base

¹² Dessa forma, os residentes do núcleo urbano conseguiam identificar facilmente um endereço, muitas vezes sem precisar verificar o mapa da cidade. Ao saber que uma residência se situava no passeio Caconde, número 308 (por exemplo), a pessoa já saberia dizer em que setor da cidade deveria ir e em qual viela a casa se situa. E essa singularidade persiste até os dias atuais.

nessa organização, ocorreu uma distribuição que determinava desde a casa do trabalhador e de sua família, até o espaço de lazer a ser frequentado. Isso se refletiu na estrutura da cidade que era formada por quadras compostas de casas iguais, diferenciadas e agrupadas pelos níveis socioeconômicos da população (DOURADO, 2007, p.72 - 73).

Dentro do plano urbano elaborado foi estabelecido um zoneamento habitacional em atendimento à existência – no “acampamento” – de diferentes categorias funcionais e salariais, vale dizer, a existência de diferentes estratos culturais e econômicos. Os critérios gerais desse zoneamento, à semelhança do que foi satisfatoriamente realizado em Jupiá, foram: em primeiro lugar, localizar contiguamente as zonas de equipamentos II e II (faixa central e “core”) as categorias funcional e economicamente mais baixas, subindo-se a escala à medida que o tecido habitacional afasta-se para a periferia; em segundo lugar, evitar descontinuidades acentuadas nesse zoneamento por categorias (MANGE E KATO, 1967, p. 93).

Essas características demonstram a busca pela homogeneidade das vizinhanças, que deu origem aos processos de segregação socioespacial¹³ próprios da cidade contemporânea, foram incorporadas e aperfeiçoadas no projeto de Ilha Solteira.

Como já mostrado, a intenção era a de construir uma cidade e não um acampamento provisório. Assim, os materiais utilizados em Ilha Solteira deveriam ser de melhor qualidade e durabilidade do que os utilizados na construção da Vila Piloto. Esses fatores resultaram em uma distribuição em que cada nível profissional e socioeconômico corresponderia a um tipo de moradia, variando desde o tamanho da residência, até os materiais utilizados na construção, resultando nas seguintes tipologias descritas na tabela e ilustradas nas Figuras 10, 11 E 12:

¹³ Segundo Villaça (2001, p. 143), “o que” determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole”, nesse mesmo estudo ele constata que geralmente são as classes mais altas que tendem a se estabelecer e se concentrar em uma única região (p. 311).

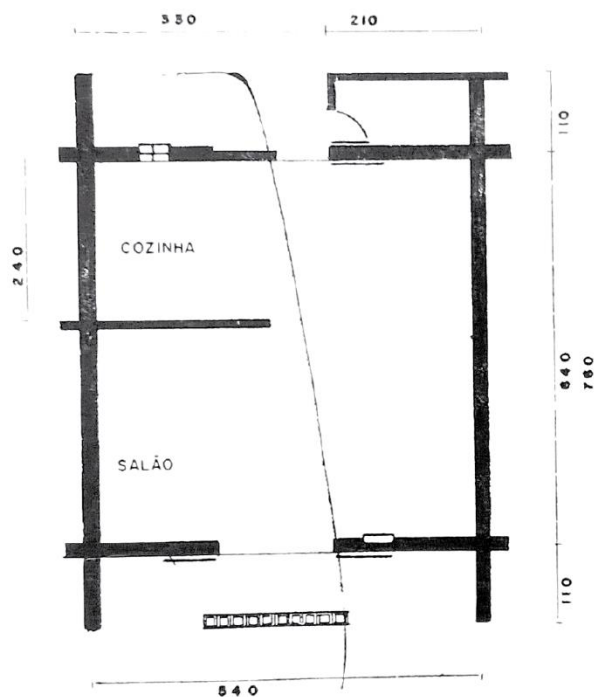
Características das residências em Ilha Solteira				
Tipo de habitação por nível	Área em m ²		Programa	Nível Sócio Profissional
	Lote	Área Coberta		
Tipo 1	108,00	32,64	Sala, 1 a 2 dormitórios, cozinha, banheiro, tanque, alpendre, área de frente e de fundo .	Operários não especializados: ajudantes, serventes, vigias e zeladores.
Tipo 2	132,00	44,90	Sala, 2 a 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e de fundo.	Profissões manuais como: carpinteiros, encanadores, mecânicos, pedreiros, pintores.
Tipo 3	132,00	44,90	Idem ao nível 2 com melhoramentos internos e esquadrias.	Auxiliares administrativos: chefes de turma, encarregados, mestres de obra, fiscais e laboratoristas.
Tipo 4	188,00	67,68	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, alpendres, área de frente e de fundo, abrigo para automóvel.	Assistentes técnicos: aux. de serviço social, desenhistas, projetistas, enc. de operação, de manutenção, inspetores de segurança, sanitários e prof. de ensino primário.
Tipo 5	300,00	105,52	Sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.	Técnico-administrativo, ou pessoal de cargo de chefia: agrimensores, professores de ensino técnico, professores de ensino médio, orientadores educacionais e orientadores pedagógicos.
Tipo 6	560,00	152,00	Sala de estar, sala de jantar, 4 dormitórios, banheiro, lavabo, copa, cozinha, lavanderia, dormitório e banheiro para empregada, alpendres, área de frente, abrigo para auto, área lateral de serviço e área de fundo para expansão.	Encarregados de nível universitário, profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais.

Fonte: AEIS, 1969, p. 8; CESP 1988, p13-15 *apud* DOURADO 2005, p. 72.

Fig. 10

Fonte: CESP, 1988

TIPOLOGIAS DOS PROJETOS RESIDÊNCIAS I

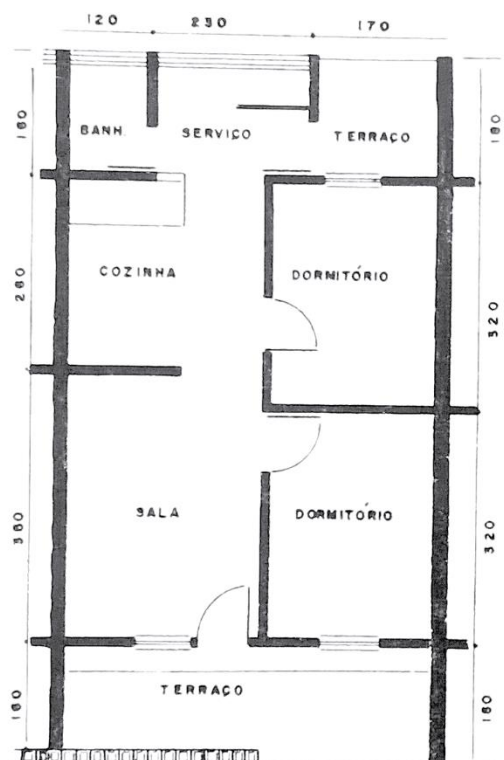
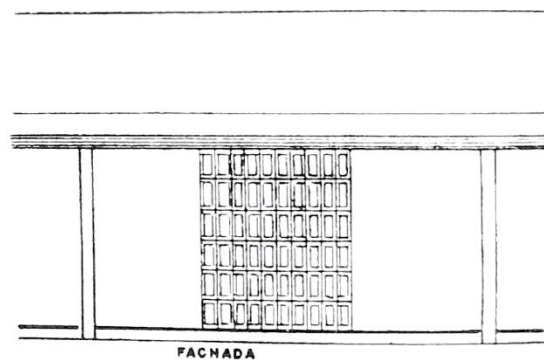


HABITAÇÃO TIPO 1

ÁREA FECHADA	32,64m ²
ÁREA ALPENDRADA	8,40m ²
TOTAL	41,04m ²

ESCALA — 1:100

TIPO 1



HABITAÇÃO TIPO 2

ÁREA FECHADA	42,27m ²
ÁREA ALPENDRADA	11,73m ²
TOTAL	54,00m ²

ESCALA — 1:100

TIPO 2

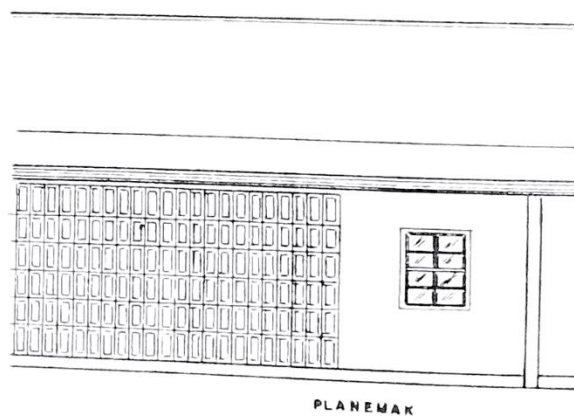
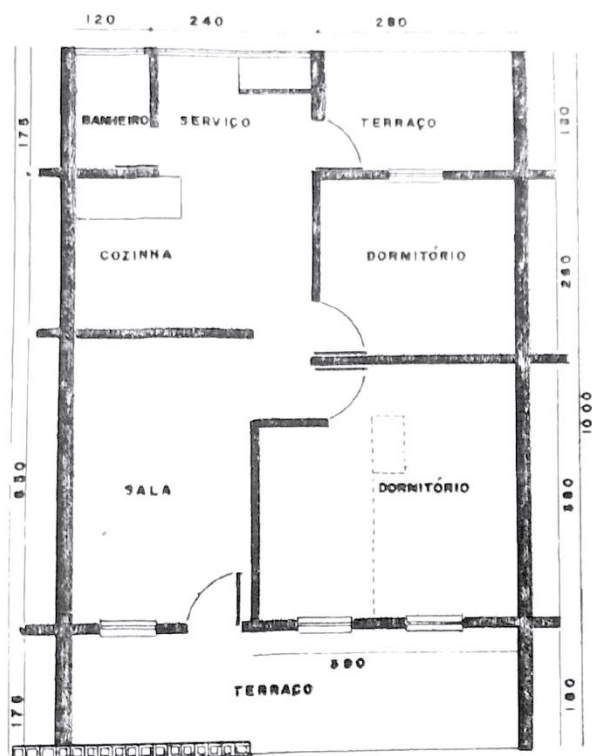


Fig. 11

Fonte: CESP, 1988

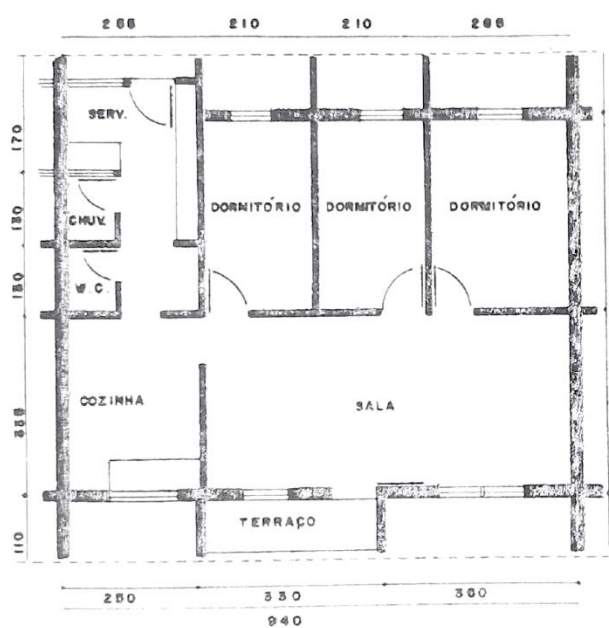
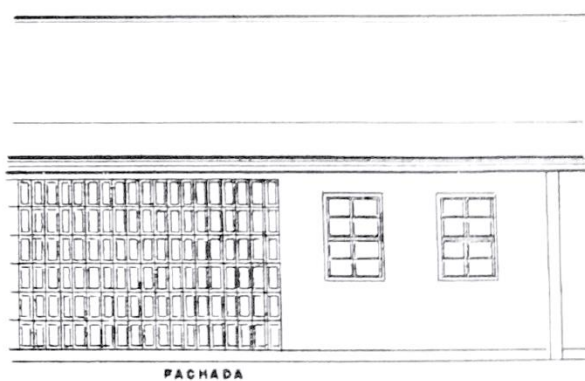
TIPOLOGIAS DOS PROJETOS RESIDÊNCIAS II



HABITAÇÃO TIPO 3
 ÁREA PRINCIPAL 49,88m²
 ÁREA ALPENDRADA 16,18m²
 TOTAL 66,06m²

ESCALA — 1:100

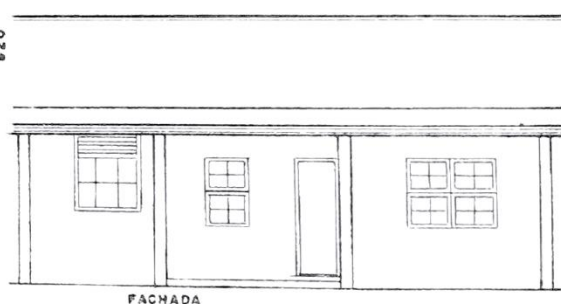
TIPO 3



HABITAÇÃO TIPO 4
 ÁREA FECHADA 67,68m²
 ÁREA ALPENDRADA 16,80m²
 TOTAL 84,48m²

ESCALA — 1:100

TIPO 4



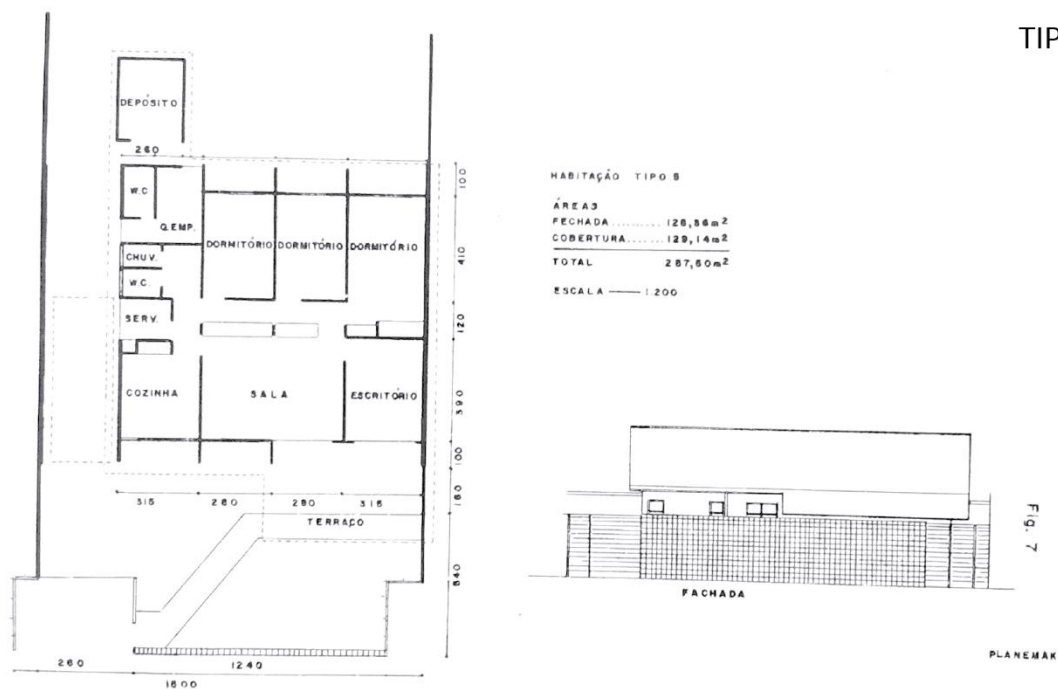
PLANEMAK

Fig. 12

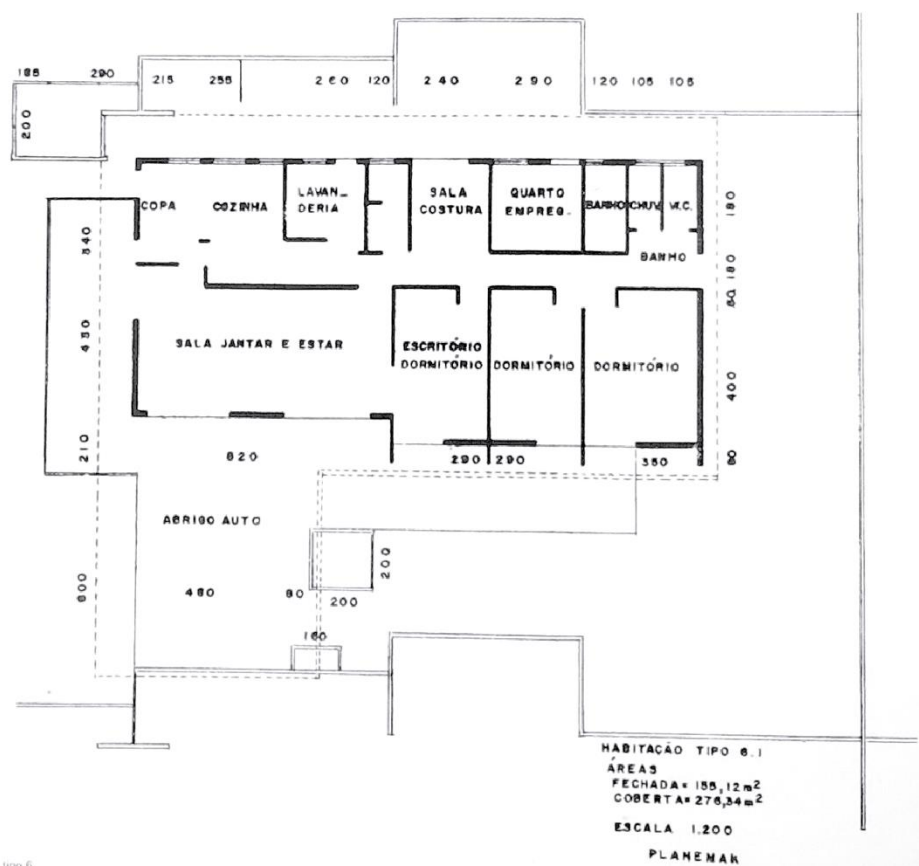
Fonte: CESP, 1988

TIPOLOGIAS DOS PROJETOS RESIDÊNCIAS III

TIPO 5



TIPO 6



Devido às diferentes tipologias residenciais, na Zona Norte, onde se concentravam a população de nível profissional e socioeconômico mais baixo, os quarteirões eram formados por uma concentração de casas maior do que na Zona Sul. Além dessa característica, as casas na zona sul eram espaçadas, tanto nas laterais do terreno, quanto nas ruas, havendo até espaço para a construção de calçadas, infraestrutura inexistente nas vielas. Segundo Dourado (2007, p. 86):

O projeto inicial obedeceu a uma estrutura urbanística derivada da necessidade de seguir um padrão arquitetônico único. A falta de variedade nos materiais de construção empregada deu à cidade um caráter bastante uniforme e até um tanto monótono. Ilha Solteira é também compacta, com poucos espaços livres entre as habitações.

Como resultado, “o planejamento inicial e a tipologia das residências para moradores dos níveis 5 e 6 proporcionava maior conforto, tendo espaço entre uma residência a outra e mais áreas de lazer com áreas verdes e praças” (DOURADO, 2007, p. 93) (ver Figura 13).

Ao mesmo tempo que o urbanismo modernista fraciona a cidade, suprimindo sua complexa totalidade física-espacial, promove a padronização, gerando a monotonia observada em Ilha Solteira. Mas, no caso dessa cidade, a padronização diferenciada por níveis profissionais e socioeconômicos acentua a desigualdade, que também se expressa espacialmente podendo ser visualizada na Figura 14, dando novo conteúdo à segregação socioespacial prevista desde o projeto urbano.

A diferenciação em níveis era ainda mais explícita nas escolas e nos poucos espaços de lazer. Para o ensino fundamental, existiam escolas na Zona Sul e na Zona Norte (Figura 15), frequentadas pelos filhos dos funcionários moradores de cada região. Assim, pela proximidade da escola com a residência, na escola da Zona Norte estudavam filhos dos funcionários de nível 1, 2, 3 e 4, e na Zona Sul os de nível 5 e 6. Ao chegar no colegial, por existir somente uma escola para todos os alunos da cidade, havia, pela primeira vez, o convívio entre esses jovens. Desse modo, esse tornou-se um espaço onde os níveis socioeconômicos se chocavam, criando embates motivados a discriminação social (DOURADO, 2007, p. 76).

Fig. 13

DENSIDADE HABITACIONAL

Imagens fonte: Google Earth
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



Tipo 4 - 16 lotes por viela



Tipo 1 - 28 lotes por viela



Tipo 5 e 6 - 8 a 10 lotes por viela

Na imagem por satélite é possível observar a densidade habitacional, e deixa evidente a maior concentração de residências em determinadas regiões da cidade.



Fig. 14

EDIFICAÇÕES

Comparando as fachadas das residências e suas localizações na cidade é possível verificar as diferenças entre as edificações.

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



Fig. 15

**MAPA
LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS**

Organização: Inayara S. Sampaio
Edição: Rafael M. Brito
06/2018

**LEGENDA**

E.E. Arno Hausser e EMEF Lucia
Maria Donato Garcia



E.E. Urubupungá e Lea Silva Moraes

0 0,25 0,5 1 1,5 2 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Segundo Dourado (2007, p. 73), em 4 de julho de 1970 o primeiro clube recreativo e esportivo, CAIS (Clube Atlético de Ilha Solteira), foi inaugurado, destinado aos funcionários de níveis 3 e 4. E em 1971, foi inaugurado o segundo clube, a Sociedade Recreativa dos Trabalhadores de Urubupungá, destinado aos funcionários de níveis 1 e 2.

Estes clubes foram até a década de 1990 os únicos equipamentos de lazer destinados à população, cabe salientar que não eram de uso público, uma vez que para frequentá-los havia necessidade de se ocupar na empresa o cargo correspondente ao nível do clube. Esta estratificação social perdurou por muitos anos. Os clubes 1-2 e 3-4 eram construídos no mesmo terreno divididos apenas por uma cerca do tipo alambrado com mais ou menos 1 metro de altura, apesar dessa separação os frequentadores do clube 1-2 não frequentavam as dependências do clube 3-4 (DOURADO, 2007, p. 74).

Como mostrado pela autora (2007, p. 75), os sócios do clube 1-2 não podiam frequentar as dependências do clube dos funcionários de maior nível profissional e socioeconômico, porém, obedecendo a hierarquia institucionalizada do regime militar¹⁴, os níveis superiores poderiam frequentar qualquer um dos clubes. Caso alguma ordem hierárquica fosse descumprida, o funcionário poderia até sofrer sanções por parte da empresa, o que demonstra a vinculação entre vida urbana e profissional. O rígido controle da população, resultante de tais relações, estava previsto no Planejamento Urbano I, porém já havia uma distinção nos modos como esse controle seria realizado, de acordo com a parcela da população a ser atingida:

Por mais que a empresa tente obter um controle total sobre o núcleo, haverá grupos que por sua natureza lhe escaparão. Essa população, embora pequena, não poderá ser enquadrada nos esquemas comuns. Trata-se no caso, de juiz, médicos, professores, etc.

Para os trabalhadores braçais, habituados a um padrão de vida extremamente modesto, os serviços de um acampamento aparecem como um “admirável mundo novo”. Mas, para os funcionários e profissionais, habituados a condição de vida melhores, um controle muito rigoroso pode criar um clima de constrangimento, com evidentes consequências negativas (MANGE e KATO, 1967, p. 34).

Quando se leva em conta que a cidade se caracteriza pelo convívio entre os diferentes, em espaços públicos, como ruas, parques, praças, clubes e espaços de lazer, assim, se conclui que em Ilha Solteira não foram previstos espaços de convívio, mas isso

¹⁴ Herança da própria administração local, que tinha sua segurança exercida por capitães e tenentes do exército.

não quer dizer que ruas e praças não tenham sido apropriadas e transformadas em espaços de convivência. As famílias recém-chegadas na maioria das vezes não tinham relações de amizade ou familiar próximas, assim nos primeiros anos de implantação da cidade o convívio era observado nas relações de vizinhança.

Segundo a administração do núcleo no documento da CESP de 1969 (Boletim informativo nº 8, p. 10), a distribuição das residências por nível profissional e socioeconômico facilitaria a aproximação e o relacionamento entre vizinhos. Além de frequentemente os chefes de família trabalharem no mesmo setor, favorecendo o relacionamento extraprofissional. Mas o que não se levava em conta eram os problemas decorrentes de tal aprofundamento do processo de segregação socioespacial, tais como, a dificuldade de convívio os diferentes e a intolerância, dela decorrente, e a limitação dos horizontes, seja profissionais, seja sociais¹⁵.

Em documentos da CESP, se observa que a influência que essa distribuição teria nas relações sociais já era discutida desde o início da história de Ilha Solteira:

Por sua própria estrutura física e por sua organização social que tende a classificar a população em “níveis” rigidamente estabelecidos, Ilha Solteira vai ser para a maioria de seus habitantes a ocasião de tomar consciência das disparidades existentes entre as diferentes classes sociais, muito mais rapidamente de quanto poderia acontecer numa outra cidade (Boletim Informativo nº 8, 1969, p. 15).

Apesar da intenção pacificadora, propagandeada principalmente pelo regime militar, na promessa de desenvolvimento e ordem, tal separação rígida causa o efeito contrário: de insegurança civil e social, já que sem o convívio a distância é alimentada pela sensação de não pertencimento e preconceito, e é vivida com rejeição (INNERARITY, 2013). Nesse contexto, o autor discorre sobre o conceito de cidade:

O tamanho da população, a densidade das edificações e a mistura dos grupos e das funções sociais, a descomunal justaposição de pobres e ricos, novos e velhos, nativos e forasteiros, a sua composição Inter geracional, tudo isso faz da cidade um lugar de comunicação e de divisão do trabalho, de experiência da diferença, de conflito e inovação (INNERARITY, 2013, p. 110).

Esses fatores fazem com que as relações sociais em Ilha Solteira tenham sido, desde a origem, muito influenciadas pela intensa segregação socioespacial, limitando-

¹⁵ Nesse caso, se considera que é um problema do ponto de vista dos moradores, mas uma vantagem do ponto de vista da CESP e do Regime Militar.

se os espaços realmente públicos às vias de trânsito. Ou seja, o espaço onde haveria o encontro entre diferentes classes sociais somente existe nas vias de trânsito.

1.3 MUDANÇAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A década de 1980 foi caracterizada por mudanças, tanto na escala nacional, com a redemocratização, como em Ilha Solteira, como já mencionado, com a venda dos imóveis pela CESP, aos seus moradores, e com o Planejamento Urbano II, criado também pela Planemak (Engenheiro Ernest Mange e o arquiteto Ariaki Kato), em setembro de 1980, que pretendia efetivar o processo de transformação da cidade. O objetivo desse segundo planejamento foi previsto já nos primeiros estudos efetuados pela CELUSA, mantendo as diretrizes do Planejamento Urbano I (1967) e complementando às áreas até então consideradas de expansão (Ver Figura 16). Foi revisto o parcelamento do solo urbano, adaptando-o às condições do mercado na época, assim como elaboradas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, código de obras e regulamentação da paisagem urbana.

Depois da emancipação administrativa ocorrida em 1992, outras mudanças precederam à referida “elevação à categoria de Estância Turística” ocorrida em 2000, sobretudo no que se refere ao lazer. Além dos clubes como área de lazer, quando esses começaram a ser menos frequentados (a partir do final dos anos 90, época áurea dos clubes), a população começou a vivenciar um maior contato com a natureza, sendo atraídos pelas praias Marina e Catarina, resultados naturais do lago criado pela barragem que já existiam como infraestrutura e se tornam principais atrativos turísticos da cidade. Dourado (2007, p.83) mostra que a segregação socioespacial característica do espaço urbano de Ilha Solteira estendeu-se também para as praias, mesmo que estivessem situadas em áreas descontínuas em relação a este, como se observa no mapa (Figura 17):

O consumo do espaço desses equipamentos, nessa época, se deu nos moldes do consumo do espaço urbano, ou seja, dividido em níveis. Não existia um controle efetivo, mas uma barreira “invisível” que separava por meio do uso os diferentes atores que frequentavam as praias.

Fig. 16

ZONEAMENTO PU II

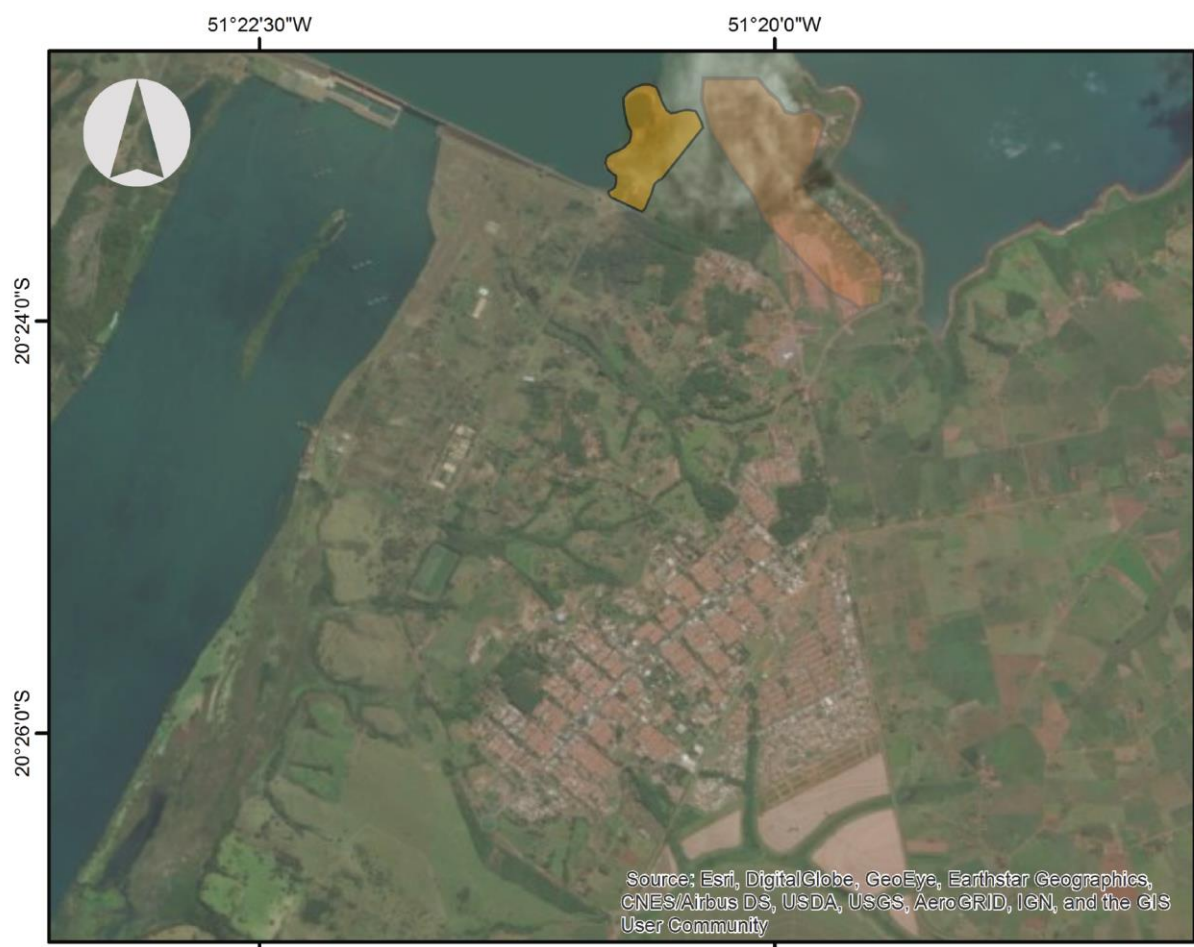
Fonte: Planemak, 1980
 Edição e organização: Inayara S. Sampaio
 06/2018



Fig. 17

MAPA LOCALIZAÇÃO DAS PRAIAS

Organização: Inayara S. Sampaio
Edição: Rafael M. Brito
06/2018



LEGENDA

-  Localização das praias Marina e Catarina
-  Localização do bairro "Recanto das Águas"

0 0,5 1 2 3 4 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Dessa forma, a praia Catarina era frequentada pelo chamado “povão” níveis 1 a 4 com atrações bem populares e a praia Marina era frequentada pelos moradores dos níveis 5 e 6 que lá podiam praticar esportes aquáticos e até passear em barcos à vela.

Revelando como esses espaços são dinâmicos, apesar dessa carga histórica, hoje a praia Catarina é a mais procurada pelos turistas, por possuir:

[...] infraestrutura de acesso pavimentada, completa rede de água e esgoto, energia elétrica, telefone público, equipamentos de lazer com área gramada, lanchonetes, quiosques com churrasqueiras, energia elétrica, playground, atracadouro para barcos, quadras poliesportivas, estacionamentos para ônibus e carros, sanitários e duchas, áreas para pescaria e destinada a camping, calçadão ao longo de toda a praia (DOURADO, 2005 *apud* DOURADO 2007, p. 84).

É também na praia Catarina onde hoje se realizam diversos eventos culturais, dentre eles, o carnaval universitário, promovido anualmente por alunos da UNESP, sendo uma atração para jovens de todo o estado. Enquanto a praia Marina tem menos infraestrutura e é utilizada principalmente por aqueles que praticam esportes náuticos, uma parcela menor da população que tem acesso a esses equipamentos.

De acordo com Dourado (2007, p. 85), a intenção de tornar Ilha Solteira uma Estância Turística, justifica o direcionamento dos investimentos para a praia Catarina, dotando-a de infraestrutura e a tornando mais frequentada pelos moradores, de modo geral. A praia Marina, apesar de pouco frequentada, se situa próxima do bairro “Recanto das Águas” (ver mapa 4), composto por residências de alto padrão, ranchos e “casas de campo”. Por todas essas características se identifica o alcance do processo de segregação socioespacial historicamente presente em Ilha Solteira, ao mesmo tempo em que a exclusividade, ainda que relativa da praia Marina indica que tendências mais próprias de cidades grandes e médias já começam a se evidenciar nesses seus espaços de lazer.

Outra mudança observada por diversos pesquisadores e importante de ser levada em consideração diz respeito à densidade habitacional da cidade. Segundo Hespanhol (1993, p.35 *apud* Dourado, 2007, p.86), a densidade média de Ilha Solteira ainda na época da construção da usina era de 120 habitantes por hectare, número muito maior do que a média das cidades brasileiras de 50 habitantes por hectare, o que se devia à tipologia e aglomeração das residências. Tal densidade variava de 80 habitantes por hectare nos setores cujas habitações eram destinadas a população de trabalhadores mais qualificados e de 300 habitantes por hectare nos setores de residências dos

trabalhadores menos qualificados. Em 2010, a densidade demográfica da cidade caiu para 32,42 hab./km² (IBGE).

A despeito dessas mudanças ocorridas desde os anos 1980, segundo Dourado (2007, p. 86), a cidade ainda apresenta problemas decorrentes do planejamento inicial, com residências geminadas concentradas na zona norte¹⁶ e poucas áreas de lazer especialmente nessas áreas onde a concentração populacional era maior, mas nas quais os investimentos voltados à qualidade da vida urbana foram insuficientes.

Em função das diferenças marcantes entre a população, até hoje é observada a distinção entre zonas Norte e Sul, pela concentração da população e tipologia das residências construídas.

A Zona Norte é um misto de comércio com áreas residenciais mesmo fora do eixo da Avenida Brasil, onde se concentra uma grande densidade populacional de classe média baixa. Ao passo que na Zona Sul a área comercial concentra-se basicamente no eixo da Avenida Brasil, com áreas exclusivamente residenciais, abrigando a classe média alta, baixa densidade populacional e com mínima circulação de pessoas (DOURADO, 2007, p. 94).

Mais recentemente, na Zona Norte, houve realocação de moradores de residências geminadas de madeira para conjuntos habitacionais (COHAB e CDHU) e novos bairros (Jardim Aeroporto, Jardim Novo Horizonte e Portal do Bosque), implantados pela prefeitura (DOURADO, 2007, p.92; SANT'ANA; SANTANA; SANTANA, 2014, p.11-14). Já na Zona Sul, além das residências diferenciadas em questão de estética e infraestrutura, ocupadas por famílias com poder aquisitivo superior à Zona Norte, atualmente situam-se os bairros Jardim Morumbi e Jardim Santa Catarina, e os recentes Nova Ilha, Ilha do Sol e Residencial Ilha Bela¹⁷. Localizado na região há também o condomínio de alto padrão Portal do Sol¹⁸.

Esses novos bairros, portanto, tendem a manter características presentes desde os primeiros planos diretores. Porém a partir do Plano Urbano II, foram previstas

¹⁶ Permanência mais evidente no caso dos moradores que não realizaram modificações nas residências, após a compra do imóvel.

¹⁷ O Ilha do Sol é o mais recente dos três bairros citados, vendido pela mesma incorporadora dos anteriores e situado ao sul do Nova Ilha. Em contraste com o Residencial Ilha Bela, este loteamento se mostra mais inclusivo, continuando o traçado urbano do loteamento a Noroeste deste. Já o Residencial Ilha Bela é parte integrante do Nova Ilha, porém se caracteriza um loteamento de acesso controlado.

¹⁸ O bairro Recanto das Águas O Condomínio Portal da Praia e o, que se situam próximos às praias Marina e Catarina, são compostos de casas de veraneio e situa-se ao norte da cidade, sendo, portanto, uma exceção em relação ao padrão antes descrito.

modificações no tecido urbano, com mudanças em algumas ruas situadas na Zona Sul¹⁹. Foram incorporadas calçadas nas vielas de residências dos tipos 5 e 6, que já tinham maior dimensão longitudinal do que as vielas ocupadas por residências e moradores de níveis profissionais e socioeconômicos mais baixos, favorecendo o trânsito de pedestres e veículos. A mesma solução foi adotada nas áreas ocupadas pela Unesp (PLANEMAK, 1980, p. 20), conforme se observa na Figura 14. Com essa transformação, algumas vielas receberam denominação de ruas com nomes de cidades, favorecendo ainda mais a diferenciação entre os espaços da cidade.

Havia, porém, também uma projeção do que viria a ser a alteração do parcelamento do solo nas propriedades em vielas mais estreitas. De acordo com o Planejamento Urbano II (PLANEMAK, 1980, p. 30) adotar-se-ia um sistema condominial, onde os passeios seriam desmembrados e cada viela se tornaria um condomínio²⁰ (Ver Figura 18).

Levando em consideração o sistema viário, áreas urbanas e parcelamento do solo, no Plano Urbano II também foi prevista a ocupação a curto e médio prazo dos vazios existentes dentro da área definida pelas avenidas perimetrais, ao mesmo tempo em que se estabelece o cinturão verde como área de “fundamental importância para conter o processo de desenvolvimento urbano dentro da estrutura adotada”. A longo prazo, estabelece “eventual expansão da cidade além dos limites da perimetrais, mas apenas na direção Nordeste” (PLANEMAK, 1980, p. 40), utilizando como eixo viário, a rodovia já existente que liga a cidade à Pereira Barreto (PLANEMAK, 1980, p. 41).

Todavia, como resultado da “pressão imobiliária” promovida pela procura da população por áreas com maior espaço físico para construção, o espaço previsto no Plano Urbano II para essa expansão não foi utilizado como o planejado (SANT`ANA ; SANTANA; SANTANA, 2014, p.2), assim a urbanização ultrapassando os limites das perimetrais e se contrapondo aos princípios da “cidade linear”, atingiu as áreas reservadas para outros tipos de ocupação, como o Cinturão Verde e o antigo Aeroporto (Ver Figura 19).

¹⁹ Realizadas durante o processo de emancipação de Ilha Solteira.

²⁰ Nas visitas à cidade, não se constatou a presença desses condomínios.

Fig. 18

MODIFICAÇÕES DO PU II

Fonte: (A) Acervo pessoal, 2018
(B) PLANEMAK, 1980



Via de nível 6 no Passeio Paranaguá apresenta incorporação da calçadas.

Representação em planta dos condomínios de via propostos.

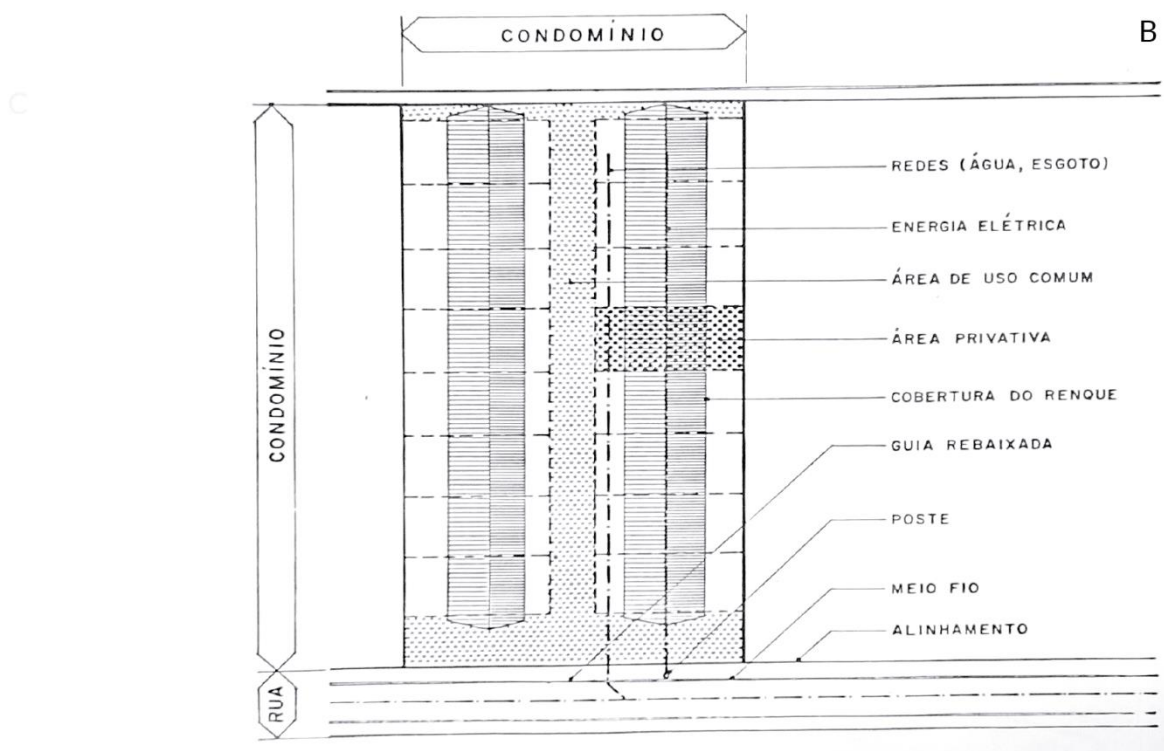


Fig. 19

**MAPA
URBANIZAÇÕES RECENTES**

Organização: Inayara S. Sampaio
Edição: Rafael M. Brito
06/2018

**LEGENDA**

-  Traçado original (PU I e PU II)
-  Áreas urbanizadas nas últimas décadas

0 0,25 0,5 1 1,5 2 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Essa nova configuração urbana da cidade de Ilha Solteira se assemelha aos padrões gerais da urbanização brasileira, em especial das cidades médias e grandes, nas quais a população de classe média e alta procura, cada vez mais, residir em espaços afastados da população de classe baixa. Dessa forma, a área rural da cidade enfrentou grandes mudanças, já que, como mostra Sant`Ana; Santana; Santana (2014, p. 8), de acordo com o projeto original, a cidade tem forte limitação de expansão territorial por conta da vasta área planejada para ser agrícola, o chamado Cinturão Verde²¹.

Porém, a partir de 2000 esses lotes rurais foram dando lugar a extensas plantações de cana de açúcar, que chegam até os limites da cidade. Isso foi possível porque, a partir do final dos anos 90, a CESP iniciou a titulações dos lotes dessa área, o que tornou possível a venda pelos proprietários, da forma que lhes fosse mais vantajoso. Assim:

A crescente demanda dos moradores por casas não geminadas, aliada às dificuldades de produção das famílias do Cinturão Verde, tem transformado um espaço que deveria ser área agricultável em área crescentemente urbanizada, com a proliferação de condomínios residenciais, condomínios mistos de lazer e residenciais, chácaras de lazer, residências de luxo e multiplicação de casas nos lotes, seja para abrigar familiares (especialmente filhos e netos), seja para obter uma renda extra por meio de aluguel (SANT`ANA ; SANTANA; SANTANA, 2014, p. 10).

A proximidade com a área urbana da cidade valorizou esses terrenos, que foram em sua maioria subdivididos e loteados pelos próprios agricultores proprietários ou por empresários que compraram lotes inteiros, lotearam, e lucraram com a venda por metro quadrado²². A área agrícola envolta da cidade então se tornou a “nova periferia” de Ilha Solteira, o espaço onde parte da população, em sua maioria as classes com maior poder aquisitivo, procuraram para se estabelecer. Dessa forma, tal como também vem ocorrendo em outras cidades brasileiras (CALDEIRA, 2000; SPOSITO e GÓES, 2013), se altera a relação centro periferia, em especial porque o conteúdo da periferia mudou.

²¹ Segundo Sant`Ana; Santana; Santana (2014, p. 6), o cinturão Verde foi uma forma de compensação da CESP para os ribeirinhos e agricultores desabrigados com a formação do lado que compõe a barragem da Usina. Assim foram doadas terras entorno do núcleo urbano, criando um assentamento rural que abasteceria a cidade.

²² Os loteamentos que foram inseridos em áreas do Cinturão Verde foram: Portal do Sol e Portal do Bosque e anteriores CDHU-Ilha Solteira B e Novo Horizonte. Os loteamentos Ilha do Sol, Nova Ilha e Ilha Bela (parte integrante do Nova Ilha) foram implantados em áreas das fazendas ao entorno da cidade.

A tendência à localização periférica desse tipo de empreendimento é explicada, sobretudo, em função da necessidade de uma gleba de tamanho médio a grande para sua implantação (SPOSITO e GÓES, 2013). As relações advindas desse processo nas cidades brasileiras, têm provocado novas formas de segregação, sobretudo pela presença dos espaços fechados, um dos principais fatores de segregação nas cidades atuais (VILLAÇA, 2001).

No âmbito desse processo, a dinâmica de ocupação da periferia em Ilha Solteira se dá principalmente pela disputa já comentada sobre as áreas de expansão urbana mais qualificadas. Uma vez que as construções iniciais ainda estão presentes, como é o caso das casas germinadas, o planejamento urbano inicial influencia a divisão (e diferenciação) entre as regiões Norte e Sul da cidade, assim como nos processos de segregação espacial, presente desde o início da sua história, e no processo de fragmentação, mais recente, agravado pela presença de vazios entre o perímetro urbano histórico e os novos bairros²³.

²³ Áreas tais como o cinturão verde, a área central e as vias perimetrais (Figura 20).

Fig. 20

VAZIOS URBANOS

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



2

ª PARTE

O RESIDENCIAL ILHA BELA

CARACTERÍSTICAS DO DESENHO
URBANO DO RESIDENCIAL ILHA BELA,
SEUS MORADORES E DINÂMICAS DE
PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

2.1 CARACTERÍSTICAS DO RESIDENCIAL ILHA BELA

O Residencial Ilha Bela, começou a ser loteado e ter sua infraestrutura construída antes do Plano Diretor de Ilha Solteira (2007) e foi planejado inicialmente como um loteamento convencional. Nos mapas do Plano Diretor (disponibilizados pela prefeitura de Ilha Solteira), é possível verificar o plano onde ele fazia parte da implantação do loteamento que atualmente fica a margem esquerda do córrego, chamado de Nova Ilha (Figura 21). Porém ocorreu de seu loteamento e venda acontecer alguns meses depois e por conta da presença do córrego, da faixa de proteção ambiental e áreas verdes que circundam sua área, acabou por ter seu traçado urbano independente, distinguindo-se do anterior e inclusive obtendo outro nome (Figura 22), se configurando hoje como um loteamento de acesso controlado²⁴. Nas Figuras 23, 24 e 25 é possível observar em fotos os elementos descritos.

As relações de acesso ao bairro e a permeabilidade do traçado urbano, são observadas no Projeto do Plano Diretor (2007) com a proposta de uma via transversal arterial atravessando o bairro (Figura 26), porém essa obra não foi concretizada. Dessa forma, o Residencial Ilha Bela apresenta hoje somente uma entrada de carros e pedestres, controlada por cancelas, câmeras de segurança e vigilância 24 horas. Os resquícios do plano de expansão podem ser observados nas vias dentro do próprio bairro. As casas que se situam nos seus limites possuem ruas que acabam em terrenos voltados para as fazendas agroindustriais, e as ruas que dariam continuidade ao traçado urbano terminam sem nenhuma sinalização ou retorno (Figura 27). No mapa de zonas de uso do solo (Figura 28), do mesmo plano, também pode ser visto que alguns lotes são categorizados como zona de comércio e serviço, porém, é outra diretriz que não foi concretizada.

²⁴ A atualização da lei federal nº 6.766 de 2017 classifica como “loteamentos de acesso controlado” a modalidade de loteamento cujo área é de propriedade pública, mas que possui controle de acesso por parte dos moradores do bairro. O que antes era uma discussão sobre a legalidade desse tipo de empreendimento no parcelamento do solo urbano hoje é classificado e permitido por tal lei desde que não interfira no direito de ir e vir dos cidadãos.

Fig. 21

MAPA DE DIAGNÓSTICO - PDM LOTEAMENTOS

Fonte: Departamento de Habitação,
Saneamento e Urbanismo de Ilha Solteira.
Elaboração: TécnuS – Prestação de
Serviços de Engenharia e Urbanismo.



Fig. 22

MAPA LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS

Organização: Inayara S. Sampaio
Edição: Rafael M. Brito
06/2018



LEGENDA

- Nova Ilha
- Ilha do Sol
- Ilha Bela

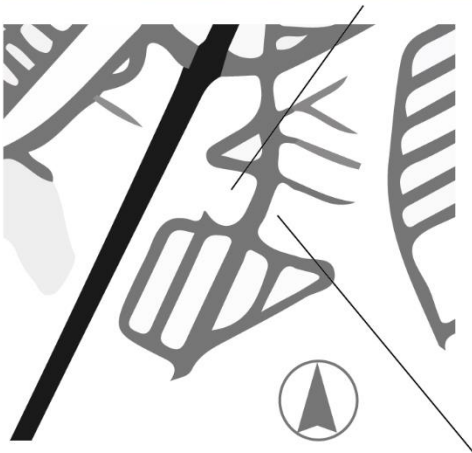
0 0,25 0,5 1 1,5 2 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Fig. 23

FOTOS DA FAIXA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



A faixa de proteção ambiental tem aproximadamente 10 metros, e fica bem próxima das residências.

Fig. 24

FOTOS DA ÁREA VERDE DENTRO DO RESIDENCIAL

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio

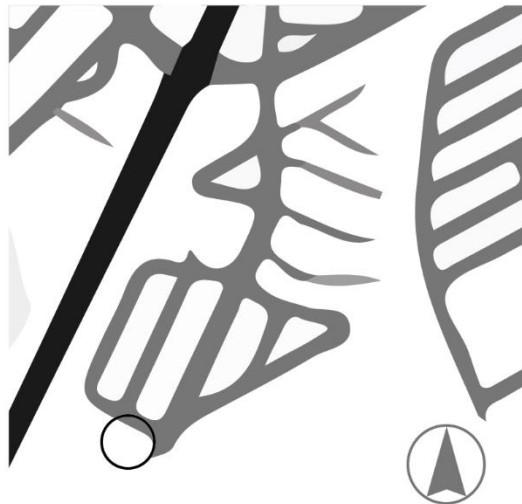


Fig. 25

FOTOS DA ÁREA VERDE E DE LAZER FORA DO RESIDENCIAL

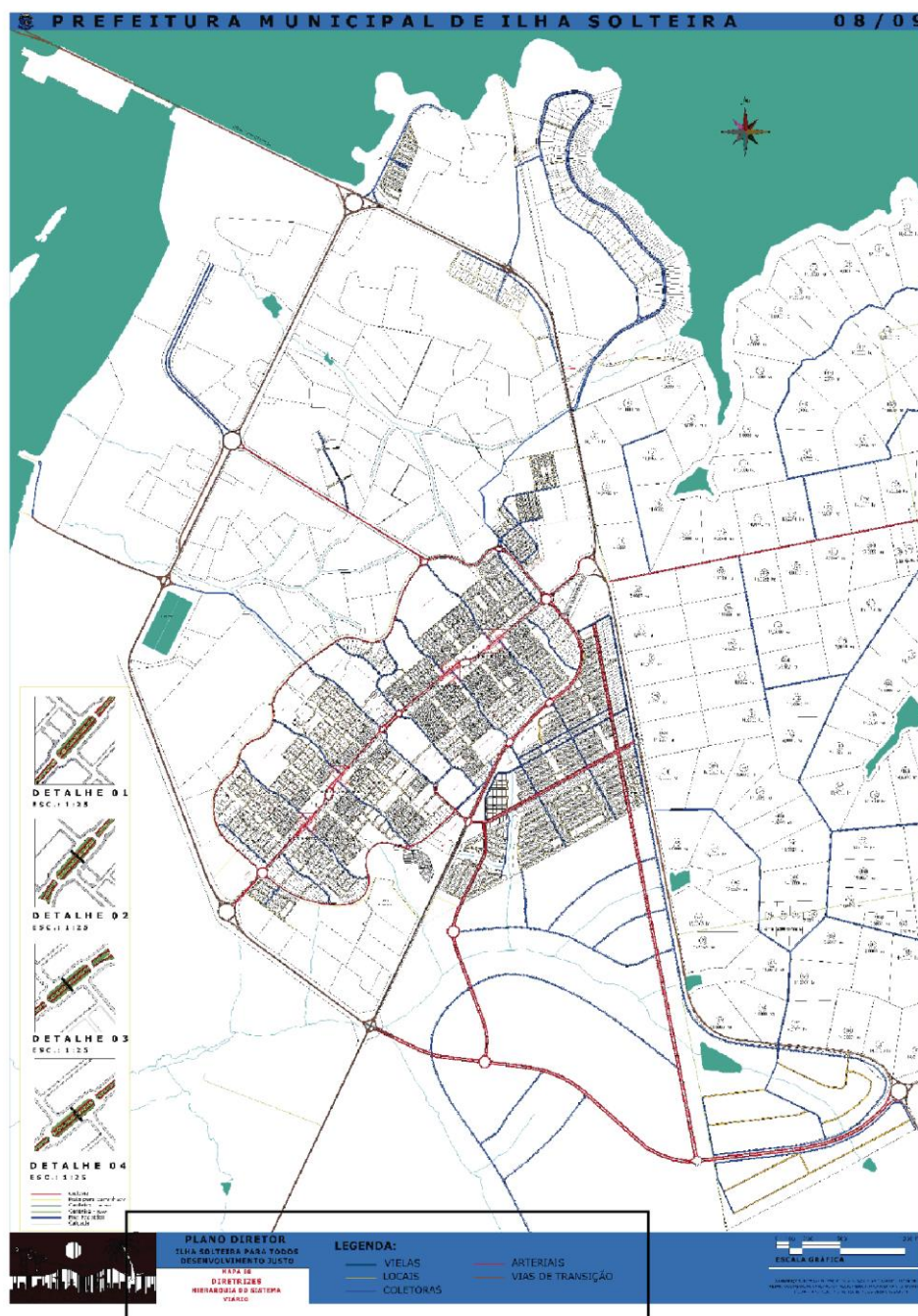
Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



Fig. 26

MAPA DE DIRETRIZES - PDM HIERARQUIA DE VIAS

Fonte: Departamento de Habitação,
Saneamento e Urbanismo de Ilha Solteira.
Elaboração: TécnuS – Prestação de
Serviços de Engenharia e Urbanismo.



PLANO DIRETOR
ILHA SOLTEIRA PARA TODOS
DESENVOLVIMENTO JUSTO

MAPA 08
DIRETRIZES
HIERARQUIA DO SISTEMA
VIÁRIO

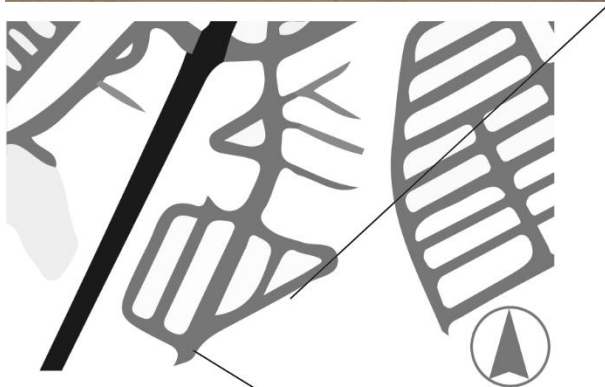
LEGENDA:

- VIELAS
- LOCAIS
- COLETORAS
- ARTERIAIS
- VIAS DE TRANSIÇÃO

Fig. 27

VIAS DO RESIDENCIAL ILHA BELA

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



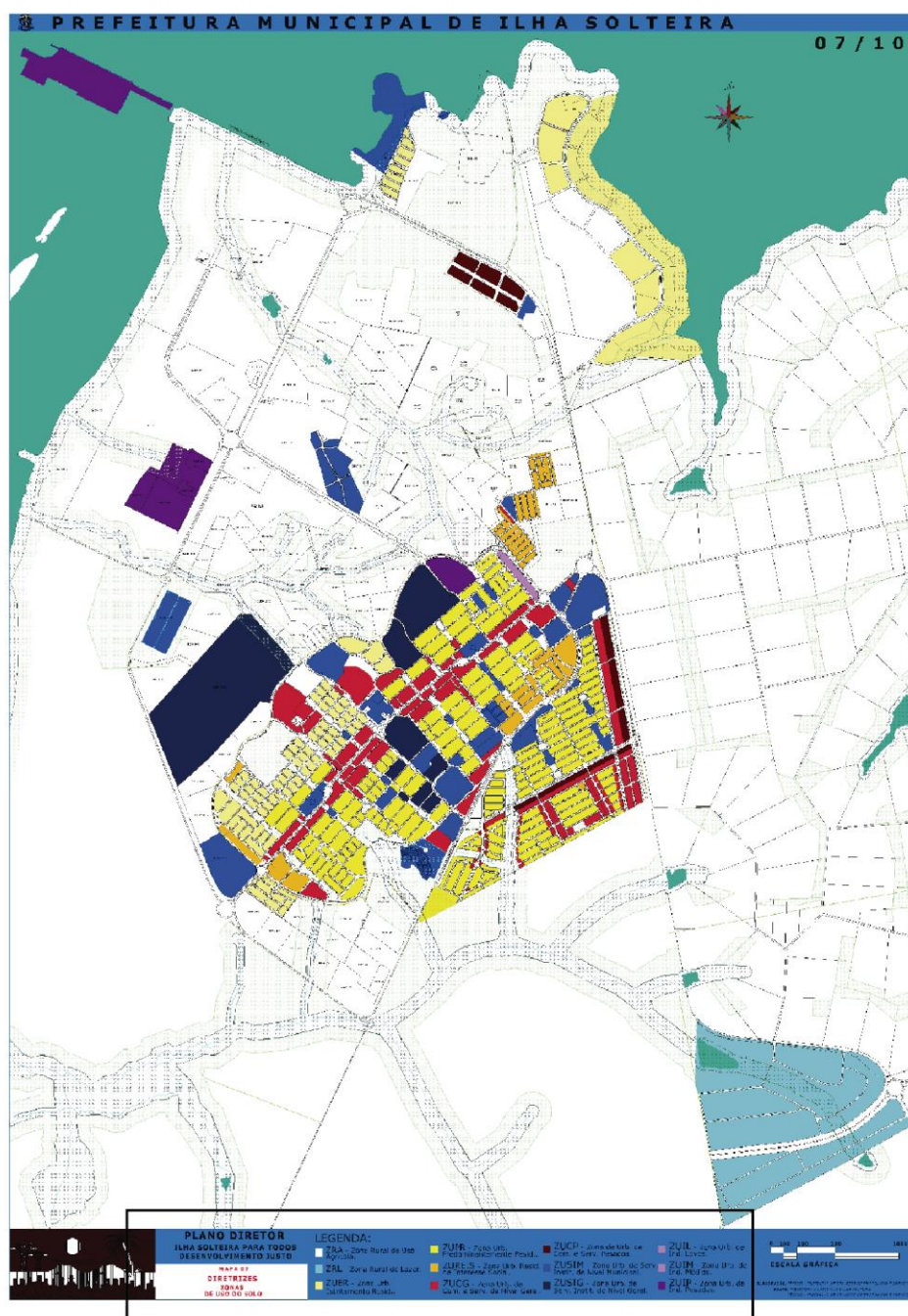
Fotos da mesma rua nos limites do bairro, em ângulos diferentes, mostram o projeto do loteamento e do plano diretor que não teve continuidade.



Fig. 28

MAPA DE DIRETRIZES - PDM USO DO SOLO

Fonte: Departamento de Habitação,
Saneamento e Urbanismo de Ilha Solteira.
Elaboração: TécnuS – Prestação de
Serviços de Engenharia e Urbanismo.



Assim, conforme a população começou a comprar os lotes e construir suas residências, se iniciou um processo de privatização e controle de acesso ao bairro, como mostram as Figuras 29, 30 e 31, nas quais se observa suas tipologias residenciais e seu portal de entrada. Há a predominância de usos dentro do bairro, como já observado, de áreas residenciais, já no bairro Ilha o Sol, porém, é observado usos comerciais mais frequentes, além de tipologias residenciais diversas, como prédios de três a quatro andares, condomínios horizontais e estabelecimentos comerciais e institucionais (Figura 32). O Residencial Ilha Bela representa, portanto, uma evidência do processo caracterizado por Caldeira (2000) nas metrópoles brasileiras, como de expansão dos “enclaves fortificados” que vêm produzindo “cidades de muros”, também observado por Sposito e Góes (2013) nas cidades médias paulista. E que já influencia cidades pequenas como Ilha Solteira.

Muitos autores têm observado que na sociedade moderna, o privado tem sido mais valorizado que público (SENNETT, 1998; INNERARITY, 2013; CALDEIRA, 2000). A cultura do consumo promoveu dentre os cidadãos uma exacerbação do individualismo que afeta as interações sociais e, portanto, a vida urbana. Desde jovens, as pessoas são estimuladas a ter sua casa própria e à classe média e à elite é oferecido a preços exorbitantes lugares para morar onde você pode ter sua própria piscina, um lugar onde seus filhos podem brincar fora de casa em segurança nos parquinhos privados, e onde os pais dispõem de espaços de socialização exclusivos dos residentes nesses espaços fechados, onde se sentem seguros.

Porém, essa não é a realidade para a maior parte da população. Morar em um espaço fechado e controlado é, cada vez mais, um ideal para quem pode pagar por isso e mais uma questão de *status* do que uma questão de segurança (SPOSITO e GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000), o que gera um desafio aos arquitetos responsáveis pela distribuição e parcelamento do solo e pelo projeto das casas a serem construídas nesses espaços: como fazer com que os moradores se sintam confortáveis no espaço em que vivem sem que isso implique na desvalorização dos espaços públicos? Como estimular o senso de pertencimento a cidade frente às demandas atuais?

Como comumente acontece em loteamentos de acesso controlado presentes nas cidades brasileiras, dentro do residencial existem espaços que são de domínio público, mas não são usufruídos por toda a população. A privatização desses espaços

Fig. 29

Fonte: Aervo pessoal, 2018

FOTOS DO RESIDENCIAL ILHA BELA



O portal visto de dentro do residencial.

O portal visto de fora do residencial.



Via principal - Av. 9 de Julho e infraestrutura de lombadas recentemente implantada.



Fig. 30

Fonte: Acervo pessoal, 2018

**FOTOS DAS HABITAÇÕES NO
RESIDENCIAL ILHA BELA I**

É possível observar a predominância de residências de alto padrão, muradas e com instalações de segurança (cercas elétricas e câmeras).



Fig. 31

Fonte: Acervo pessoal, 2018

FOTOS DAS HABITAÇÕES NO RESIDENCIAL ILHA BELA II



Em contraste, há algumas residências sem muro algum, mas ainda assim de alto padrão.



E residências simples.

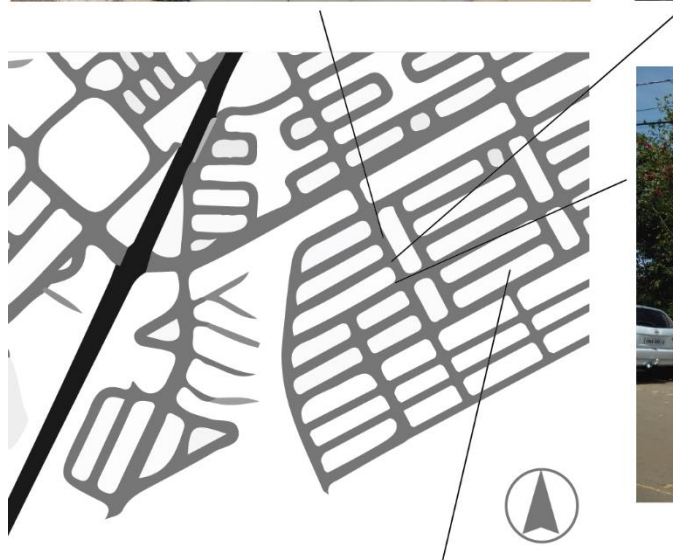
A residência de uso misto que
abriga um salão de estética e
único comércio dentro do bairro.



Fig. 32

FOTOS DO BAIRRO NOVA ILHA

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



ruas, calçadas, áreas de lazer ou proteção ambiental - inviabiliza o direito de uso e de ir a vir daqueles que não são moradores ou convidados deles. Nesse contexto, dentro do Residencial Ilha Bela se destaca o espaço institucional da praça (Figura 33).

Entregue pela incorporadora no momento de venda dos lotes, e com poucas mudanças na sua infraestrutura até então, é preservada pelos próprios moradores, por meio da associação de moradores, a praça se tornou um espaço de convívio e lazer exclusivo dos moradores do residencial, se caracterizando como um “espaço privado de uso coletivo” (SPOSITO E GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000).

Historicamente, as praças e vias públicas de Ilha Solteira favoreciam as relações sociais e representavam a maior expressão da vida urbana na cidade, embora o convívio tendesse a ocorrer entre moradores com níveis socioeconômicos e profissionais semelhantes. Dessa forma, a história da cidade com os conceitos envolvidos no seu planejamento e o controle presente no período de sua criação e momento mais forte de crescimento sugere que os moradores pouco conviveram entre si no espaço urbano, e a falta do convívio é o principal elemento de produção da segregação. Dessa forma justificando a presença desse fenômeno, característico das metrópoles e cidades médias contemporâneas atualmente, em uma cidade pequena.

Confluentes a isso, experimentamos na cidade contemporânea um processo de esvaziamento da vida pública que provoca (e é provocado, simultaneamente) o abandono desses espaços, se cria então a necessidade de reversão desse processo, que por se expressar em uma cidade nova em termos de anos desde sua criação e pequena em sua totalidade urbana e populacional, se mostra possível.

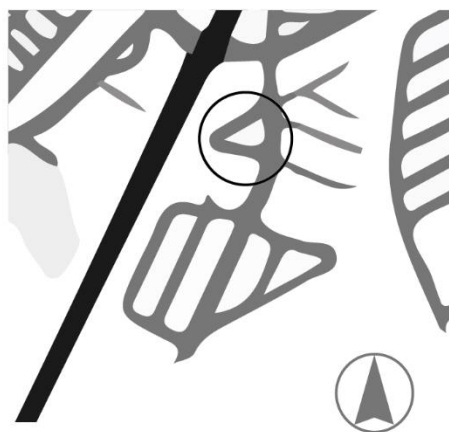
Levando em conta tal desafio, esse Trabalho Final de Graduação pretende propor mudanças nos “os espaços privados de uso coletivo” (SPOSITO e GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000) presentes no Residencial Ilha Bela, que possibilitem o acesso desses espaços para toda a população de Ilha Solteira, e assim o exercício efetivo dos espaços públicos de interação e convívio social, sem que os moradores se sintam prejudicados ou inseguros.

Para viabilização dessa proposta, levando em conta a recente história de Ilha Solteira, especialmente o caráter do seu Planejamento Urbano, foram realizadas entrevistas com os moradores do Residencial Ilha Bela, a fim de entender as motivações que originaram a mudança dessa parcela da população para a área em questão,

Fig. 33

**FOTOS DA PRAÇA DO RESIDENCIAL
ILHA BELA**

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



assim como a decisão por evitar a construção da via que seria um segundo acesso ao bairro e a privatização dos seus espaços coletivos.

A fim de entender as motivações que originaram a mudança dessa parcela da população para a área em questão, assim como a privatização de seus espaços coletivos por meio do controle de acesso, foram realizadas entrevistas com os moradores do Residencial Ilha Belas, sintetizadas no tópico seguinte.

2.2 OUVINDO OS MORADORES DO RESIDENCIAL ILHA BELA

Com base nas seis entrevistas realizadas com moradores do Residencial Ilha Bela²⁵, realizadas em junho de 2018, podemos identificar as seguintes justificativas para a opção por morar nesse bairro: 1. Unânime - tranquilidade; 2. Alternativa às casas geminadas; 3. Exiguidade de novos loteamentos na cidade; 4. O desejo de residir numa casa nova, confortável e num terreno mais amplo.

De maneira geral, os moradores do Residencial Ilha Bela têm consciência de que o residencial não é, e não pode ser classificado ou tratado como um condomínio, embora uma entrevistada tenha dito que “deixaria de ser condomínio” se a via de acesso prevista no plano diretor fosse viabilizada, e o loteamento fosse aberto. Todos se mostram favoráveis ao uso das áreas comuns por outros frequentadores que não moradores, mas acrescentaram exigências como “desde que não destrua o patrimônio, não suje”, “não atrapalhando e não trazendo problema”, “desde que seja monitorado” e, mais significativamente, “se não acontecer nada extraordinário”, ou seja, evidenciando que o atributo da imprevisibilidade, comumente associado aos espaços públicos, é amplamente rejeitado e a ele se contrapõe a exigência de rígidos controles, só possíveis nos espaços privados. Contraditoriamente, uma entrevistada chegou a afirmar “para mim, isso é um lugar público”, ao referir-se à praça do residencial, sugerindo que, atualmente, há intensa confusão em relação a tal definição.

Apesar de haver divergências quanto a eficiência e a necessidade do controle de acesso ao residencial, a maior parte dos entrevistados considera que é importante manter o controle, por segurança. Nesse sentido, há contradição em relação à resposta sobre o acesso à praça, uma vez que a cancela impossibilita (ou inibe muito) a presença

²⁵ Roteiro no Anexo A e transcrições no Anexo B.

de outros frequentadores nas áreas coletivas. Além disso, significativamente, quem se manifestou mais contrário à presença da cancela foi o mais jovem morador entrevistado (24 anos).

A tranquilidade do bairro é um ponto positivo unânime, e em vários casos, ela é diretamente atribuída à implantação da cancela e das câmeras, porém, para a maioria dos entrevistados, a segurança não foi o principal motivo de mudança de suas residências anteriores, o sentimento de insegurança sobre o local de moradia surgiu após se mudarem para o residencial. Tais mudanças, por sua vez, chegaram a ser descritas como “conquistas” da Associação de Moradores, criada há 2 anos. Mas parece haver uma divisão entre moradores, diretamente relacionada à referida Associação, tanto em relação ao pagamento das mensalidades, quanto em relação às obrigações do poder público municipal.

Através das entrevistas, soubemos que há divergências inclusive dentro de uma mesma casa, como no caso dos entrevistados 5 e 6, que são casados. A opinião sobre o papel da prefeitura é o ponto mais crítico nessa questão. Enquanto a esposa acredita que o residencial é melhor gerido pela Associação de Moradores, sem interferência da prefeitura, o marido reivindica essa atuação, o que parece não ser muito comum entre os moradores desse residencial, uma vez que tenderam a denunciar a negligência da prefeitura. Nesse caso, o que se observa, do ponto de vista da produção do espaço urbano, é a tendência à privatização, já identificada nesse trabalho (SENNETT, 1998; INNERARITY, 2013; CALDEIRA, 2000), justificada pela suposta ineficiência do poder público, especialmente em proporcionar a segurança almejada pelas classes médias e alta.

Também observamos que nem todos os moradores têm conhecimento do plano diretor da cidade, que propõe a via arterial cruzando o bairro. Novamente, nesse aspecto, apenas o jovem morador de 24 anos mostrou-se favorável, uma vez que todos os demais consideraram que uma maior conexão com os demais espaços urbanos por meio da avenida, traria efeitos negativos, especialmente no que se refere à tranquilidade e segurança. Isso se deve, na perspectiva da maioria dos entrevistados, principalmente por conta da categoria de tráfego da via, que “alteraria as configurações do bairro”. Mesmo que um dos entrevistados tenha destacado a necessidade de uma maior integração do bairro com a cidade, a necessidade de tirar a cancela se torna um entrave quanto a “segurança”, “tranquilidade” e “comodidade” de “ter um único acesso”.

Assim se confirma que a atual configuração urbana da cidade de Ilha Solteira se assemelha aos padrões gerais da urbanização brasileira, em especial das cidades médias e grandes, nas quais a população de classe média e alta procura, cada vez mais, residir em espaços afastados da população de classe baixa e, portanto, têm preferência pelos espaços residenciais pouco conectados aos demais espaços urbanos.

Por fim, confirmando o pressuposto de que é necessário levar em conta a história da criação de Ilha Solteira e as particularidades do seu projeto, foi unânime a opinião dos entrevistados sobre a influência das divisões rígidas entre os espaços da cidade por critérios socioeconômicos e culturais até o presente (“reflete sim”, “ainda tem um pouco”, “até hoje a gente sente”). Ou seja, as relações sociais nessa cidade foram, desde a origem, muito influenciadas pela intensa segregação socioespacial. No entanto, foram frequentes as afirmações sobre a necessidade de tais divisões nos primeiros anos (“era necessário”, “teve utilidade”), ainda que “pondo uma espécie de carimbo na testa da pessoa”. Apenas um entrevistado considerou que “foi muito prejudicial e até hoje a gente sobre os reflexos”.

2.3 O URBANO E OS ESPAÇOS PRIVADOS DE ACESSO COLETIVO

As dinâmicas de produção do espaço urbano em Ilha Solteira, como já comentadas nos capítulos anteriores, se assemelham hoje as dinâmicas das cidades médias e metrópoles nas quais o espaço privado é mais valorizado que o público. Assim, retomamos a questão e o desafio dos arquitetos contemporâneos: Como produzir cidades onde a população se sinta confortável e segura no espaço público, evitando sua privatização e criando cidades abertas e democráticas?

Segundo Brandão (2011), o espaço público é fundador da forma urbana, é o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e das vivências como bem coletivo. Temos então a praça situada no Residencial Ilha Bela, em sua origem, como um espaço público, assim como suas ruas, áreas verdes e áreas institucionais, que devem por definição ser espaços de encontro, lazer e circulação para os cidadãos. Porém, os cuidados com a praça (além de outros no bairro observados no capítulo 5 deste trabalho) não são feitos atualmente pela prefeitura, mas pela associação de moradores, intensificando o sentimento de posse dos moradores do bairro. Assim, a praça se torna a mais forte expressão da privatização depois da cancela, ao mesmo

tempo em que é o elemento que, ao longo da história, caracteriza as relações sociais na cidade.

Apesar de os moradores do residencial, pelas entrevistas, se dizerem a favor do uso de tais espaços por não moradores, a presença da cancela materializa o sentimento de insegurança, por ser vista como um meio de controle e proteção, inviabilizando tal uso. Além disso, também as exigências que mencionaram para que a presença de outros cidadãos fosse admitida também são próprias dos espaços privados²⁶. Quando se leva em conta o histórico da cidade, se observa uma correlação entre esses sentimentos (e desejos) e a limitação das práticas de lazer aos clubes, ainda que os processos atuais de produção do espaço urbano também não sejam uma influência importante. Se trata, portanto, não de modificar apenas a relação dos moradores com o espaço público, mas de criar condição para que esses espaços exerçam sua funcionalidade de sociabilidade real, se tornando parte de um todo, a cidade, e não apenas parte do bairro.

A principal ferramenta de ordenação do espaço público são as políticas públicas, cabendo às autoridades municipais, a valorização do espaço público acima do espaço privado. Com políticas públicas eficientes é possível transformar a concepção de espaço da população. Como exemplo dessa atuação junto com a iniciativa privada, e da sua potencialidade, assim como dos problemas que envolve, temos o “Bosque do Brooklin” em São Paulo.

Inaugurado em junho de 2009 no bairro do Brooklin, o condomínio vertical Paulistânia Bosque Residencial possui 7,6 mil metros quadrados de área verde que tem entrada liberada para todos, moradores ou não, diariamente, das 7h às 18h. É fruto de iniciativa privada em acordo com a administração municipal e associações de bairro, propondo a extensão do acesso os espaços e equipamentos de qualidade presentes dentro dos muros do condomínio para os não moradores.

Projetado pelo paisagista Benedito Abbud, o empreendimento surgiu a partir da preocupação que existia com o impacto no trânsito que os novos moradores do bairro trariam para a região, como compensação, resultante da negociação entre a incorporadora e o poder público. Assim,

Arquitetos e engenheiros convencionaram chamar esse tipo de iniciativa de “gentilezas urbanas”. Elas ocorrem toda vez que um

²⁶ Como já citado, as exigências mencionadas são: “desde que não destrua o patrimônio, não suje”, “não atrapalhando e não trazendo problema”, “desde que seja monitorado” e, mais significativamente, “se não acontecer nada extraordinário”.

empreendimento imobiliário oferece à cidade espaços de convivência, lazer, fruição estética ou com vegetação abundante – o que não apenas contribui para o bom relacionamento com a vizinhança, como serve de estratégia de marketing (VANNUCHI, 2009).

Segundo o mesmo artigo, fica sob responsabilidade dos moradores e do condomínio “(...) cotizar o IPTU, custear a manutenção do local e garantir que os portões estejam abertos todos os dias”, é então um espaço privado de uso coletivo, com as características já discutidas nesse trabalho, seguindo os conceitos de Sposito e Góes (2013) e Caldeira (2000). O que encontramos de interessante para o trabalho no caso citado é o conceito de “gentilezas urbanas”, presente no espaço inspirado em modelos europeus e americanos e localizado em um bairro da cidade de São Paulo tradicionalmente conhecido por abrigar residências de alto padrão e condomínios luxuosos. De início observamos se em até que ponto, essas gentilezas são realmente gentilezas ou somente uma estratégia do mercado imobiliário na mercantilização do espaço urbano?

Em 2015, os moradores e o poder público já encontraram os primeiros obstáculos dessa relação. Segundo matéria do Estadão, publicada no dia 22 de setembro de 2015, o parque ficou mais de um ano fechado. Enquanto os moradores esperavam que a subprefeitura de Pinheiros avaliasse o processo administrativo do manejo das árvores no parque, o espaço foi se deteriorando e foi interditado. Nesse momento, entre os agentes envolvidos, já foi possível observar o conflito ideológico entre o que é espaço público e o espaço privado. “O que mais causou indignação entre os moradores é que a Prefeitura não ajudou em nada e o espaço é público. Eles não se responsabilizaram por nada”. Segundo os moradores havia “pouca vontade” por parte da prefeitura, enquanto todo o processo foi custeado pelos condôminos. As expectativas dos moradores sobre o tratamento dado a prefeitura aquele espaço iam além do que a própria poderia e deveria realizar.

Não podemos esquecer que o espaço público deve ser entendido “na sua dimensão de lugar de conflito e dissenso, de encontro com o outro, da alteridade e da diversidade, mas também a dimensão da convivialidade, de uma urbanidade no sentido urbanístico de espaços livres abertos, de visibilidade e acessibilidade irrestritos” (DIMENSTEIN e SCOCUGLIA, 2017, p.418).

Vemos, portanto, nessa breve análise do ocorrido, uma justificativa do processo de privatização, já que é “oferecida” à cidade uma parcela desse espaço que

teoricamente seria para poucos e agora é aberto a todos. Os moradores assim esperam da prefeitura “tratamento especial” por conta da “gentileza urbana” representada pela responsabilidade de cuidar do parque. Porém, quando se tratado de espaços, públicos como a definição acima explica, e levando em conta as características do espaço em questão, com seu acesso restrito à uma parcela da população da cidade que não difere em termos de características socioeconômicas dos moradores do próprio condomínio em que se localiza, o espaço do parque (privado de uso coletivo) não é e não deve ser prioridade da prefeitura, pois não está efetivamente cumprindo seu papel voltado à convivência urbana.

A “lentidão da máquina pública”, principal crítica dos moradores do Paulistânia Bosque Residencial, é uma insatisfação geral nas cidades brasileiras e motiva muitas associações de bairro. Enquanto a demora nos processos e projetos urbanos por meio do poder público se torna cada vez mais intolerável, a velocidade da iniciativa privada, para quem pode pagar, se tona uma alternativa a favor de um suposto modelo “ideal” de cidade.

A “Associação de moradores e Proprietários de Terrenos do Residencial Ilha Bela” surgiu em 2016 com o pretexto de “resolver” a questão da insegurança sentida pelos moradores, instalando sistemas de segurança como a cancela, iluminação na praça e câmeras nas principais vias, com a intenção de “afastar eventuais aventureiros”, além de manter mão de obra terceirizada responsável pelo controle do acesso e manutenção. De maneira geral, a associação tem, assim como os moradores, consciência de que o residencial não pode ser tratado como condomínio, mas são as mensalidades pagas pelos moradores que financiam esses investimentos.

Em entrevista com o presidente da associação (eleito pela chapa “Novos Rumos” vigente de 2018 a 2020), a nova diretoria tem a intenção de continuar com os projetos já iniciados, adicionando a eles alguns pontos, dos quais se destacam: 1. Organização de eventos sociais; 2. Divulgação em página do *Facebook* das ações e conquistas da associação; 3. elaboração de código de sugestões de obras e boa convivência entre moradores²⁷.

Mas a proposta tida como fundamental é a aproximação entre a associação de moradores e o poder público municipal, buscando agilidade e frequência nas ações de

²⁷ Por considerar problemático que os terrenos vazios acabam virando canteiro de obras ou depósito de entulho.

manutenção e zeladoria do Ilha Bela. Para tanto, seu presidente mesmo já realizou algumas reuniões com o prefeito e engenheiros responsáveis do serviço de obras e manutenção, solicitando ao poder municipal:

- “Recomposição e ampliação de áreas verdes internas e externas ao residencial;
- Reconhecimento como de utilidade pública (Lei 58 de Maio de 1993) para captação de subvenção para manutenção e benfeitorias;
- Implantação de áreas de lazer nas duas áreas institucionais do bairro e sua limpeza periódica;
- Adequação de pista rústica para caminhada nas Áreas Verdes;
- Benfeitorias gerais: calçamento de áreas públicas e manutenção dos canteiros;
- Monitoramento e ações para contenção de erosão (entre Quadras 39 e 41 e Quadras 38 e 49);
- Ações de esclarecimento visando o cumprimento do Código Sanitário e de Posturas municipal quanto a casas, obras e manutenção de terrenos. ”

Segundo o presidente da associação, a prefeitura, através de seu representante, afirmou estar disposta a atender tais demandas, assim, sua principal crítica, assim como no caso do “Bosque do Brooklin”, é a demora na execução de obras e manutenção urbana. Quanto às áreas verdes e institucionais subutilizadas do bairro, a associação reclama do poder público por não edificar os equipamentos prometidos, aguardando que exista real demanda, enquanto os moradores “arcam” com a responsabilidade de cuidar delas.

Porém, como área institucional, é necessário que exista a demanda de serviços públicos que garantam os direitos da população, a fim de que não se torne um espaço privado, mesmo que, de uso coletivo. Isso parece inviável quando se leva em conta a proposta da associação de moradores de reconhecimento das áreas coletivas do Residencial Ilha Bela como de utilidade pública para captação dos impostos, de modo que a própria associação aplicasse o investimento de acordo com seus interesses privados.

Diferente do Bosque do Brooklin, a associação, no primeiro momento, ao indicar tais propostas, não oferece o retorno público para a prefeitura poder investir, principalmente por existir o controle de acesso no bairro. Como se trata de uma cidade

pequena, os impactos dessas propostas, apesar de estarem na escala do bairro, poderiam atingir toda uma região e, conseqüentemente, grande parte da população da cidade. Da mesma forma que a solução para os problemas decorrentes da falta de segurança sentida pelos moradores poderiam ser mais facilmente solucionados, se comparados às grandes cidades, por exemplo, inclusive, com propostas que beneficiassem toda a população, ou seja, não se limitassem ao Ilha Bela, mas levassem em conta a cidade inteira.

Ao ser questionado sobre o fechamento do bairro e sua acessibilidade, as respostas do presidente da associação de moradores são similares às ouvidas nas entrevistas com os moradores. Nessas respostas, fica evidente que o sentimento de segurança que a cancela e a vigilância promovem nos moradores é incompatível com a vontade, e necessidade, de que o Residencial Ilha Bela seja visto pelo poder público e os demais moradores de Ilha Solteira, como um bairro residencial, não um condomínio. Como proposta de ação da diretoria, há inclusive a “organização de eventos sociais abertos a moradores, associados e convidados”, como forma de integração dos moradores, desde que os visitantes sejam devidamente identificados e monitorados.

Se a principal ferramenta de ordenação do espaço público são as políticas públicas, portanto, sendo imprescindível o papel dos poderes municipais nos planos e projetos dos espaços urbanos da cidade, a “vida pública” que está diretamente associada à convivência com o outro nos espaços públicos, e é o principal ponto a ser trabalhado antes de se propor qualquer projeto no interior do bairro. Assim, levando em conta que o processo de privatização, que promove a segregação e até a fragmentação, ainda é recente e tem pequeno alcance na cidade, mas impede que os espaços de uso coletivo dentro do residencial exerçam seu papel de espaço público efetivamente, apostamos na possibilidade do poder municipal reconhecer a importância desses espaços e assim viabilizar o acesso da população.

Pensando na importância da discussão e desenvolvimento desse tema nas cidades contemporâneas, Jan Gehl desenvolveu o “Guia do Prefeito para a Vida Pública” (“A Mayor’s Guide to Public Life”, 2013), onde ele apresenta cinco estratégias para promover a vida pública. Dentre as estratégias, a primeira é avaliar, assim, todo planejamento deve começar com a avaliação do comportamento das pessoas, que pode identificar padrões e problemas. A segunda estratégia é convidar, a população deve

sentir que é bem-vinda a participar da construção e do desenho dos espaços públicos, criando interesse pela discussão e assim sentir que tem direito a usar esses espaços.

O guia recomenda começar com intervenções temporárias que melhorem espaços já existentes, como é o caso da praça do Residencial Ilha Bela, ao mesmo tempo em que pensa nas soluções a longo prazo, a partir das experiências destas intervenções e, para isso, é necessário também que o projeto seja flexível e permita mudanças de acordo com as necessidades encontradas durante o processo de implantação. Na medida em que os projetos vão sendo concluídos com sucesso, a última etapa é de formalizar a visão das pessoas sobre o espaço público.

Pensando nisso, a prefeitura de São Paulo também lançou um guia, no qual estabelece estratégias de projeto que orientam a qualificação dos espaços públicos da cidade. Seguindo os conceitos de Gehl (2013), o guia afirma que “pensar o espaço urbano a partir da escala humana garante o acesso democrático à cidade a todos” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 7); priorizando pedestres, ciclistas e o transporte público o guia pretende difundir práticas do desenho do espaço público que possibilitem a qualificação da vida urbana como um todo.

As indicações dos guias citados se adequam especialmente a esse trabalho, que tem, entre os seus objetivos, fomentar o debate sobre o espaço público e promover a conscientização sobre sua importância, sem confundi-lo com espaço privado de uso coletivo. Servindo de referência conceitual para a aplicação do plano proposto, o desenho urbano na escala das pessoas e sua implantação devem complementar às políticas públicas.

3

ª PARTE

INTERVENÇÃO URBANA

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO
PLANO BASE DE JOSÉ MARIA LLOP E
SUGESTÕES DAS DIRETRIZES PARA A
VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
DO RESIDENCIAL ILHA BELA

3.1 PLANO BASE

Existe no planejamento urbano uma hierarquia sobre as partes que compõem um processo de planejamento; sendo aplicados a longo, médio e curto prazo, respectivamente, temos o plano, programa e projeto. Um plano, como conceito urbanístico, deve fornecer orientações e diretrizes, dando o rumo e garantindo que os projetos sejam executados de forma a atingir objetivos coletivos. É no plano onde se define as prioridades gerais, os objetivos e metas; para isso, deve constar elementos de usos e atividades, limites e intenções dos traçados viários, gerando cenários, que são representações das possibilidades de desdobramentos, a partir da interpretação das suas diretrizes. Posteriormente, o projeto deve ser proposto, dentro de suas diretrizes (SABOYA, 2007).

Assim, para atingir o objetivo geral deste trabalho que é ampliar a integração do Residencial Ilha Bela com a cidade de Ilha Solteira, levando em conta a caracterização apresentada na 1ª Parte deste trabalho e as entrevistas com os moradores da área escolhida, os quais argumentam que o processo de privatização é a solução para seus problemas e, sobretudo, a única possibilidade de realização de seu desejo de tranquilidade e segurança. Foi observado a necessidade de propor um plano utilizando de princípios da metodologia “Plano Base” (Torné, 2014), trabalhando com a área do Residencial Ilha Bela e caracterizando suas necessidades com base no que existe na região, fortalecendo a incorporação do bairro no contexto urbano da cidade e superando o argumento de privatização dos moradores.

A metodologia do Plano Base criada pelo arquiteto Josep Maria Llop Torné da Universidade de Lleida²⁸ é entendida como um instrumento de planejamento urbano físico capaz de dar respostas a temas básicos e orientar o desenvolvimento sustentável e estratégico da cidade, atendendo às condições básicas de habitação, transporte e acessibilidade para todos. Levando em conta não só dados quantitativos, mas qualitativos. O plano foi criado para cidades médias²⁹ e deve ser entendido como partido para projetos mais complexos, reconhecendo as problemáticas da cidade (TORNÉ, 2014; SCUDELLER, 2017).

²⁸ Que sedia a Cátedra da UNESCO sobre cidades médias.

²⁹ Embora Ilha Solteira seja uma cidade pequena, se considera as evidências de que começa a apresentar características próprias das cidades médias e metrópoles justificando o emprego do Plano Base.

Como já observado, Ilha Solteira é uma cidade nova que possui problemas urbanísticos decorrentes do histórico de sua criação, apresentando-se específicos dentre os problemas gerais encontrados em cidades de porte similares. Destacamos nesse trabalho a segregação como carga histórica do projeto inicial, espacialmente e socialmente, que reflete tanto na cidade como um todo quanto dentro do Residencial Ilha Bela, com a privatização dos seus espaços coletivos juntamente à confusão que existe entre os moradores sobre a definição do “público e privado”³⁰. Assim, seguindo os objetivos desse TFG, a metodologia do Plano Base servirá como ferramenta, utilizando da fundamentação presente no documento guia “Plan Base En Ciudades Intermedias”, disponibilizado pelo Departamento de Planejamento Urbano e Gestão do Território Politécnico da Universidade da Catalunha, focado nas problemáticas que estão surgindo com a privatização dos espaços públicos do Residencial Ilha Bela.

O direito de usufruir do espaço público se confunde muitas vezes com o histórico de controle dos espaços e das relações sociais da população de Ilha Solteira nos seus primeiros anos como núcleo urbano. Segundo Gehl (2013), a “invasão” dos automóveis e os ideais modernistas que rejeitam o espaço urbano são os principais fatores que levaram as relações que vemos hoje na cidade contemporânea, onde os contatos entre os diferentes foram muito reduzidos. Assim considera que a construção de uma cidade segura para caminhantes é necessária para a participação na vida urbana, uma vez que a cidade deve ser lugar de encontro e o contato entre diferentes pessoas é o que garante a vitalidade dos seus espaços.

As atividades sociais na cidade exigem a presença de outras pessoas e incluem todas as formas de comunicação entre as pessoas no espaço público. Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem muitas trocas sociais. Se o espaço da cidade for desolado e vazio, nada acontece (GHEL, 2013, p.22).

Levando em conta essas considerações, a condição básica a ser desenvolvida com o uso da metodologia proposta por Torné (2014) será então a de acessibilidade e mobilidade, pelo traçado urbano e pelo uso dos espaços e equipamentos públicos no interior do Residencial Ilha Bela nas áreas próximas. Isso se justifica porque, como também apresentado anteriormente nesse trabalho e principalmente verificado nas

³⁰ Consideramos que esse aspecto, assim como os anteriores, deve ser entendido como resultante das combinações entre particularidades da história de Ilha Solteira e processos mais amplos característicos da cidade contemporânea.

entrevistas, o isolamento e a privatização dos seus espaços públicos está diretamente relacionado à falta de acessos, sobretudo porque a cancela inibe a entrada de pessoas que não são moradoras do bairro, tornando-o quase inacessível, além do seu caráter exclusivamente residencial, que, combinado ao anterior, o assemelham a um condomínio³¹.

As distancias entre o bairro e os serviços institucionais, de comércio, educacionais etc., são relativamente curtas, característica inerente à escala da cidade, o que facilita a aplicação de propostas que garantam a acessibilidade do bairro em relação às áreas centrais da cidade. Assim, para promover essa integração de forma eficiente, é preciso, de um lado, abranger uma escala menor do que o Plano Base sugere e, de outro, abranger uma área que ultrapasse os limites do Residencial Ilha Bela, incorporando as áreas do entorno, e assim, estimulando o “senso de pertencimento à cidade” por parte dos moradores do residencial, levando em conta os problemas da cidade como um todo que se refletem no residencial hoje.

Segundo Campos Filho (2003), a questão da mobilidade urbana está relacionada à frequência de uso e ao acesso dos cidadãos ao comércio e aos serviços. Assim, quanto mais frequente for o uso de certo equipamento, mais fácil deve ser seu acesso, levando em consideração às questões de segurança envolvidas na circulação urbana. Considerando também que a cidade acessível é a cidade “acarinhável”, o autor define a distância de 800 m como cômoda para andar a pé até os estabelecimentos comerciais e de serviços ou equipamentos sociais. Utilizando também das observações de Gehl (2013) de que andamos cerca de cinco quilômetros por hora, definimos um raio entre 800 e 1000 metros de trabalho do Plano Base.

Tal proposta é coerente com o pressuposto presente no próprio documento guia de que nem tudo pode ser tratado com o mesmo detalhe urbanístico, uma vez que o urbanismo não deve ser entendido como um processo fechado, mas uma evolução (TORNÉ, 2014, p.15).

Em síntese,

A proposta do Plano Base se desenvolve através da análise técnica dos seguintes pontos físicos básicos, chamados por esta metodologia de “temas gerais”:

³¹ Como se evidencia na afirmação de uma das entrevistadas de que “deixaria de ser condomínio” se a via de acesso prevista no plano diretor fosse viabilizada, e o loteamento tivesse suas vias abertas ao tráfego.

1. Delimitação da área urbana consolidada, das áreas urbanas em extensão (a médio prazo), e as áreas urbanas de reserva (a longo prazo);
2. Identificação dos eixos viários básicos, como pontes, nós de trânsito e cruzamentos de vias estruturais à cidade;
3. Delimitação das áreas verdes e das áreas de espaços livres, levando em conta a sua relação com o meio ambiente urbano;
4. Caracterização de sua morfologia, através do traçado do Raio e da Linha da forma urbana;
5. Delimitação das áreas urbanas em regularização, transformação e renovação;
6. Listagem dos projetos infra estruturais básicos desenvolvidos nos 10 últimos anos e dos que estão previstos a serem desenvolvidos nos próximos 10 anos;
7. Delimitação de possíveis áreas de risco, como áreas sujeitas a inundações, terremotos, deslizamentos de terra e contaminações (SCUDELLER, 2017, p.124/125).

Tomando conhecimento dos “temas gerais” propostos pelo documento guia, podemos observar que, para este trabalho, alguns pontos devem ser mais aprofundados, como o conceito de “espaços livres” presente no 3º ponto. Isso se justifica porque ele não leva em conta os espaços públicos com suas características, potencialidades e influência no espaço urbano, aspectos importantes para nossa discussão e proposta. Assim como alguns pontos não promovem a discussão necessária para alcançar os objetivos propostos em razão da produção do espaço urbano e valorização do público. Dessa forma, propomos utilizar o plano como uma ferramenta, e não um guia propriamente dito, utilizando a metodologia para analisar a relação do bairro com a cidade, tona-se possível criar diretrizes que efetivamente tragam benefícios tanto para os moradores do Residencial Ilha Bela, como aos da região. Para entendimento, o Mapa do Plano Base está disponível em anexo.

DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS, EIXOS VIÁRIOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A proposta para os dois primeiros temas gerais é: **Identificar as áreas urbanas consolidadas (AU), de extensão (AE) e de reserva (AR)** de acordo com a lei de uso e ocupação vigente, para poder definir diretrizes que coincidam com os projetos municipais para a área, a fim de que funcionem a longo prazo; e as **vias e os pontos nodais de tráfego** para propor o traçado do bairro de forma que se relacione com o entorno. Para esse TFG, é importante analisar as relações urbanas do bairro com o

entorno que, como já salientado nesse capítulo, é um dos pontos que precisa necessariamente ser trabalhado no plano de diretrizes.

Fica evidente pelo traçado das vias que o poder público municipal tem interesse em dar continuidade à expansão do tecido urbano no sentido sudeste. Como as “Áreas de extensão”, segundo a metodologia, são suas àquelas que devem necessitar de urbanização a curto e médio prazo, foi identificada toda a área onde a venda de lotes já se iniciou e a área considerada Zona Peri Urbana e ZEIE - Especial de Interesse Estratégico, de acordo com as diretrizes para zonas de interesse do Plano Diretor de 2008 (Figuras 34 e 35). No mapa de diretrizes é possível observar que essa área, além de estar em processo de expansão, sua urbanização garantiria a ligação da malha urbana da cidade com o bairro do Ipê, parte da ZEIS - Especial de Interesse Social. Para a zona de reserva ficou definida a área a oeste dos empreendimentos e ao sul da cidade, as áreas previstas no Plano de 2008 como ZERPRA - Especial de Preservação e Recuperação Ambiental.

As vias principais de acesso ao Residencial Ilha Bela³² (com maior fluxo de veículos) se interligam aos anéis viários da cidade, causando além do fluxo de veículos leves (automóveis, motocicletas, bicicletas...), um fluxo de veículos pesados (caminhões, tratores, ônibus de viagem...) na região. Esse fator se mostra uma complicação a longo prazo no plano proposto. Segundo o livro “Reinvente seu bairro”, o nível de tranquilidade do bairro pode ser medido pelo fluxo do sistema viário, e o zoneamento, plano diretor e demais planos recorrentes desse, ao buscarem a unidade de vizinhança devem nascer desses cálculos (CAMPOS FILHO, 2003, p26). Por tanto, como a intenção do plano é propor a acessibilidade relacionada ao conceito de cidades abertas, precisamos levar em conta que o espaço urbano deve ser planejado para convidar à circulação de pedestres principalmente, pela sua importância no cotidiano da vida urbana (GEHL, 2013). Assim, uma via arterial de fluxo cria vias largas e pouco caminháveis, inseguras aos pedestres e ciclistas, inibindo o uso desses espaços.

Junto com a análise das vias e pontos nodais, a **identificação e localização dos equipamentos públicos e comunitários na área urbana** aponta a necessidade ou não de

³² Rod. Gerson Dourado de Oliveira, Estr. Itapurã Andradina, Av. Quinze de Outubro e Av. Nove de Julho.

Fig. 34

MAPA DE DIRETRIZES - PDM ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE

Fonte: Departamento de Habitação,
Saneamento e Urbanismo de Ilha Solteira.
Elaboração: TécnuS – Prestação de
Serviços de Engenharia e Urbanismo.

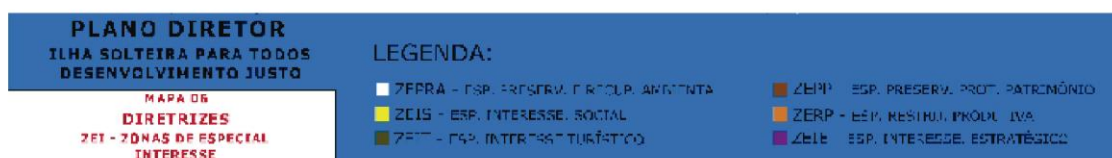
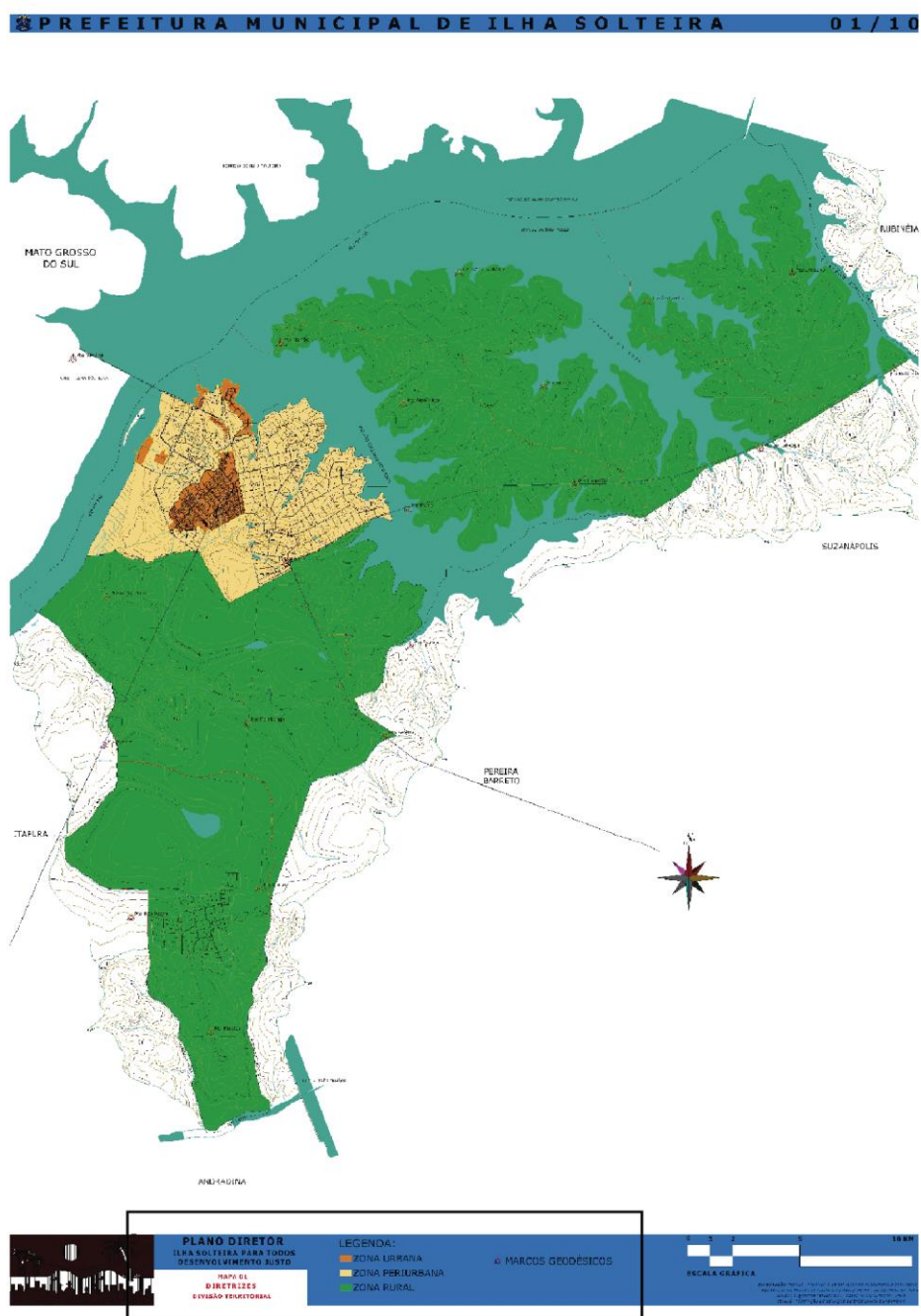


Fig. 35

MAPA DE DIRETRIZES - PDM DIVISÃO TERRITORIAL

Fonte: Departamento de Habitação,
Saneamento e Urbanismo de Ilha Solteira.
Elaboração: TécnuS – Prestação de
Serviços de Engenharia e Urbanismo.



PLANO DIRETOR
ILHA SOLTEIRA PARA TODOS
DESENVOLVIMENTO JUSTO

MAPA 01
DIRETRIZES
DIVISÃO TERRITORIAL

LEGENDA:

ZONA URBANA
ZONA PERIURBANA
ZONA RURAL

MARCOS GEODÉSICOS

implantação de infraestrutura institucional dentro ou próximo do Residencial Ilha Bela. Dessa forma, salientando a necessidade de interligá-lo aos demais espaços urbanos, conforme previsto no objetivo geral, e justificando a escolha da escala do plano, foram identificados nesse TFG, os equipamentos urbanos: institucional; lazer e esporte; comércio e serviço.

De acordo com a metodologia do Plano Base, para analisar se existem áreas que necessitam de equipamentos públicos e comunitários, é necessário desenhar um círculo em função do raio de acesso ou de serviço de cada equipamento. Para uma escola primária deve-se ter 500 metros de raio; um centro de saúde deve ter 1000 metros; já alguns equipamentos maiores, que atendem a cidade ou a região, como universidades e hospitais municipais, podem abranger uma área de 4 quilômetros (acesso a pé) até 60 quilômetros (acesso de ambulância) (TORNÉ, 2014, p. 13), o que interessa, porém, não é o círculo, mas o acesso ao centro desse círculo, onde deve estar o equipamento institucional ou de serviço.

O documento guia, porém, não prevê a análise dos equipamentos de lazer e esporte e das áreas comerciais, portanto utilizamos o mesmo conceito usado para definir o raio de abrangência do plano. Segundo Campos Filho, os equipamentos de comércio devem ser organizados em três níveis relacionados à frequência da demanda do cidadão sobre os serviços e produtos oferecidos. Esses três níveis são:

- “1) O comércio e serviço de apoio imediato à moradia, que tende a ter uma frequência diária ou semanal de utilização, caracterizado como “local”. Exemplos: o açougue, a quitanda, o bar ou boteco, o pequeno supermercado ou mercadinho, o barbeiro, o cabelereiro etc.
- 2) O comércio e serviço ainda de apoio à moradia, mas de frequência menor de demanda, caracterizado como “diversificado”. Exemplo: a loja de sapatos, de roupas, de eletrodomésticos, o supermercado grande etc.
- 3) O comércio e serviço de apoio a outras atividades urbanas, caracterizado como típico de centro de hierarquia superior de cidade com toda a diversificação possível coerente com o mercado para o qual é oferecido, com frequência de demanda muito menor, rara e até esporádica (frequência semestral, anual ou até maior). Exemplos: relojoaria, artigos de cama e mesa, de automóveis, de equipamentos para indústrias, para a realização das atividades de comércio e serviços etc. (CAMPOS FILHO, 2003, p. 17).

Quanto maior for a frequência, mais fácil deve ser o acesso a esse comércio ou serviço. “O comércio e os serviços locais, de apoio a moradia, podem ficar ao lado da sua casa (1), perto, a uma distância confortável a pé (2), ou distante o suficiente para exigir uma condução (3)” (CAMPOS FILHO, 2003, p.18). Dessa forma, foi utilizado um raio de 300 metros para os equipamentos e comércio de primeiro nível e 800 metros para os de segundo.

A setorização promovida pelo modelo moderno utilizado no projeto original do núcleo urbano setorizava as funções residenciais e comerciais. No Zoneamento de uso do solo há a intenção do Plano Diretor de mesclar tais usos, porém, o que é observado hoje é uma predominância de uso residencial dentro dos bairros, como já comentado com alguns usos mistos pontuais, ficando a zona comercial restrita ao acesso das vias coletora e arteriais.

Assim como as áreas de comércio, as áreas de lazer e esporte podem ser setorizadas em três níveis. No primeiro nível, com raio de abrangência de 300 metros, temos praças e playgrounds. No segundo, com raio de abrangência de 800 metros, parques, áreas verdes e quadras esportivas. Foram identificadas todas áreas setorizadas, como áreas de lazer pelo poder público municipal, assim, com tal análise, podemos constatar que as áreas de lazer e esporte são pouco ou nada aproveitadas na região, se caracterizando como vazios urbanos (Figura 20). Estão nessa categoria as áreas verdes próximas à rodovia e a praça do Ilha Bela (Figura 25), que tem destaque na seguinte análise do plano base.

Pela escala de trabalho, não se mostrou necessário definir os pontos de equipamentos de comércio e serviço de terceiro nível, assim como as áreas de lazer e esportes, que não aparecem nesse recorte da cidade.

SISTEMA DE ESPAÇOS PÚBLICOS, ÁREAS DE TRANSFORMAÇÃO E ZONAS DE ÁREA VERDE E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O terceiro tema geral diz respeito ao que o guia nomeia de “sistema de espaços abertos”, que envolve a Identificação das praças, parques, vaís fluviais, corredores ecológicos e áreas naturais do bairro e próximos. Nesse ponto, a metodologia apresenta uma simplificação dos conceitos de espaço livre e sua relação com o planejamento urbano, refletindo o pensamento da sociedade atual que cada vez mais ignora ou

comercializa esses espaços. Assim, consideramos nesse trabalho, os “espaços abertos” como espaços públicos, segundo a definição apresentada anteriormente de espaço de convivialidade e urbanidade, que tem potencial para valorizar e influenciar o desenvolvimento da região e do Residencial Ilha Bela.

Nesse sentido, salientamos a necessidade de caracterizar a praça do residencial como espaço público, no momento, sendo o único espaço de convívio e lazer no seu interior. Como pode ser observado na Figura 36, por iniciativa da associação de moradores, esse espaço está sendo cuidado, e assim, paulatinamente valorizado. Quando iniciamos este trabalho, observamos que existiam na praça apenas os bancos de concreto, algumas árvores, iluminação de Led e as traves de gol de futebol, instaladas por meio da associação, porém pouco preservadas. Nas últimas semanas, em razão do início da nova gestão da associação, foram implantadas novas traves de futebol, brinquedos infantis e, com investimento da prefeitura, uma academia ao ar livre.

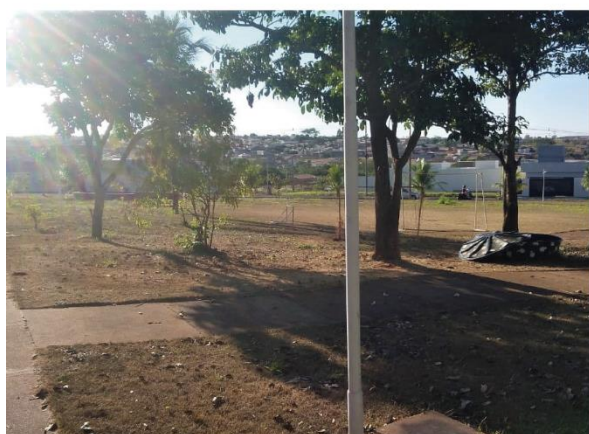
Para o quarto tema, segundo a metodologia, devemos **identificar as áreas do bairro e da região que necessitam de transformação, renovação, revitalização, regeneração ou outras ações similares**, com normas ou com planos mais específicos em uma segunda escala. Identificando as áreas em: áreas de regulamentação (AR); áreas de melhora (AM); ou áreas de transformação (AT). As áreas de regulamentação são as áreas que devem ser trabalhadas a médio e longo prazo, visto que já estão consolidadas ou tem condições estáveis de uso do solo urbano. As áreas de melhora são as áreas que também já estão consolidadas, porém há questões a serem melhoradas com projetos a curto e médio prazo. Já as áreas de transformação se tratam de áreas que devem ser aplicados planos mais específicos em segunda escala.

Dessa forma foi necessário analisar os dois temas em conjunto e **identificar os espaços públicos considerando-os como áreas de melhora**, utilizando as análises realizadas sobre os “espaços privados de uso coletivo” (SPOSITO e GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000) para compor o plano proposto, tomando por diretriz a valorização da praça do residencial como espaço público, reconhecendo o direito de todos à sua utilização e acesso que não se limitaria mais aos moradores do Residencial Ilha Bela.

Fig. 36

FOTOS DA PRAÇA DO RESIDENCIAL
ILHA BELA II

MARÇO DE 2018



Fonte: Acervo pessoal, 2018

NOVEMBRO DE 2018



Assim se emprega os conceitos discutidos por Dimenstein e Scocuglia, Gehl e Brandão, a favor do exercício do direito à cidade e da acessibilidade aos espaços públicos. Seguindo o mesmo raciocínio, identificamos como áreas de transformação as áreas institucionais e de lazer não edificadas.

Delimitar as áreas verdes e as zonas de preservação ambiental se mostra de extrema importância para a delimitação das zonas de transformação também, por conta da Legislação Federal Nº12.651 de 25/05/2012 que restringe o uso e obras nesses espaços. Porém, os limites com a área de preservação ambiental são pouco claros nos três bairros, e com mínima ou nenhuma infraestrutura. Como é possível observar na Figura 37, já são evidentes os impactos ambientais que afetam diretamente os moradores da região.

O córrego maior, entre o Residencial Ilha Bela e os bairros Ilha do Sol e Nova Ilha é um córrego perene (onde sempre há água correndo no leito), já o que está dentro do residencial Ilha Bela é um córrego efêmero (onde a água corre nos períodos de chuva), o que não diminui a necessidade de cuidado com a área de preservação que o circunda, protegendo de impactos ambientais e problemas decorrentes, como o assoreamento. Como um córrego em que, na maior parte do tempo, não existe água, é comum pelo histórico do planejamento urbano nas cidades brasileiras, que ele seja ignorado nas políticas de desenvolvimento territorial e urbano, assim como pela própria população, ao ponto de que, com o passar do tempo, seja canalizado. Isso acarreta problemas ainda maiores de escoamento de água da chuva e enchentes, prejudicando também toda a fauna e flora presentes no espaço.

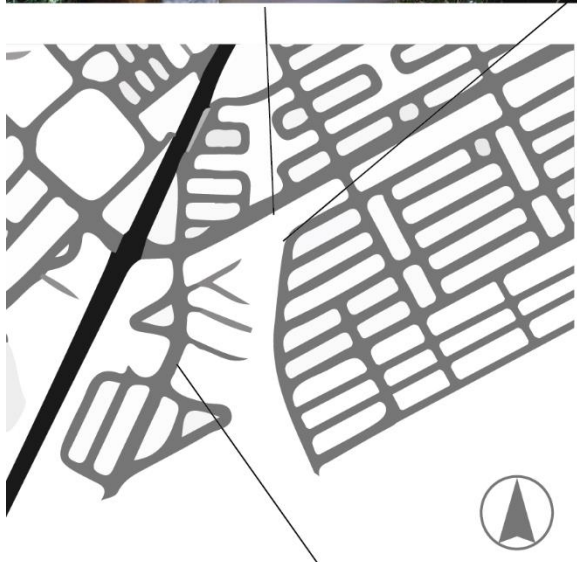
O assoreamento (observado em estado avançado no bairro Nova Ilha, Figura 37) é um processo que pode ser decorrente de acúmulo de resíduos sólidos, como lixo, entulhos ou sedimentos oriundos de processos erosivos e também de problemas ocasionados principalmente pela sobrecarga do sistema de drenagem pelo volume de água das chuvas, que tende a ser direcionado para os cursos d'água³³.

³³ As fotos da Figura 37 foram tiradas na primeira quinzena do mês de outubro de 2018, período caracterizado por chuvas torrenciais.

Fig. 37

FOTOS DO CÓRREGO

Imagens fonte: Acervo pessoal, 2018
Mapa fonte: Google Maps
Edição: Inayara S. Sampaio



Partimos assim para o ultimo tema geral a ser trabalhado, de projetos e obras, **identificando os projetos que foram realizados e que serão realizados**, no intervalo de 10 anos (passados e futuros) na região. Analisamos para isso os objetivo e diretrizes do Lei complementar nº 151 de 01 de julho de 2008 **Do plano diretor e da política de desenvolvimento do município de Ilha Solteira**, as leis instituídas nos anos posteriores que alteram alguns de seus artigos e a Lei complementar nº 351 de 20 de dezembro de 2016 que **Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana, o Plano de Mobilidade Urbana e suas diretrizes e ferramentas**, identificando as diretrizes que foram seguidas e as que podem ser colocadas em prática no plano proposto.

3.2 DIRETRIZES

O último ponto da metodologia do Plano Base é focado nas diretrizes. As práticas de intervenção urbana podem contribuir para a resolução dos problemas destacados no Plano, dessa forma, as diretrizes propostas têm como princípios: 1. Revitalização, que trata de recuperar o espaço ou construção; 2. Requalificação, que dá uma nova função, enquanto melhora o aspecto tanto do desenho urbano quanto ambiental; 3. Reabilitação, que restaura sem mudar sua função.

Para que exista o interesse público, a área revitalizada não pode pertencer a um grupo ou indivíduo, e deve beneficiar e oferecer um valor compartilhado a todos aqueles que vivem na cidade. Ilha solteira apresenta uma grande vantagem a favor de tal conceito, já que é uma cidade jovem, e apesar de sua trajetória de planejamento urbano, é uma cidade pequena, onde as políticas públicas podem ser discutidas em menor escala, facilitando o acesso da população a essas discussões.

Todas as diretrizes propostas seguem o mesmo objetivo, de tratar o Residencial Ilha Bela como parte da cidade de Ilha Solteira, incluindo seus objetivos nos interesses públicos de toda à área em que se localiza, criando condições para que o acesso aos espaços revitalizados, requalificados e reabilitados seja facilitado e, principalmente, que seja interessante para a população, usando posto que “Primeiro nós moldamos as cidades, então elas nos moldam” (GEHL, 2013).

Assim, as primeiras diretrizes se referem à mobilidade urbana, priorizando a escala do pedestre e do ciclista:

- Modificar as vias de acesso ao Residencial Ilha Bela: Av. Quinze de Outubro a Estr. Itapurã Andradina e a via de transição Rod. Gerson Dourado de Oliveira (SP-595)³⁴ que divide o a região urbana delimitada pela perimetral, e a área nova (dos bairros referidos e do Jardim Aeroporto) em toda sua extensão. Desse modo, se criam condições caminháveis, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor:

Art. 104. São ações estratégicas da Circulação e Transportes: § IX – Estabelecer projetos de reconfiguração de traçados geométricos em locais onde possam proporcionar maior conforto, segurança e fluidez aos munícipes, como também em áreas com excesso de pavimentação, visando ampliar a permeabilidade do solo (ILHA SOLTEIRA, 2008, p.56).

Para tal, devem ser construídos caminhos, faixas de pedestre e calçadas onde não existem, facilitando a travessia do pedestre e dos ciclistas.

- Em concordância com a diretriz anterior, a fim de garantir travessia e caminhabilidade seguras, definir a Rod. Gerson Dourado de Oliveira como uma via arterial e dentro do perímetro urbano, vetando a circulação de veículos de carga nos horários estipulados pela Política Municipal de Mobilidade Urbana:

Art.26 - As circulações de veículos de carga, em todo o perímetro urbano, ficam regulamentadas nos seguintes termos:

I - é vedado o trânsito de veículos pesados de carga com até três eixos das 8:00 (oito horas) às 9:30 (nove horas e trinta minutos), das 11:00 (onze horas) às 14:00 (quatorze) horas e das 17:00 (dezesete horas) às 19:00 (dezenove horas), de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, ou aos sábados antes das 14:00 (quatorze) horas, salvo quando da utilização das rotas definidas no Anexo XII, mapas 30 e 31, do Volume III, do Plano de Mobilidade Urbana;

II - é vedado o trânsito de veículos pesados de carga do tipo articulados, reboque ou com mais de 3 (três) eixos, eixos das 8:00 (oito horas) às 9:30 (nove horas e trinta minutos), das 11:00 (onze horas) às 14:00 (quatorze) horas e das 17:00 (dezesete horas) às 19:00 (dezenove horas), de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, ou aos sábados antes das 14:00 (quatorze) horas, salvo quando da utilização das rotas definidas no Anexo XII, mapas 28 e 29, do Volume III, do Plano de Mobilidade Urbana; e

III - é vedado o trânsito de veículos que transportam produtos perigosos dos eixos das 8:00 (oito horas) às 9:30 (nove horas e trinta minutos), das 11:00 (onze horas) às 14:00 (quatorze) horas e das 17:00 (dezesete

³⁴ Segundo os mapas de diagnóstico do plano diretor, a rodovia faz parte da “rota de carga” da cidade.

horas) às 19:00 (dezenove horas), de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, ou aos sábados antes das 14:00 (quatorze) horas, salvo quando da utilização das rotas definidas no Anexo XII, mapas 28 e 29, do Volume III, do Plano de Mobilidade Urbana (ILHA SOLTEIRA, 2016, p.7).

Além disso, retomar o projeto presente nas Diretrizes do Plano Diretor de uma via arterial que liga a rodovia ao Bairro do Ipê, criando uma nova rota de carga que contornaria o perímetro urbano.

- A fim de adequar e melhorar o sistema viário pela acessibilidade do bairro, tornando o mais abrangente especialmente na área de urbanização incompleta e visando a interligação interbairros, a primeira posposta viária é criar uma via interligando a área sul do bairro com a perimetral, criando mais uma via de acesso direto ao perímetro urbano consolidado, contornando o cemitério, e facilitando o acesso às áreas de comércio e serviço.

- Também devem ser criadas vias na área de APP, ligando os bairros Ilha bela, Ilha do Sol e Nova Ilha. Toda intervenção em APPs (como também em rios, córregos e lagos) deve ser precedida de consulta e respectiva autorização por parte dos órgãos competentes. No caso do Estado de São Paulo, as atividades de controle, orientação e fiscalização do uso e exploração dos recursos naturais são exercidas pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) (CADERNO DE MATAS CILIARES, 2006).

Somente são permitidas as situações presentes no Art. 8º da Lei Nº12.651 de 25/05/2012, “A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei. ” Considerando de utilidade pública a definição presente na mesma Lei, e na Resolução Conama nº 369, de 28/03/2006 que regulamenta este assunto dispondo sobre de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento e energia.

De acordo com tal resolução,

Art. 3º A intervenção ou supressão de vegetação em APP somente poderá ser autorizada quando o requerente, entre outras exigências, comprovar:

I - a inexistência de alternativa técnica e locacional as obras, planos, atividades ou projetos propostos; (CONAMA, 2006, P 95)

E nos casos em que a intervenção esteja situada dentro do perímetro urbano, que é o caso da intervenção proposta neste Plano Base, dependerá de autorização do órgão ambiental municipal.

Dessa forma, as diretrizes adequariam o traçado urbano as diretrizes do Plano Diretor:

Art. 122. § II - as prioridades para melhoria e implantação de vias, serão determinadas pelas necessidades do transporte coletivo, pela complementação de ligações entre bairros e pela integração entre os municípios da região de Ilha Solteira (ILHA SOLTEIRA, 2008, p.61).

Conforme o Plano Diretor, “A problemática urbana é indissociável a problemática ambiental e social” (ILHA SOLTEIRA, 2008). Assim, as próximas diretrizes tomam por base a seção do Plano que diz respeito à política do meio ambiente e dos recursos hídricos; águas superficiais e subterrâneas e a Lei complementar nº 346, de 25 de julho de 2016.

- Como podemos observar na Figura 37, no bairro Ilha do sol, a área de preservação já apresenta impactos sobre a construção das vias com a infraestrutura precária próxima ao córrego. Então, antes de facilitar o acesso público apropriado, devem ser realizadas obras de infraestrutura que protejam o meio ambiente de fatores externos, tais como: acúmulo de detritos; desenho urbano; área de escoamento superficial; esgoto e saneamento. Junto às obras, devem ser realizados programas que estimulem a adoção de práticas em favor da proteção, manutenção e recuperação do meio ambiente, em eventos e palestras de educação ambiental nas escolas próximas e entre os moradores, como forma de promover a parceria da associação de moradores com a prefeitura. E fixação de avisos e placas nas áreas de interesse ambiental.
- Junto com essa diretriz, e seguindo o Plano em relação às águas superficiais, deve ser facilitado o acesso público apropriado às margens

dos fundos de vale, córregos, rios e lagos. Como no caso do residencial Ilha Bela, já não é possível a construção de uma via pública que contorne a área de APP (já é ocupada por lotes residenciais), deve ser estimulado o uso dessa área para esporte e lazer.

Como analisado no Plano Base, infraestruturas de lazer e esporte são praticamente inexistentes na área. E as áreas verdes se mostram hoje espaços vazios, contribuindo com os processos de fragmentação e segregação. Assim, uma das propostas para utilizar essas áreas, e também criar condições que permitam o acesso da população ao córrego e à APP, é fazer um projeto de parque linear com circuito/pista de caminhada na área verde do bairro, interligado as áreas verdes ao norte e às vias que contornam a APP, modificando às vias de tráfego também, visando à proteção ao pedestre e ao ciclista, com faixas e obstáculos. Dessa forma, além da população ter acesso ao córrego sem influenciar na flora, seu uso pode contribuir para a conscientização ecológica, criando um espaço em favor da função social da cidade, que interligue os bairros, de acordo com o conceito de “cidades abertas”, já empregado com a previsão de modificação das vias de acesso ao bairro.

Quanto aos equipamentos institucionais (postos de saúde e escolas) e equipamentos de comércio e serviços, é possível verificar pelo Plano Base e pelas entrevistas com os moradores, que não há demanda para novos, porém, o acesso aos existentes é dificultado pelo desenho urbano. Assim, as diretrizes que modificam as vias, no primeiro momento, solucionam esse problema, e, em um segundo momento, o poder municipal deve:

- Construir novos equipamentos institucionais, levando em conta a consolidação dos novos bairros com demandas reais, e possíveis expansões futuras, pensando a longo prazo.

Todas as diretrizes, como já salientado, devem seguir um mesmo objetivo, assim, como última diretriz, temos a valorização da praça do Residencial Ilha Bela como espaço público. Para isso, o primeiro ponto a ser trabalhado seria a acessibilidade, garantida

com as diretrizes anteriores. O segundo ponto diz respeito à necessária riqueza espacial, diversidade de usos e de pessoas, com diversidade de horários e de propósitos para sua utilização, garantindo vitalidade.

Por um lado, foi observado que hoje a praça do Residencial Ilha Bela exerce apenas o papel de área de lazer do bairro. Com as modificações recentes, envolvendo a implantação de novos equipamentos que possibilitam novos usos, se ampliam as possibilidades de convívio social e lazer. Por outro lado, pelos estudos do Plano Base, também foi possível identificar essa praça como a única área de lazer da região. Assim, qualquer projeto na área deve objetivar a reversão do caráter atual de “espaço privado de uso coletivo” para transformá-lo em espaço efetivamente público, tendo como agente a prefeitura, responsável por garantir que os interesses públicos sejam respeitados. Enquanto a associação faz o papel de defender os interesses privados dos moradores do Ilha Bela, o poder municipal deveria agir de forma que garantisse os interesses da população como um todo. Assim:

- Como única área de lazer no entorno, deveriam ser realizados eventos (abrangendo a população dos bairros Ilha do Sol e Nova Ilha) com uso da área para festas sazonais, como “Festa Juninas”, festivais de pipa e feiras, promovidos pelo departamento de Cultura de Ilha Solteira, em parceria com a associação de moradores.
- Projetar e instalar novos mobiliários, confortáveis, que permitam a permanência e contemplação do espaço como uma nova forma de uso, além da reconfiguração paisagística da praça, criando identidade projetual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A
METODOLOGIA UTILIZADA, AS
DIRETRIZES PROPOSTAS E SEUS
DESDOBRAMENTOS EM ILHA SOLTEIRA

Para finalizar esse TFG de Arquitetura e Urbanismo, reafirmamos que foi de extrema importância a pesquisa documental e bibliográfica realizadas, que tornaram possível compreender os processos que influenciam na produção do espaço urbano de Ilha Solteira e concluir que ele é diretamente influenciado pelas características originais da cidade. Desde o PU I, encomendado pela empresa estatal CESP, para apoiar construção da hidrelétrica em plena ditadura militar, havia pelos projetistas uma procura por controle e padronização, próprios da cidade planejada (influência direta do urbanismo modernista). A distribuição das residências por nível profissional e socioeconômico, prevista no PU I é importante fator da segregação observada até os dias atuais, principalmente na distinção entre as áreas Norte e Sul da cidade, tendo a zona Norte predominância de alta densidade habitacional e população de classe média baixa, e na Zona Sul a concentração de classe média e alta.

Os estudos sobre processos de urbanização contemporâneos mostram que a segregação socioespacial está presente nas cidades brasileiras, portanto, apesar de suas particularidades, não é exclusiva da cidade de Ilha Solteira. Porém o que se observa é que esse processo antes comum nas cidades médias e grandes, agora também pode ser visto em cidades pequenas, se mostrando um ponto importante e pouco valorizado em pesquisas sobre planejamento urbano.

Entre as particularidades, além do planejamento, o fato de Ilha Solteira ser uma cidade pequena e nova, ou seja, com esses processos ainda recentes, implicam em vantagens quanto à sua reversão. Entrevistando moradores do Residencial Ilha Bela, concluímos que o principal motivo de se mudar para o bairro não foi a insegurança, tal como costuma ocorrer em outras cidades (CALDEIRA, 2000; SPOSITO e GÓES, 2013; por ex.), mas essa preocupação começou a surgir no início das obras de construção das próprias residências no bairro. A cidade em geral é tida como uma cidade segura, portanto, o controle de acesso e os mecanismos de vigilância se mostram como um padrão reproduzido a partir das metrópoles e cidades médias. Tal modelo, além de ser descabido e provocar diversos problemas urbanos citados nesse trabalho, não teria sido reproduzido pelos moradores do Residencial Ilha Bela se fossem aplicadas políticas públicas eficientes na área.

As políticas públicas, por sua vez, devem garantir diversos direitos, dentre os quais, a segurança da população, mas principalmente a acessibilidade dos espaços públicos. Assim, o desenho urbano e sua implementação devem complementar tais políticas, garantindo a ocupação, compartilhamento e o direito à cidade. Inclusive a discussão sobre espaço público, com a população, discussão é importante e pode ser fomentada pelo próprio uso desses espaços.

Com isso, na proposta do Plano Base foram levantadas problemáticas e diretrizes estratégicas que devem ser melhor tratadas em projetos específicos na área, a fim de contribuir com a reversão dos processos de segregação observados hoje na cidade. Finalizamos este trabalho então, reiterando que, com as diretrizes aplicadas, a acessibilidade da área seria restaurada e os moradores experimentariam o compartilhamento do espaço público sem a sensação de insegurança, principalmente por conta do movimento e do seu uso, se conscientizando-se assim sobre a desnecessidade da cancela e do controle de acesso ao Residencial Ilha Bela, atuando assim,

EM FAVOR DA CIDADE ABERTA.

- ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL DE ILHA SOLTEIRA - AEIS. Assessoria Aos Serviços Comunitários (Org.). **Boletim informativo nº 8**. Ilha Solteira: Cesp, 1969.
- ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL DE ILHA SOLTEIRA - AEIS. Assessoria aos Serviços Comunitários (Org.). **Nasce uma cidade**. Ilha Solteira, Administração dos Núcleos Urbanos de Urubupungá, s.d.
- ARAUJO, Carlos Augusto Moraes. **Caracterização da associação dos pequenos agricultores no contexto do projeto cinturão verde de Ilha Solteira - SP**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.
- ARAÚJO, Cláudia Gomes de. Planejamento em Urubupungá: as Vilas de Jupia. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). **Forma urbana e arquitetura de vila operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. p. 222-246.
- BRANDÃO, Pedro. **O Sentido da Cidade**: Ensaio sobre o mito da imagem como arquitetura. Lisboa. Livros Horizonte, 2011.
- BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 1.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Brasília, DF, Mai 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 06 novembro 2018
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA. **Resolução CONAMA nº 369** de 28 de março de 2006. In: DOU nº61, 2006. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>> Acesso em: 17 outubro 2018.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 Ltda./ Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34 Ltda. 1936
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2004.
- D'ALMEIDA, Carolina Heldt. **Produção empresarial da cidade: um laboratório/1965-1974**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. **O legado do urbanismo moderno no Brasil. Paradigma realizado ou projeto inacabado?** Arquitectos, São Paulo, ano 01, n. 006.05, Vitruvius, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.006/958>>. Acesso em: 16 maio 2018
- DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE (DPB), SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Cadernos da Mata Ciliar**. Nº1. 2009, São Paulo: SMA, 2006. Disponível em: <<http://ambiente.sp.gov.br/mataciliar>>.
- DOURADO, Lilian Aparecida Campos. **O espaço público e a territorialidade do lazer na Estância Turística de Ilha Solteira - SP**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.
- DIMENSTEIN, Marcela; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh Cavalcanti. **Em busca de novos caminhos metodológicos**: Percepção e experiência nos espaços públicos urbanos

contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa. Recife, v.19, n. 3, p.417-439, set-dez. 2017. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5425>>. Acesso em: 26 Outubro 2018.

GEHL, Jan. **A Mayor's Guide to Public Life**. Ghel Institute, 2016. Disponível em: <https://mayorsguide.gehlinstitute.org/MAYORS_GUIDE_Complete.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 29 Outubro 2018

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**. A crítica de Brasília e sua utopia. SP: Cia das Letras, 1993.

ILHA SOLTEIRA. Lei complementar nº 151 de 01 de julho de 2008. **Do plano diretor e da política de desenvolvimento do município de Ilha Solteira**. Ilha Solteira, SP, Jul 2008. Disponível em: <<http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/planodiretor/images/Leic-151.pdf>> Acesso em: 01 Maio 2018.

ILHA SOLTEIRA. Lei complementar nº 346 de 25 de julho de 2016. **Altera Lei Complementar Municipal nº 151/2008, de 1º de julho de 2008, e dá outras providências**. Ilha Solteira, SP, Jul 2008. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/wpdpol>> Acesso em: 18 Outubro 2018.

ILHA SOLTEIRA. Lei complementar nº 351 de 20 de dezembro de 2016. **Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana, o Plano de Mobilidade Urbana e suas diretrizes e ferramentas**. Ilha Solteira, SP, Dez, 2016. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/lpodw>> Acesso em: 18 Outubro 2018.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MANGE, Ernest Robert de Carvalho; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 1**. São Paulo: Planemak, 1967. 2 v.

MANGE, Ernest Robert de Carvalho; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 2**. São Paulo: Planemak, 1968. 2 v.

PLANEMAK. **Ilha Solteira – Planejamento Urbano II**. São Paulo: Planemak, 1980.

PNUD Brasil. **Rankind IDHM Municípios 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 02 Junho 2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Desenvolvimento Urbano. **Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo**. São Paulo: São Paulo Urbanismo, 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/2017-02-03-impresao.pdf>> Acesso em: 29 Outubro 2018

SABOYA, Renato. **Plano e projeto**. Urbanidades. 2007. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2007/09/plano-e-projeto/>>. Acesso em: 20 agosto 2018

SANT'ANA, D. Z.; SANTANA, A. L. ; SANTANA, V. Z. . **Mudanças no espaço periurbano do município de Ilha Solteira (SP, Brasil): a expansão da área urbanizada sobre o Assentamento Rural Cinturão Verde**. In: IX Congreso Sociedades Rurales Latino-americanas: diversidades contrastes y alternativas. Cidade do México: ALASRU, 2014, 2014, Cidade do México. Anais do IX Congreso Sociedades Rurales Latino-americanas: diversidades contrastes y alternativas. Cidade do México: ALASRU, 2014. Cidade do México, 2014. p. 01-20.

SCHERER, Rebeca. Apresentação. In LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

SCUDELLER, Bárbara. **Novo olhar ao centro**. 2017. Monografia, Curso de arquitetura e urbanismo. Universidade Estadual Paulista – FCT UNESP

SECRETARIA DE TURISMO (São Paulo). Governo do Estado de São Paulo. **O que é DADETUR**. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=54>. Acesso em: 01 Maio 2018.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. [s.l.]: Edufba, 2007.

SEÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA (Administração Especial de Ilha Solteira - AEIS. Assessoria Aos Serviços Comunitários (Org.). **Ilha Solteira experiência de implantação de uma cidade**. Ilha Solteira: Cesp, 1970.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: As tiranias da humanidade. [s.l.]: Companhia das Letras, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e GÓES, Eda Maria. **Espaços Fechados e Cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Unesp, 2013.

TORNÉ, J. M. L. Plan Base en Ciudades Intermedias: Documento Guia. Màster en desarrollo urbano y territorial. Editorial Milenio, 2014. Disponível em: <<http://desarrollourbanoyterritorial.duot.upc.edu/sites/default/files/Plan%20Base%20en%20Ciudades%20Intermedias.pdf>>. Acesso em: 13 Julho 2017.

VIANNA, Mônica Peixoto. O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP: os casos de Barra Bonita, Bariri e Porto Primavera. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). **Forma urbana e arquitetura de vila operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. p. 247-272.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra urbano no Brasil**. [s.l.]: Estúdio Nobel, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES DO RESIDENCIAL ILHA BELA

A) Perfil do entrevistado/a

1. Idade
2. Gênero
3. Ocupação
4. Há quanto tempo mora em Ilha Solteira?
5. Onde morou antes de se mudar para Ilha Solteira?
6. Mora no residencial há quanto tempo?
7. Onde morava antes de mudar para o residencial?
8. Características da residência anterior?

B) Questões

9. Porque optou por morar no Residencial Ilha Bela?
- 10.(Se não comentou antes) O que acha de haver cancela com controle de acesso ao residencial?
- 11.(Além do que já mencionou). Quais são os pontos positivos e os negativos de morar nesse residencial?
- 12.Costuma frequentar as áreas comuns do residencial (caminhar pelas vias, ir à praça)? Por que?
- 13.(Se não comentou). Acha que a presença de outros frequentadores, além dos moradores do residencial, nesses espaços, seria inconveniente? Por que?
- 14.Se a prefeitura fizesse investimentos, melhorando a qualidade da praça você seria favorável ao acesso dos não moradores do residencial no bairro e o uso dela por eles?
- 15.Você sabe que estava prevista uma avenida cruzando o bairro ligando o residencial às outras áreas da cidade, e principalmente a rodovia? Sabe porque não foi construída? Qual sua opinião sobre isso?
- 16.Faz parte da associação de moradores?

17. O que acha da associação e da administração do residencial?

18. Você sabia que desde o projeto de Ilha Solteira há uma forte diferenciação entre a zona norte e a zona sul, entre espaços de residência de trabalhadores mais qualificados e menos qualificados? O que acha disso? Considera que ainda tem influência sobre os moradores da cidade?

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES DO RESIDENCIAL ILHA BELA (JUNHO DE 2018)

ENTREVISTA 1

PERFIL DO ENTREVISTADO

32 anos

Engenheiro agrônomo

Nascido na cidade, se mudou ainda criança. Voltou para estudar (na UNESP) por 4 anos (2006 a 2010) e depois voltou em 2014

Vindo de Uberaba

Mora no residencial há 4 anos, desde que voltou para Ilha Solteira.

- Porque você optou por morar no residencial quando voltou para a cidade?

Como era um bairro que tava crescendo, era um bairro tranquilo, quando eu mudei ela tinha acabado de nascer (fazendo referência a filha), e é um bairro assim... e eu já conhecia as outras casas geminadas, a de viela... Ali era um lugar que a gente não queria, porque já morou ali e já conhece. E é um bairro novo né, uma boa opção.

- Entendi, e como você falou, uma diferença dele além de ser tranquilo, o bairro também tem uma cancela. O que você acha disso?

Eu acho bom, foi uma conquista boa dos moradores, que se reuniram pra montar a associação e aí com a associação viabilizou essas melhorias no bairro. Não é coisa da prefeitura, é coisa da associação mesmo. Foi muito bom, valorizou o bairro, e isso tudo foi pra aumentar a segurança e depois que foi implementado isso a gente não teve nenhum caso mais de furto.

- E você sabe de muitos casos de furto ocorridos antes de ter a cancela?

Sim, antes tinha. Porque é novo, e tem muita obra, o trânsito de pessoas que trabalham em obras, e como o acesso era livre né, tinha facilidade grande de acontecer. Principalmente em horário comercial, que não tinha muita gente nas casas que saíam para trabalhar.

- E além desses pontos positivos, tem algum outro ponto positivo de morar aqui?

Pra gente tem que é a cidade da nossa família, do residencial é a tranquilidade e a segurança mesmo.

- E tem algum ponto negativo que você viu esse tempo que mora aqui?

Apesar da conquista da associação, talvez que não tenha a adesão de todos, a associação. Tem muitos que usufruem desse benefício sem contribuir. É difícil conseguir apoio de todos, mas precisava ter mais pessoas contribuindo.

- Você costuma frequentar as áreas em comum, como a pracinha, caminhar nas ruas... (?)

É, por morar no começo aqui do bairro, eu conheço pouco o bairro pra lá. Fui de carro algumas vezes, mas eu fico muito aqui. Quando algumas pessoas vêm aqui perguntar "onde fica a rua tal" eu não sei explicar porque não transito muito, apesar de morar aqui. O local que eu uso é a casa né, a residência, e a praça. As crianças utilizam muito a praça, e os cachorros.

- E o que você acha da presença de outras pessoas que não sejam moradores aqui dentro, utilizando esse espaço?

Eu não vejo problema, desde que não destrua patrimônio, que não suje. Que venha pra passear e utilizar os benefícios da praça... eu não vejo problema não.

- Você comentou que é a associação que cuida aqui das coisas, então se a prefeitura cuidasse, você acha que seria mais proveitoso para todo mundo, e além dos moradores, as pessoas de fora poderiam usar mais o espaço?

Sim, até tem a promessa de colocar aquelas academias ao ar livre.

- Veio da prefeitura essa promessa?

Sim, veio da prefeitura essa promessa, a muito tempo ta enrolando e nunca colocou. A iluminação foi a gente mesmo que fez a arrecadação no bairro e comprou as lâmpadas e todo o cabeamento, a prefeitura entrou só com a mão de obra para esses postinhos (da praça) e quem fez toda a instalação foi a gente, os moradores.

- Então você acha que falta um pouco esse auxílio da prefeitura?

A... falta, e eu acho que ela tende a cuidar menos ainda por saber que existe a associação e pessoas que pagam. Até a própria roçagem da grama, a dois anos atrás quando a gente começou a fazer e divulgou no jornalzinho da cidade, aí a partir disso teve muito mais dificuldade dela vir pra fazer o serviço, porque ela sabe "ah não, o pessoal do bairro faz" e a gente faz só porque na verdade eles não fazem. Porque a gente paga os impostos normal, igual todo mundo então deveria ser um serviço público.

- Você sabe que estava prevista que essa via principal fosse uma continuidade da rodovia e cruzasse o bairro, ligando ela a cidade?

Eu ouvi falar...

- E sabe porque não foi realizado?

Não... os detalhes do início desse projeto, como é bem mais antigo eu não sei o que aconteceu. Olhando como é constituído o bairro, se fosse pra opinar eu acho que para nós não seria bom. Um lugar de trânsito de carro, de passagem né, fluxo intenso de bairro residencial com criança perto de uma praça acho que não seria bom. E daí se tivesse que continuar tendo controle de acesso teria que ter outra portaria lá, que aumentaria custo. Acho que tendo um único acesso facilita toda a questão de segurança e comodidade do bairro.

- Você já falou que auxilia a associação de moradores, mas você faz parte?

Não, não faço parte como membro da comissão, mas vou nas reuniões. Faz algumas que não consigo ir, mas vou.

- E o que você acha do papel da associação aqui dentro?

Eu acho bem importante, a gente conquista bastante coisa por causa da associação, acho importante.

- Você sabia que desde a criação de Ilha Solteira a cidade é dividida em níveis, as residências eram diferenciadas por níveis...

Sim, sabia, até os clubes né, tinha nível um, nível dois, e as casas de viela.

- O que acha disso?

Acho que pra época fazia sentido. Como a cidade foi instalada, pra manter o controle, o crescimento, a construção. Hoje não teria como fazer isso até por conta daquilo, a interação social. Mas na época fazia sentido fazer assim.

- E você acha que essa diferenciação influência na cidade hoje?

Ah... um pouco. Até hoje a gente vê que as casa tão lá né, daí tem as pessoas que moram lá no norte que são mais precárias, os bairros lá mais pobres. Acho que tem isso sim ainda hoje.

ENTREVISTA 2

PERFIL DA ENTREVISTADA

52 anos

"Do lar"

Mora na cidade há 21 anos

Vindo de Curitiba

Mora no residencial há 4 anos

Morou no Passeio Imperatriz (Norte), antes de se mudar para o residencial

A casa anterior era o padrão da CESP, com dois quartos, sala, cozinha, copa e banheiro. Para a entrevistada, o tamanho era suficiente na época.

- Porque vocês resolveram vir morar aqui no residencial?

A gente construiu a casa, né. A gente construiu de uma forma que os cômodos ficaram maiores. Por ser uma casa separada, porque lá já não era.

- Então você diria que foi mais pelo conforto?

Sim, até o próprio local. Mais tranquilidade, mais sossegado.

- Na época que vocês construíram, vocês já conheciam o bairro? Ele tinha as características que tem hoje?

Já tinha algumas casas, construíram bastante depois que a gente veio aqui. Mas já era tranquilo.

- E o que você acha de ter essa cancela de controle de acesso do bairro?

Ótimo, já diminuiu bem a incidência de roubo. Acho que fica mais segura, até porque já tem câmera.

- Você acha que a segurança é por conta da cancela?

É, até então a formação da associação foi em relação a isso. O foco foi a segurança, porque até então já tinha tido bastante roubo. Porque querendo ou não a cancela já inibe um pouco. Mesmo que as pessoas tenham acesso a entrar e sair.

- E vocês já moravam aqui quando tinha esses roubos?

Tinha... logo que eu mudei, começou os roubos e tal. Foi onde inventaram essa associação. Tá com dois anos essa associação. Então a gente já tinha um certo receio, antes de morar a gente não tinha. Quando ficou mais crítico que a gente resolveu entrar em acordo e fazer essa associação.

- Você acha que os roubos podem ter começado a acontecer pelo crescimento do bairro?

Sim, eles falavam, não sei se é verdade porque a gente não pode acusar e não viu... mas que era os pedreiros. Que a maioria dos roubos que houve aqui dentro era de pedreiro.

- Além da tranquilidade que você falou, quais são os pontos positivos aqui do bairro?

Acho que tudo né. Igual assim, lá na antiga casa como as casas eram muito juntas, a gente não tinha sol... Luz na casa. Aqui tem o conforto maior da casa, do lugar.

- E tem algum ponto negativo?

A única coisa, que agora a prefeitura tá tomando atitude, é desses terrenos vagos, sujos, sem manutenção.

- Você usa as áreas comuns do bairro? Costuma caminhar, e ir na pracinha?

Sim, costumo caminhar. É tranquilo, não tem carro, da pra caminhar.

- E o que você acha de outros frequentadores que não sejam moradores usarem esses espaços também? Você acha que seria inconveniente?

Eu acho que sim... não que a gente pode proibir porque não é um condomínio fechado. Mas assim, se começar a vir pessoas de fora começa a ter mais acesso.

- Você acha que esse acesso de pessoas de fora seria um problema?

Acho que se não acontecer nada de extraordinário, não.

- Então se a prefeitura fizesse investimentos cuidando do espaço aqui dentro, o serviço que a associação faz, você acha que a presença de outros frequentadores seria menos inconveniente?

Não, acho que nunca parei para pensar nisso. Mas acho que não teria problema.

- Você sabe que tava prevista que essa via principal cruzasse o bairro ligando o residencial às outras áreas da cidade, e principalmente a rodovia? Qual seria a sua opinião sobre isso?

Sabia, mas já pensou passar tudo aqui dentro? Não gosto nem de pensar.

- Você faz parte da associação de moradores? Costuma ir nas reuniões? O que você acha da associação?

Sim, faço. Faço parte da votação, vou nas reuniões... eu acho que as pessoas tinham que participar mais. A gente incentiva as pessoas pra participar mas eu acho que quem não participa é porque não quer pagar. Porque querendo ou não elas usufruem daquilo que tá sendo feito né.

- E você sabia que desde a criação da cidade a população era separada por níveis, e você acha que isso ainda se reflete hoje na cidade aqui em Ilha Solteira?

Ah sim... porque ainda se comenta assim "ahh lá nos nível 5, lá nos nível 6..." porque a gente sabe que essa separação, querendo ou não, essas pessoas que moram no nível 5 e 6 são pessoas com uma posse maior, financeira.

- E além do lugar onde elas moram, você acha que influencia na questão das pessoas terem algum tipo de preconceito?

Creio que sim, sempre teve, desde o início da obra aqui. Mas aquela época que tinha aquele preconceito mesmo, tanto que tinha aqueles dois clubes né. Ninguém se misturava, era diferente.

ENTREVISTA 3

PERFIL DO ENTREVISTADO

59 anos

Professor, engenheiro mecânico

Mora na cidade há 29 anos, com alguns períodos morando em outras cidades do interior de São Paulo e exterior

Vindo de São José dos Campos

Mora no residencial há 2 anos e meio

Antes de se mudar para o residencial, morou no Passei Caconde (Sul), em uma das moradias construídas pela UNESP na época de sua implantação

A casa anterior era maior do que a atual, e de esquina. Tinha quatro quartos e um jardim

- Porque você optou por morar no residencial quando voltou para a cidade?

Não foi questão de opção. Me separei da minha ex mulher, sai e morei em dois outros lugares de transição. Quando eu saí da minha antiga casa, eu fui morar em um desses predinhos de estudantes. Aí morei lá uns tempos, depois aluguei uma casa lá no Santa Catarina e fiquei mais um tempo lá, enquanto eu construía aqui. Aí quando eu acabei de construir aqui que eu me mudei pra cá. Mas antes de vir pra cá, o lugar mais significativo foi esse no passeio Caconde, onde morei bastante tempo.

- E a casa que você morou no passeio Caconde era das tipologias antigas da CESP ou era mais nova?

Era aquele chamado “padrão 6” da CESP, mas era de umas casas mais novas, porque quando a UNESP se instalou aqui ela construiu algumas casas no Passeio Caconde, no passeio Jaú. Tem algumas casas que foram construídas bem depois das casas do padrão da CESP, então o estilo é o mesmo, só que o antigo estilo 6 da CESP tinha um quarto a menos. E eram mais novas né.

- Então a UNESP construiu elas pros professores?

É, não só professores, tinha a parte dos funcionários, o administrativo também. Então a UNESP construiu acho que umas 100 casas na época. Aí depois, em outra ocasião ela acabou vendendo as casas pros professores e pessoal funcionários que morava nelas.

- E voltando, sobre aqui no residencial, o que você acha de ter essa cancela de acesso?

Antes da cancela, eu vou falar da associação. Eu pessoalmente no meu estágio de vida, eu estou saindo de tudo quanto é associação que existe. A um tempo atrás eu saí do sindicato, etc... E eu acho que, pra mim, no momento esse tipo de coisa é uma fonte de aborrecimento. Então entre ter ou não ter, eu preferia que não tivesse, porque eu acho que essa associação a médio e longo prazo é fonte de problema. E daí, de certa forma, eu sou mais ou menos contrário a tudo isso que essa galera faz. Por exemplo, colocaram esses redutores de velocidade. Eu acho que um bairro desse tamanho, que tá todo mundo andando de maneira normal, nunca aconteceu acidente nem nada, não vejo razão para encher a avenida aqui de lombada. Mas eu não sou nem a favor nem contra isso, não converso com ninguém sobre isso porque não quero nem encher e nem ser enchido. Não tenho interesse, e acho dispensável.

- E assim... você acha que ela é só dispensável, ou que interfere de alguma forma no dia a dia dos moradores?

Interfere, por exemplo, esse negócio das lombadas. Antes eu passava normal sem ter que ficar cambiando, mudando marcha.... Você gasta mais combustível, estraga a suspensão do carro. Isso aí é uma maneira de influenciar, no caso atrapalhando. Eu acho que uma hora vai dar um problema aí, que é o principal, que eu não quis entrar no começo né. Que eles contrataram uns funcionários, ta certo? Isso aí normalmente gera um passivo trabalhista. Então mais adiante vai ter ações na justiça trabalhistas. Eu já vi

isso acontecer num monte de situações. Então eu acho que essa galera tá cavando um problema razoável para o futuro.

- Essas outras situações que você diz, você já morou em algum outro lugar que tinha? É por experiência própria?

*Não, mas no comércio eu já vi. Quando vai contratar uma pessoa tem uma conversa. "É assim, assado. Tudo bem? tudo bem" mas aí por alguma razão depois, o que ele faz? Ele vai lá e entra na justiça e ele alega um monte de coisa... que ele foi explorado que ele trabalhou a noite. E quando isso cai na justiça do trabalho não adianta você alegar que foi isso e foi aquilo e normalmente você é condenado a pagar uma multa razoável. E ninguém vai ver lá atrás que o sujeito tava de acordo com aquilo e que não era nada demais. Então **isso aí é uma fonte de problema.***

- E além disso, você encontra algum outro ponto negativo de morar aqui e ou algum outro ponto positivo?

Eu não encaro como um ponto negativo, é só um negócio assim que... Pra mim era um negócio passável. Procuro não encarar isso como um ponto negativo e não esquentar a cabeça com isso. Agora a questão de morar aqui, eu gosto muito de morar aqui. **Aqui é um lugar sensacional, tranquilo. De um modo geral não tem ninguém te torrando a paciência.** Os vizinhos aqui tocam sua vida normal. Não vejo ninguém causando grandes presepadas. **Aqui é muito tranquilo.**

- Se fosse pra elencar os pontos positivos então você elencaria a tranquilidade... ?

*É, um é a tranquilidade. Agora a outra coisa que me fez vir pra cá foi disponibilidade. Porque como eu te falei eu me separei, depois teve uma transição e eu precisava construir uma casa. E aqui foi um lugar onde eu achei um terreno. Aqui, **Ilha Solteira, ela é meio travada nessa questão imobiliária** sabe, é meio de ocasião. Se você não compra naquela hora depois você não acha mais. É um negócio meio complicado. Então na época o que existia era aqui. Não tinha... Bom, tinha o da mesma empresa do lado de lá. Só que os terrenos são ligeiramente menores, do outro lado do córrego. Então era uma questão de disponibilidade também. Foi por aí, **é disponibilidade, necessidade,** que foi a questão de eu ter comprado por aqui. **Sempre foi um lugar assim que nem gente vagando não tinha.** Tem um morador ou outro que caminha né, é bem tranquilo. **Essa não é, de certa forma, a razão que eu vim pra cá, mas de qualquer forma é um lugar bem tranquilo.***

- E você costuma frequentar as áreas em comum, aqui do residencial? Ir na praça ou caminhar nas ruas?

A única coisa que eu faço aqui nas áreas comuns é trafegar. E normalmente, a minha esposa fez uma cirurgia na coluna e está em processo de recuperação, então a gente caminhava aqui por dentro. Mas hoje já tá melhor, de qualquer forma a gente caminha até ali na portaria e depois caminha na cidade e tal.

- Mas tem algum motivo para vocês não usarem a praça?

*Não... a questão que há, é a seguinte, como tem essa associação e a associação se, digamos assim, adornou as áreas comuns, eu não me sinto bem em ir lá e ficar participando. **Porque como eu não tô contribuindo eu não quero ir lá e ficar naquela "ah, ele não contribui, mas ele vem aqui",** tá certo? Mas eu também não tenho interesse. Lá eu não vou jogar bola, não vou andar com cachorro, não vou fazer nada disso. O que eu vou fazer vai ser aqui em casa.*

- Mas você acha que se a prefeitura cuidasse dessa área, você se sentiria mais confortável de usar então?

Não tenho vontade, não tenho necessidade. Não quero ficar usando, digamos assim. Minha vida é organizada dum outro jeito. Eu tenho uma chácara lá no Ypê, tenho um barco que as vezes vou pescar... ou vou em outros lugares, vou na prainha, vou por aí a fora.

- E sobre a presença de outras pessoas que sejam moradores dentro aqui do residencial, você acha que seria inconveniente essas pessoas utilizassem esse espaço?

Pra mim não teria problema nenhum. Não atrapalhando e não vindo trazer problema, pode. Pra mim isso é um lugar público, as pessoas podem ir e vir tranquilamente.

- Você sabe que essa via principal do bairro fosse uma avenida cruzando o bairro ligando o residencial às outras áreas da cidade, e principalmente a rodovia, prevista inclusive no plano diretor? Você sabe por que não foi realizado?

Na verdade, é a primeira vez que eu ouço isso.

- E se fosse realizada, qual seria sua opinião?

Pra mim seria um negócio muito irrisório. Assim, ok, to aqui e vou pra Andradina eu ia economizar uns 500 m, 1000 m andando de carro, mas acho que isso não seria significativo.

- Mudando um pouquinho de assunto, você sabia que aqui o projeto de Ilha Solteira contava com uma diferenciação por níveis, e que também acabou tendo uma diferenciação entre as zonas Norte e Sul por conta desses níveis. Qual a sua opinião sobre isso?

Pra época acho que isso teve alguma utilidade porque foi uma forma de organizar o espaço. Evidentemente que isso põe essa espécie de carimbo na testa das pessoas, mas era uma maneira. E essas pessoas, o chamado barrageiro vem de tudo quanto é lugar do país. São pessoas que não tem uma estruturação no sentido de ter um vizinho, um conhecido. São pessoas que vem isoladas e você precisa de alguma forma organizar essas pessoas. Então acho que o lado positivo disso é o lado de organização.

- Mas você acha que essa questão de diferenciação de níveis ainda existe na cidade hoje? Você acha que ainda existe uma diferenciação entre zona Norte, zona Sul, ou entre um passeio e outro?

Igual no passado eu acredito que não. O pessoal que é mais novo não vivenciava aquilo. Isso existe só na memória do pessoal que viveu no passado. Então eu acredito que hoje isso quase que desapareceu. Enquanto essa questão de zona Norte e zona Sul de certa forma eu acho que ela tem, mas num sentido que não tem muito a ver com aquilo, pode até ser consequência daquilo, mas não é exatamente. Porque de certa forma você tem um tipo de concentração comercial, residencial, etc. na parte mais Sul da cidade, e tem um outro tipo na parte mais Norte. E isso acho que ainda tem um pouco, mas não igual era no passado, mas consequência daquilo porque a cidade foi formatada desse jeito.

ENTREVISTA 4

PERFIL DO ENTREVISTADO

24 anos

Estudante, engenharia de produção

Mora na cidade desde que nasceu

Mora no residencial há 2 anos e meio

Antes de se mudar para o residencial, morava no Passeio Orós (Norte)
A casa anterior era padrão, mas reformada. Tinha 3 quartos, uma sala, cozinha e banheiro. De acordo com o entrevistado, a casa era confortável, mas a região não.

- Porque vocês resolveram se mudar para o residencial?

A gente morava de aluguel, daí o cara pediu a casa.

- O que você acha de ter essa cancela de controle de acesso no residencial?

Eu não consigo ver utilidade.

- Mas você acha que isso pode ser um ponto negativo do residencial?

Sim, eu tenho muita raiva dela. Porque eu tenho que parar todo dia, 10 vezes pra abrir ela.

- Então você vê mais como um obstáculo na passagem?

Sim, isso.

- E qual o ponto positivo de morar aqui?

É um lugar tranquilo, tem silêncio. Eu não preciso conhecer os meus vizinhos, o que é muito bom. Se for fazer uma comparação de onde eu morava, é parede com parede. Então você escutava tudo dos vizinhos. Aqui é extremamente tranquilo, eu tenho dois sobrinhos, as crianças podem brincar na rua, podem fazer o que quer. Que nos outros lugares que a gente morou não tinha essa tranquilidade. O conforto da casa mudou também.

- Você costuma usa as áreas comuns do bairro?

Não, só a viela de casa aqui que brinca com o meu sobrinho (por viela, ele se refere a rua sem saída que tem próximo a residência). É a única coisa que a gente usa mesmo, na pracinha ele nunca vai. Tem um quintal grande também, ou a gente fica aqui ou na esquina.

- Por que vocês acabam não usando a pracinha?

*A gente nunca pensou muito nisso, porque a gente tem uma área grande em casa. Tudo que eu poderia fazer na praça eu faço aqui, e na rua também. **A gente não vê muita lógica de ir pra lá.***

- Se outras pessoas que não fossem moradores comessem a usar esse espaço, trazer as crianças para caminhar também. Você acha que isso seria inconveniente para os moradores?

Eu acho que não seria, inicialmente. Até porque teoricamente é aberto, as pessoas podem caminhar livremente.

- Você sabia que essa via principal estava prevista no plano diretor que continuasse ligando o bairro até a rodovia? E seria uma ligação da rodovia com a cidade?

Não... isso aí seria muito bom. Eu iria utilizar muito esse caminho.

- E você tem alguma ideia de porque não foi realizado?

Se eu fosse achar algum motivo eu acharia que foi questão financeira da prefeitura. Mas eu acho que isso pouquíssimas pessoas da cidade sabem.

- Mudando um pouco de assunto, você faz parte da associação de moradores?

Não.

- E o que você acha da associação e da administração?

*Eu acho que é um bando de desocupado. Eles não têm o que fazer da vida deles e ficam caçando coisa pra fazer que não tinha necessidade. Como por exemplo a cancela. Eu não sei exatamente como funciona isso de decidir como gastar o dinheiro. Eu não sou membro, não pago, mas eu acredito que por ser uma associação eles vão gastar o dinheiro com o que os membros queiram. **Mas eu não acho necessidade em nenhuma ação que eles tomaram. Pra mim não mudou nada.***

- Você sabia que desde o projeto de Ilha Solteira há uma forte diferenciação entre a zona norte e a zona sul, por conta das residências de trabalhadores mais qualificados e menos qualificados? O que você acha disso?

*Sabia, até eu zuava minha namorada. Porque ela mora lá pro sul, nas casas lá. Eu zuava falando que ela era rica. **Quando a gente era criança a gente brincava falando que na zona sul tinha muito rico, a gente achava que só tinha rico.** Mas não é bem assim, tem outros bairros também, mas a gente só descobriu depois. Mas **pra época até fazia sentido por conta do controle**, de precisar controlar as pessoas. Até por conta do transporte dos trabalhadores, dos comboios.*

- Então você acha que isso ainda influência na cidade hoje?

*Eu acho que tem bastante a ver, assim... **Tem uma diferenciação até de comércio.** Se for ver tem os comércios na zona sul que são mais... num nível um pouco mais alto do que os da zona norte, eu acho que tem muita diferenciação também.*

- E você acha que essa influência chega até o residencial também?

*É, aqui é um povo com o nível de vida mais alto também. Então eu acho que continua o raciocínio da cidade pra cá. O povo acha muito que isso aqui é uma parte a mais da cidade, **pra mim é um bairro como qualquer outro da cidade.** E eu acho que é isso o que o povo da associação tenta não fazer. **Tenta fazer um condomínio fechado, e não é.** Acho que esse é o maior problema da associação.*

- Mas querendo ou não, tendo a cancela ou não, o residencial ainda tem só um acesso, você acha que isso não influencia também nessa questão? Acaba ficando deslocado da cidade.

Eu não acho ele tão deslocado, mas, que nem você disse, no plano diretor essa avenida teria continuação, então não teria só uma via de entrada.

Aqui pra mim é o melhor bairro da cidade.** O melhor que eu já morei. **A única coisa que eu não gosto é isso da associação.** Eles queriam colocar um portão, não uma cancela, pra mim aquilo não é legal. Até quando eles colocaram a cancela eles demoraram pra cercar. De que adianta ter a cancela e ser descercado em cima? Aqui qualquer pessoa entra aqui, não precisa entrar por lá, tem uma mata gigantesca. **Pode inibir, mas não vejo muito sentido.

ENTREVISTA 5

PERFIL DA ENTREVISTADA

47 anos

Atendente de padaria

Mora na cidade há 18 anos

Vinda de Taboão da Serra onde morou por 15 anos, nascida em Pereira Barreto

Mora no residencial há 1 ano

Antes de se mudar para o residencial, morava no Passeio Parati (Centro)

A casa anterior tinha dois quartos, sala, cozinha. De acordo com a entrevistada, era apertada.

- Porque vocês resolveram se mudar para o residencial?

A gente queria ter espaço, a gente tem filho né, cachorro. E também quando eu morada lá em Pereira, morava em casa espaçosa. A gente queria construir uma casa nossa, melhor.

- O que você acha de ter essa cancela de controle de acesso no residencial?

Eu acho chata. É horrível porque você tem que ficar parando, abrindo. Ai não sei o que acontece que de repente ela cai.... Ou até as vezes o carro até apaga. Eu não gostei muito não.

- Mas você acha que melhorou em alguma questão ter a cancela?

Eu acho que melhorou na segurança. Até porque todos param aí, aí a pessoa que ta vigiando tem tempo de ver quem ta entrando. Eu já entrei aqui e já tinha.

- Quais são os pontos positivos de morar aqui?

Ah, o sossego, liberdade... aqui você pode dormir com a porta aberta, janela aberta. Então é sossegado.

- E você acha que tem algum ponto negativo?

Ponto negativo é esses terrenos né, cheio de mato. O pessoal não vem, não limpa. A gente encontra escorpião, aranha. Acaba ficando um pouco perigoso, ainda mais a gente com filho pequeno.

- Você costuma utilizar as áreas comuns aqui do bairro, como ir na pracinha, fazer caminhada nas ruas?

Eu fazia bastante, com o cachorro né, passeava. O meu filho também vai na pracinha brincar.

- E o que você acha da presença de outras pessoas que não sejam moradores utilizando essa área?

Eles tem liberdade né, desde que seja monitorado. Pra saber se as pessoas tão cuidando, até pelos filhos da gente, segurança.

- Se a prefeitura fizesse mais investimentos aqui, cuidasse desses terrenos vazios, da praça. Se deixasse que a prefeitura cuidasse mais do que a associação. Você acha que seria mais interessante, até para quem não mora no residencial usar essas áreas?

Não, acho que não. Seria melhor nós mesmos aqui do residencial cuidar.

- E porque você acha isso? Afinal o residencial é uma área pública né.

Porque ia ficar aberto pra todos de fora né, ficar entrando e saindo, fazendo baderna. Pessoal vem fazer arruaça e começa a jogar pedra. Uma vez eu sem ser daqui ainda, eu andando com meu marido de carro pra comprar o terreno aqui vi um moleque jogando pedra nas casas pra de baixo.

- Mas mesmo sendo uma área pública você acha melhor que vocês mesmo cuidem então? Porque é obrigação da prefeitura cuidar.

A prefeitura não ia cuidar não, é melhor o residencial ta cuidando. É pra nós mesmo, quem ta morando aqui, e cobrar deles. Pq a prefeitura... se for depender deles...

- E você sabia que estava prevista essa via principal fosse como uma avenida, cruzando o bairro ligando o residencial às outras áreas da cidade, e a rodovia?

Você fala da Nove de Julho né? Ir até lá na rodovia? Eu não sabia.

- Qual seria a sua opinião se tivesse?

*No caso seria aberto aqui a cancela né, ia ter que tirar? **Ai não ia ser mais um condomínio né. Ia ser aberto, ai ia passar caminhão. Não ia ser bom não.***

- E porque você acha que não foi concretizado esse plano?

Talvez seja por causa da associação. Eles terem chagado na prefeitura.

- Você faz parte da associação de moradores?

Se eu pago? Tem mês que eu pago... mas quem vai mais na reunião é meu marido.

- E o que você acha da administração da associação?

Eu não sei se eles tem experiência no que eles tão fazendo, tem que mudar algumas coisas aí. É meio complicado falar da administração porque não é todo mundo que quer entrar. Por enquanto eles tão ali e estão tentando agir de acordo com o que eles acham que tá certo né. Mas eu acho que ajuda o bairro.

- Você sabia que desde o projeto inicial de Ilha Solteira há uma forte diferenciação entre espaços de residência de trabalhadores mais qualificados e menos qualificados? Que acabou em uma diferenciação também entre a zona norte e a zona sul. As casas mais simples e as casas maiores... O que você acha dessa diferenciação? Você acha que ainda reflete na cidade hoje?

Ai acho que reflete sim. Quando fala onde mora as pessoas já vem com outros olhos. Se você faz um mercado e fala onde você mora, eles já falam "hmm, é ilha bela?" né. Então tem muita gente que prefere não colocar nem como Ilha Bela, coloca como nova Ilha.

ENTREVISTA 6

PERFIL DO ENTREVISTADO

49 anos

Técnico de processo industrial, mas no momento desempregado estudando eletrotécnica.

Mora na cidade há 18 anos

Vindo de Taboão da Serra.

Mora no residencial há 1 ano

Antes de se mudar para o residencial, morava no Passeio Parati (Centro)

A casa anterior tinha dois quartos, sala, cozinha.

- Porque vocês optaram por se mudar para o residencial?

Eu acho que porque o bairro era tranquilo, primeiramente. O tamanho do terreno me atraiu, porque as dimensões eram maiores. E a gente também tava morando numa casa que era apertada, sem espaço. Hoje a família cresceu e a gente resolveu morar em um lugar mais espaçoso.

- E o que você acha de ter essa cancela com controle de acesso no residencial?

Olha, foi um mecanismo criado pela associação, pra facilitar o controle de acesso e a segurança do bairro. Do ponto de vista dos moradores que são associados ta perfeito. É isso aí mesmo. Agora quem não é associado fala algumas restrições, que eu acho que são totalmente equivocadas.

- Você acha que essa cancela realmente ajudou na questão de segurança e de controle?

Sim, inibe. Só o fato de ter uma pessoa ali na frente, e o monitoramento com cancela e com câmeras já inibe né. Isso se chama prevenção. Ou seja, a pessoa ta sabendo que tem ali tem monitoramento, tem vigia, ele não vai querer entrar. Pode até entrar, mas inibe.

- Você já falou da tranquilidade do bairro, mas tem mais algum ponto positivo de ter vindo morar aqui?

Eu acho que, diferentemente da cidade, as pessoas são mais reservadas. Não se intrometem na vida de ninguém, isso eu acho legal.

- Tem algum negativo?

Eu acho que essa controvérsia aí, por parte do poder público. As vezes acham que as pessoas aqui têm poder aquisitivo alto, e é um bairro que carece de um olhar diferente do poder público. E as vezes eles viram as costas, deixam a Deus dar.

- E você costuma frequentar as áreas comuns? Ir na praça?

Não com muita frequência, mas sim. Principalmente fazer caminhada. Eu gosto bastante. Agora as demais áreas, eventualmente.

- O que você acha da presença de frequentadores que não sejam moradores, usando esse espaço também?

Isso é uma coisa que não pode ser proibido porque isso aqui é uma coisa que não pode ser constituído como condomínio né. Segundo que você não pode negar o acesso das pessoas. Isso é inconstitucional. Então eu acho que se houver acesso, o que deve haver, como minha esposa falou (Entrevista 5) monitorado, sem problema. Mas não pode impedir ninguém. De forma alguma seria inconveniente.

- Se a prefeitura fizesse esses investimentos que carecem no bairro, você acha que seria mais comum a presença desses outros frequentadores usando esse espaço?

Eu acho que sim, melhoraria bastante toda a estrutura do bairro, integração. Acho que melhoraria sim.

- Você acha que falta integração desse bairro com o resto da cidade e as pessoas?

Eu acho que falta. Todo mundo acha que isso aqui é um condomínio, mas na verdade não é, a gente tem uma associação de moradores. Pras pessoas de fora e acho que até para o poder público, acham que a gente é um condomínio. Ai eles deixam a gente meio de lado.

- Você sabe que estava prevista essa avenida cruzando o bairro né... qual a sua opinião sobre isso? Você acha que melhoraria ou pioraria essa questão?

*Não, essa outra via mudaria totalmente a estrutura do bairro né. Certamente o bairro não teria essas casas que tem hoje. Talvez, as pessoas que pra cá se deslocaram não deslocariam. **Acho que isso seria totalmente prejudicial, no ponto de vista de tranquilidade, segurança, tudo.***

- Tem alguma ideia de por que não foi construída essa via?

Eu não sei, mas não é muito difícil imaginar o motivo. Isso alteraria totalmente a estrutura do bairro. A questão do planejamento, como ele foi planejado para ser residencial.

- Você faz parte da associação de moradores? O que você acha da administração?

*Eu pago as vezes, mês sim, mês não... Só que, na minha opinião. As pessoas têm seus trabalhos principais, aqui é paralelo. E não tem aquele acompanhamento, planejamento, digamos integral do bairro. **Pra fazer um bom trabalho acho que deveria ter uma questão assim, mais profissional da coisa.** Só que a gente esbarra na questão de quantas pessoas que pagam. Então fica um negócio meio difícil de controlar. **Se mais pessoas pagassem talvez fosse melhor.***

- Você sabia que desde o projeto de Ilha Solteira, sendo uma cidade planejada, há essa diferenciação entre a zona norte e a zona sul, por conta das residências. O que você acha dessa relação dentro da cidade?

*Essa cidade aqui, desde o início dela foi tudo setorizado né. Eles impuseram alguns tipos de separação, eu **acho que foi muito prejudicial e que até hoje a gente sofre reflexos disso aí.** Particularmente eu acho que foi uma coisa desastrosa para a cidade.*

- E você considera que ainda tem influência na população então?

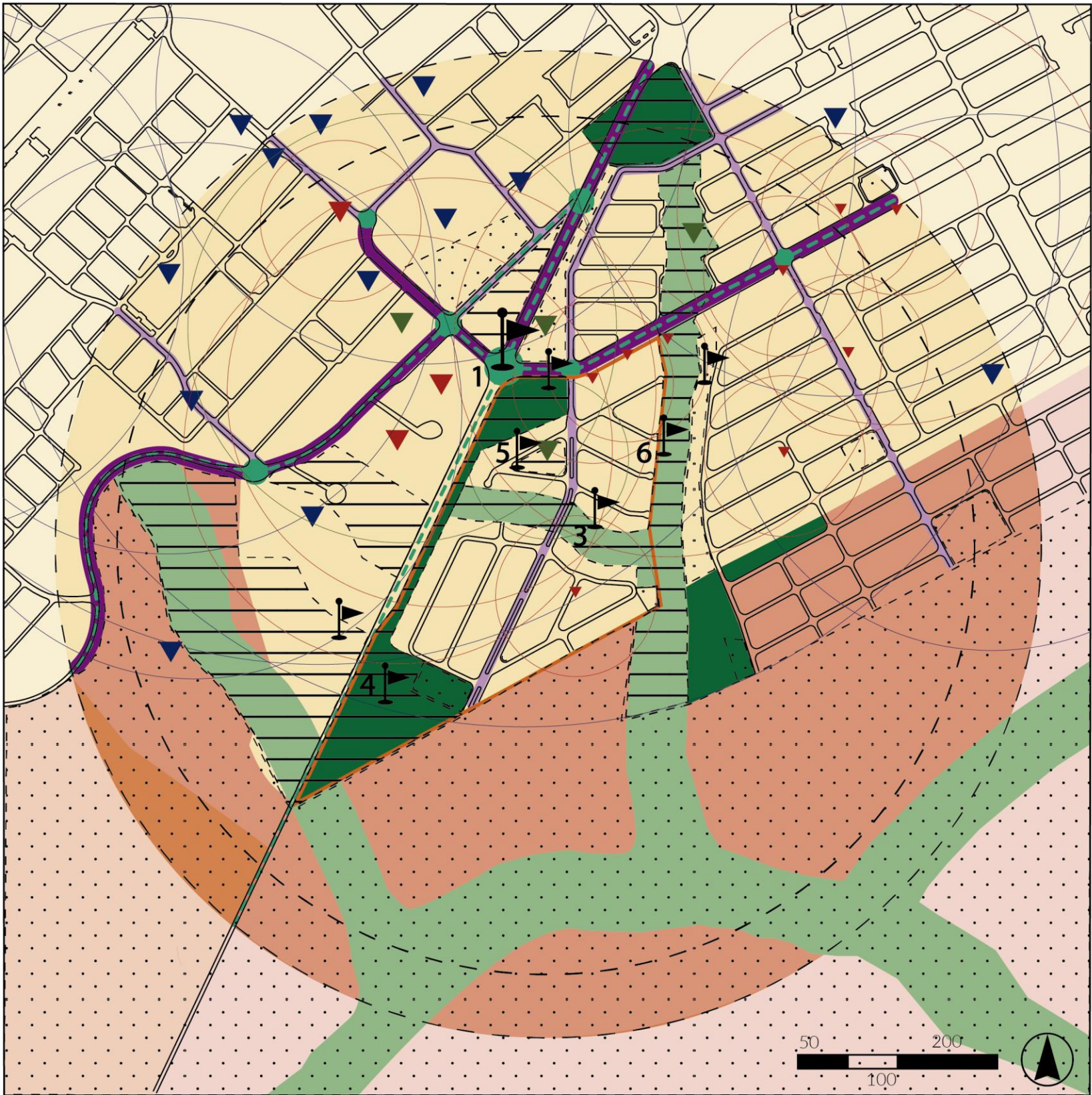
*Tem, muito. **Isso reflete no comércio, nos preços, na mentalidade dos comerciantes.** É claramente perceptivo quando você vive aqui um certo tempo, você vê isso a todo instante.*

RESIDENCIAL ILHA BELA E ENTORNO (1000 m) - ILHA SOLTEIRA 2018

PLANO BASE

LEGENDA

- LIMITES DO RESIDENCIAL ILHA BELA
- RAIO DE ABRANGÊNCIA DO PLANO (800M E 1000M)
- ÁREA URBANA CONSOLIDADA (AU)
- ÁREA DE EXTENSÃO URBANA (AE)
- ÁREA DE RESERVA URBANA (AR)
- VIAS ARTERIAIS
- VIAS COLETORAS
- ANEIS VIÁRIOS
- PONTOS NODAIS
- EQUIPAMENTOS INSTITUCIONAIS
- RAIO DE ABRANGÊNCIA
- EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E ÁREAS DE LAZER
- RAIO DE ABRANGÊNCIA
- EQUIPAMENTOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO
- RAIO DE ABRANGÊNCIA
- ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)
- ÁREAS VERDE
- ÁREAS DE REGULAMENTAÇÃO (AR)
- ÁREAS DE MELHORA (AM)
- ÁREAS DE TRANSFORMAÇÃO (AT)
- PRINCIPAIS PONTOS DE INTERVENÇÃO



DIRETRIZES A CURTO PRAZO

- 1 - Modificação das vias de acesso ao bairro, de acordo com o planejamento de "cidades caminháveis".
- 2 - Infraestrutura que impeça o assoreamento e outros impactos ambientais no córrego.
- 3 - Programas de educação ambiental com eventos, palestras, placas e informativos.
- 4 - Infraestrutura de Lazer na área verde do bairro, interligada as áreas verdes ao norte e as vias que contornam a APP, criando um circuito/pista de caminhada.
- 5 - Valorização da praça como espaço público, melhorando sua acessibilidade, promovendo eventos voltados a comunidade local e a reconfiguração paisagística com novos mobiliários.

DIRETRIZES A MÉDIO PRAZO

- 6 - Interligação do Residencial Ilha Bela com os bairros do entorno por meio de uma via atravessando a área de preservação, de acordo com as exigências da Legislação Federal sobre intervenções em APPs.
- 7 - Construção de mais uma via interligando o Residencial Ilha Bela com a perimetral, criando uma via de acesso direto ao perímetro urbano consolidado, contornando o cemitério.

DIRETRIZES A LONGO PRAZO

- 8 - Construir novos equipamentos institucionais levando em conta a consolidação dos novos bairros com demandas reais, e possíveis expansões futuras

Fonte do mapa: Secretaria Municipal de Obras e Manutenção - Prefeitura de Ilha Solteira
Edição e organização: Inayara Santos Sampaio
Orientadora: Eda Maria Góes
Trabalho Final de Graduação II
Em favor da cidade aberta - Revertendo processos de privatização em Ilha Solteira (SP), a partir do Residencial Ilha Bela
Data: Novembro de 2018